

Ata n.º 8/2012

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 26 de setembro de 2012, pelas 15h55, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a ordem de trabalhos que se anexa (Doc.1).

Estiveram presentes os Professores Doutores: Marcelo Rebelo de Sousa, Fausto de Quadros, Miguel Teixeira de Sousa, Paulo Otero, Maria Fernanda Palma, Pedro Romano Martinez, que presidiu, Luís de Lima Pinheiro, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Paula Costa e Silva, Vasco Pereira da Silva, Maria Luísa Duarte, Jorge Duarte Pinheiro, Ana Paula Dourado, Jorge Reis Novais, Isabel Banond, David Duarte, Miguel Moura e Silva, Sílvia Alves, que secretariou, e Rute Saraiva.

Justificaram a sua ausência os Professores Doutores: Eduardo Paz Ferreira e Pedro Barbas Homem.

Estiveram ainda presentes os Professores Doutores Rui Guerra Fonseca, Elsa Dias Oliveira e Pedro Infante Mota, membros da comissão de reforço de júris.

Antes da ordem do dia

O Presidente cumprimentou todos os Professores e informou os membros do Conselho sobre a deliberação do Conselho Científico em formação de catedráticos que propôs a abertura de concursos para professor catedrático nas áreas de Ciências Jurídico-Políticas e de Ciências Jurídicas, condicionados, face ao recente Despacho do Ministério das Finanças, à viabilidade legal de a Faculdade assumir novos compromissos de despesa. O número de vagas, os júris dos concursos, assim como os critérios de avaliação e de ordenação dos candidatos, serão definidos na próxima reunião.

1. Aprovação da ata da reunião anterior

A Ata n.º 7/2012, relativa à reunião de 18 de julho, foi aprovada, uma vez esclarecidas as questões colocadas quanto à composição da comissão de avaliação de docentes.

2. Abertura do ano académico

O Diretor informou o Conselho sobre o agendamento da abertura do ano académico, cerimónia para a qual serão convidados antigos alunos da Faculdade.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.

3. Concurso para professor associado

Os membros do Conselho com a categoria de Professor Auxiliar ausentaram-se da sala. A Ata, na parte correspondente à ausência da Professora Secretária, foi elaborada pelo Presidente do Conselho.

Depois de uma troca de impressões, nomeadamente com respeito às limitações legais relativas a concursos académicos e às regras a fixar nesses concursos, foi deliberado abrir concurso para professor associado em Ciências Jurídico-Económicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídicas, cujo número de vagas, critérios de avaliação e de ordenação dos candidatos e composição dos júris serão definidos na próxima reunião.

Foi solicitado ao Professor Miguel Teixeira de Sousa a elaboração de um projeto de critérios de avaliação e de ordenação de candidatos, a discutir na próxima reunião do Conselho.

4. Reclamações apresentadas ao Conselho Científico

Os Professores Auxiliares regressaram à reunião imediatamente antes do início deste ponto da ordem de trabalhos.

Após as intervenções dos Professores Marcelo Rebelo de Sousa, David Duarte, Miguel Teixeira de Sousa e Maria do Rosário Palma Ramalho, o Conselho deliberou reapreciar a diretriz reafirmada na reunião de 9 de maio, “segundo a qual o orientador de teses de doutoramento e de mestrado deve preferencialmente ser professor da Faculdade em efetividade de funções e que, por princípio, os Professores aposentados, reformados ou jubilados só integram os júris para atribuição dos graus de doutor e de mestre ou júris dos concursos previstos no Estatuto da Carreira Docente Universitária nos casos em que a sua designação tiver ocorrido em data anterior à aposentação, reforma ou jubilação ou se a sua participação for essencial.” (Ata 4).

5. Regras orientadoras para reforço de júris

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho comunicou que a totalidade dos exames da cadeira de Teoria Geral do Direito Civil foi realizada até ao final do mês de julho e portanto dentro do prazo legal, graças ao esforço da equipa de docentes que assegurou a realização diária de dois ou três júris. Informou depois o Conselho sobre a forma como decorreu a época especial de setembro: se, por um lado, a maior parte dos alunos não compareceu aos exames escritos, por outro, as orais daqueles que têm acesso direto a estas provas, encontravam-se ainda a decorrer, com a conseqüente perturbação do início do ano letivo. Concluiu reiterando o entendimento segundo o qual a época especial carece de justificação nos moldes atuais, podendo coincidir com a época normal seguinte.

O Diretor manifestou a sua solidariedade e o seu agradecimento face ao sacrifício da equipa de Teoria Geral do Direito Civil e informou que fez representar aos estudantes as



dificuldades da Escola na concretização da época especial. Lembrou os regimes legais e regulamentares em vigor e o empenho dos vários Presidentes do Conselho Pedagógico no sentido de proceder à alteração do Regulamento de Avaliação.

A Professora Isabel Banond, presidente da comissão de reforço de júris, agradeceu a presença e o trabalho dos membros da comissão e sumariou as propostas das “Bases para um Regulamento de Serviço de Reforço de Júris”, oportunamente divulgado.

Os Professores Fernando Araújo, Jorge Duarte Pinheiro, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Marcelo Rebelo de Sousa, Paulo Otero, Luís de Lima Pinheiro e Maria Luísa Duarte saudaram o trabalho da comissão, destacaram a solidariedade institucional como o pilar de resolução do problema de reforço dos júris e pronunciaram-se sobre o documento, apresentando concretas sugestões para a sua reforma.

A necessidade de reavaliar o Regulamento de Avaliação foi novamente assinalada e o Professor Marcelo Rebelo de Sousa propôs a realização de uma reunião com todos os Assistentes, antes do início da nova época de exames, a convocar pelo Presidente do Conselho e com a presença da Professora presidente da comissão de reforço dos júris.

6. Comissão de Estudos Pós-Graduados

O Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador do Gabinete de Estudos Pós-Graduados, submeteu ao Conselho a proposta de composição do Gabinete, que foi unanimemente aprovada.

O Gabinete de Estudos Pós-Graduados passou a ser integrado pelos Professores Rute Saraiva (Grupo de Ciências Jurídico-Económicas); Elsa Dias Oliveira (Grupo de Ciências Jurídicas); Pedro Caridade de Freitas (Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas); e Cláudio Monteiro (Grupo de Ciências Jurídico-Políticas).

7. Doutoramento e pós-doutoramento

a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento

O Conselho admitiu a doutoramento Tiago Vinicius Zanella, na área de Ciências Jurídico-Internacionais, com o tema “A proteção do ambiente marinho e os limites à liberdade de navegação: Contributo para a análise das restrições à navegação marítima internacional criadas para a proteção do meio ambiente marinho” e sob a orientação do Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos.



O Conselho admitiu a doutoramento Marcela Campos Jabor, com o tema “Os procedimentos pré-contratuais complexos como corolário da Administração Pública Dialógica” e sob a orientação do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O Conselho admitiu a doutoramento Mateus Schaeffer Brandão, na área de Ciências Jurídico-Empresariais, com o tema “A regulação da indústria petrolífera no Brasil e o seu impacto internacional” e sob a orientação do Professor Doutor Luís Menezes Leitão.

O Conselho admitiu a doutoramento Adão Francisco Correia de Almeida, na área de Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “O Sistema Eleitoral na Nova Constituição Angolana” e sob a orientação do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O Conselho admitiu a doutoramento João Alexandre Pateira Ferreira, na área de Ciências Jurídico-Económicas, com o tema “A «abordagem mais económica» ao Direito europeu da concorrência – Acordos entre empresas, restrições concorrenciais por objeto e a análise dos efeitos na aplicação do artigo 101.º, n.º1 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia” e sob a orientação do Professor Doutor Miguel Moura e Silva.

O Conselho admitiu a doutoramento Marta Andrea dos Santos Marques da Silva, na área de Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias, com o tema “O carácter multilinguístico do Direito da União Europeia – traduções, conceitos e terminologias jurídicas; direitos linguísticos e harmonização, interpretação e uniformização” e sob a orientação do Professor Doutor Fausto de Quadros.

O Conselho adiou a apreciação do requerimento em que Caetano Fernandes Augusta Silveira, licenciado em Direito e em Ciências Militares Navais, pede admissão ao curso de doutoramento, na área de Ciências Jurídico-Políticas.

O Conselho deferiu o requerimento em que Marlúcia Lopes Ferro, admitida à preparação de dissertação de doutoramento, na área das Ciências Jurídico-Políticas, com o tema “A responsabilidade do Estado pela função jurisdicional”, sob orientação do Professor Jorge Miranda, pede a designação da Professora Germana de Oliveira Moraes como Co-Orientadora.

De acordo com a orientação geral definida pelo Conselho, a designação de um Co-Orientador estrangeiro não implica a respetiva presença no júri das provas do candidato.

O Conselho deferiu o requerimento em que Bleine Queiroz Caúla, matriculada no curso de doutoramento, com o tema “A in(aplicabilidade) de um regime próprio para as normas constitucionais do ambiente à luz dos ordenamentos jurídicos brasileiro e português” e sob orientação do Professor Doutor Jorge Miranda, pede a prorrogação por um ano do prazo de entrega da sua dissertação.



O Conselho delegou no seu Presidente os assuntos relativos a pós-doutoramentos.

b) Constituição de júris

O Conselho aprovou a constituição do júri das provas de doutoramento de Antonio Carlos Fontes Cintra, que apresentou a dissertação de doutoramento intitulada “Imputação do Erro Médico, Ponderação dos Riscos e Prova por Inferências”, na área das Ciências Jurídico-Civis, integrado pelos Professores Doutores: José de Oliveira Ascensão (Orientador); Miguel Teixeira de Sousa; Paulo Otero; Paula Costa e Silva; Jorge Sinde Monteiro (Universidade de Coimbra); e João Loureiro (Universidade de Coimbra).

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva, tendo apresentado a sua dissertação de doutoramento intitulada “Domínio da organização para a execução do facto: responsabilidade penal de entes coletivos, dos seus dirigentes e «atuação em lugar de outrem»”, na área das Ciências Jurídico-Criminais e sob orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Palma, pede admissão à prestação de provas de defesa, bem como o agendamento das mesmas. O júri será constituído na próxima reunião do Conselho.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Ana Margarida Pires Seixas apresenta a sua dissertação de doutoramento intitulada “Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): escravo, liberto e serviçal” e aprovou a constituição do júri das respetivas provas, integrado pelos Professores Doutores: José Duarte Nogueira; Pedro Barbas Homem; Eduardo Vera-Cruz Pinto (Orientador); Maria do Rosário Palma Ramalho; Isabel Banond; Rui de Figueiredo Marcos (Universidade de Coimbra); e José Arcilla-Bernal (Universidade Complutense de Madrid).

O Conselho tomou conhecimento, nada tendo a opor, do requerimento em que Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira solicita a readmissão a doutoramento, bem como autorização para circunscrever o objeto da sua dissertação de doutoramento ao tema “A indemnização de despesas inutilizadas”.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Maria de Lurdes Viegas Marques Pereira apresenta a sua dissertação de doutoramento intitulada “A indemnização de despesas inutilizadas na responsabilidade obrigacional” e aprovou o júri das respetivas provas, integrado pelos Professores Doutores: José de Oliveira Ascensão (Orientador); António Menezes Cordeiro; Luís Menezes Leitão; Fernando Araújo; António Pinto Monteiro (Universidade de Coimbra); e Paulo Mota Pinto (Universidade de Coimbra).

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Domingos Miguel Soares Farinho, tendo apresentado a sua dissertação intitulada “Direito Administrativo Fundacional – Enquadramento Dogmático – Contributo para o estudo da influência do conceito normativo de

interesse público sobre o espectro de administratividade do direito fundacional português”, no ramo de Ciências Jurídico-Políticas, especialidade em Direito Administrativo, pede a constituição de júri, a marcação de provas de defesa e a alteração do título antes registado, “Direito Público fundacional.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Ana Gouveia e Freitas Martins, tendo apresentado a dissertação intitulada “Contributo para uma desconstrução dogmática do facto do príncipe”, pede admissão à prestação de provas e ainda a alteração do título inicialmente registado, “A modificação dos contratos da administração”.

O Conselho tomou conhecimento do requerimento em que Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde, tendo apresentado a dissertação intitulada “Responsabilidade civil por violação de deveres no tráfego”, pede admissão à prestação de provas.

8. Mestrado

- a) Reestruturação do Mestrado no próximo ano**
- b) Organização do Mestrado em curso**

O Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador do Gabinete de Estudos Pós-Graduados, começou por examinar a situação dos mestrados no presente ano letivo, apresentando alguns dados concretos quanto ao número de alunos inscritos nos cursos de doutoramento e nos cursos de mestrado, científico e profissionalizante. Submeteu depois ao Conselho algumas propostas, destinadas nomeadamente à viabilização de algumas áreas de especialidade.

Considerando a deliberação genérica de 13 de julho de 2011, segundo a qual: «Não podem funcionar cursos de mestrado profissionalizante com menos de quinze alunos regularmente inscritos, sem prejuízo do direito de reinscrição noutra mestrado» e, «Salvo razões ponderosas e excecionais, como tal reconhecidas pelo Conselho Científico, não podem funcionar cursos de mestrado científico com menos de cinco alunos regularmente inscritos, sem prejuízo do direito de reinscrição noutra mestrado» (Ata 6), o Conselho deliberou:

- a) Excetuando a situação referida na alínea c), não funcionarão as unidades curriculares optativas do mestrado profissionalizante com menos de quinze alunos inscritos e as unidades curriculares optativas do mestrado científico com menos de cinco alunos inscritos;
- b) As unidades curriculares obrigatórias do mestrado profissionalizante com menos de quinze alunos inscritos e as unidades curriculares obrigatórias do mestrado científico com menos de cinco alunos inscritos funcionarão sempre que uma das restantes unidades curriculares obrigatórias registe o número mínimo de inscritos;


6 

- c) As unidades curriculares que não registem o número mínimo de inscritos funcionarão sempre que os respetivos regentes exercerem a faculdade de as lecionar, sem que essa lecionação releve para efeitos de carga horária de serviço letivo legalmente exigida.
- d) Nos casos em que a lecionação de uma unidade curricular se encontre repartida por mais de uma turma, proceder-se-á à respetiva fusão sempre que uma delas não conte com o número mínimo de inscritos;
- e) Nos casos em que, não registando o número mínimo de inscritos, não funcionar alguma unidade curricular ou alguma área de especialidade, proceder-se-á ao encaminhamento dos alunos em causa para unidade curricular ou área de especialidade afins.

O Conselho reiterou a exceção longamente estabelecida para os Mestrados do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas e para a unidade curricular de Filosofia do Direito, sem prejuízo de outras situações que venham a ser consideradas relevantes.

O Conselho debateu depois amplamente o quadro da oferta atualmente existente e o quadro da oferta resultante das propostas entregues por vários Grupos, com particular destaque para os cursos que, tendo um plano curricular diferente ou semelhante aos cursos acreditados, necessitariam de acreditação prévia. Depois da intervenção do Professor Luís de Lima Pinheiro, Coordenador do Gabinete de Estudos Pós-Graduados, tomaram sucessivamente a palavra os Professores Paulo Otero, Miguel Teixeira de Sousa, Dário Moura Vicente, Paula Costa e Silva, Fernando Araújo, Jorge Reis Novais, Maria Fernanda Palma, Maria Luísa Duarte, Miguel Moura e Silva, Marcelo Rebelo de Sousa, Eduardo Vera-Cruz Pinto e Rute Saraiva. O debate enfatizou o problema da escassez de recursos; as manifestas dificuldades de gestão administrativa; a difícil articulação entre a semestralização das unidades curriculares e o modelo de avaliação através de relatórios; a comunicabilidade das unidades curriculares; a necessidade de encontrar uma solução futura coerente para evitar a situação atual em que um “numerus clausus” elevado convive com turmas de escassos alunos; a premência da reforma dos mestrados profissionalizantes; o risco de quebra no número de alunos; e a necessária articulação da reforma com o Conselho Universitário e o Conselho Pedagógico.

O Conselho deliberou que os mestrados deverão continuar a ser objeto de ampla reflexão destinada a preparar uma reforma de fundo, que deverá iniciar-se nos mestrados profissionalizantes, procedendo-se desde já a uma eficaz monitorização dos problemas existentes, em articulação e concertação entre o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, sem prejuízo da adoção de todas as medidas que de modo mais imediato se destinem ao aperfeiçoamento do modelo atual.

O Conselho aprovou o novo “Mestrado em Direito e Interioridade” (Doc.2).



O Conselho aprovou o “I Curso de Pós-Graduação de Atualização em História do Direito” e o respetivo Regulamento (Doc.3).

O Conselho aprovou os júris de mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais – Mestrado Científico 2009/2010 (Doc.4); em Direito Administrativo – Profissionalizante (Doc.5); e em Direitos Fundamentais (Doc.6). O Conselho aprovou ainda as várias modificações de júris propostas (Doc.7).

O Conselho deferiu o requerimento de Tatiana Lucia Serrato Diaz, designando a Professora Rute Saraiva como nova Professora Orientadora.

O Conselho ratificou a data de 7 de novembro como data final de entrega dos relatórios dos Mestrados em Ciências Jurídicas e em Direito Constitucional, no âmbito do Acordo de Cooperação entre a Faculdade e a ESMAPE (Escola de Magistratura do Estado de Pernambuco), coincidindo deste modo com o prazo de um ano após o início do período letivo.

c) Regulamentos do Mestrado

O Professor Luís de Lima Pinheiro considerou que, existindo desde março um novo Regulamento de Estudos Pós-Graduados da Universidade de Lisboa, se justifica que a Faculdade proceda à elaboração de um Regulamento unitário para os Estudos Pós-Graduados, tarefa que deverá ser preparada pelo Gabinete agora eleito, em articulação com o Conselho Pedagógico. Tomaram a propósito a palavra os Professores Dário Moura Vicente, Maria Fernanda Palma, Fernando Araújo e Paula Costa e Silva.

O Conselho deliberou que o futuro Regulamento de Estudos Pós-Graduados deverá ter por objeto os ciclos de estudos conducentes à obtenção de um grau académico (mestre e doutor), não abrangendo portanto os ciclos de estudos conducentes a modalidades diversas de certificação que não conferem grau académico (cursos pós-graduados de atualização e de aperfeiçoamento; cursos pós-graduados de especialização; e programas de pós-doutoramento).

9. Distribuição de serviço docente (ajustamentos)

Face aos ajustamentos do serviço docente entretanto se revelaram inevitáveis, o Conselho deliberou propor a contratação de três assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas; dois assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas; e um assistente para o Grupo de Ciências Jurídicas.

O Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas apresentou a sua distribuição do serviço docente atualizada (Doc.8).



O Conselho aprovou a introdução, no curso de licenciatura (1º ciclo), da cadeira extracurricular de “Direito Privado Romano”, proposta pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto. A cadeira extracurricular de “Direito Privado Romano” funcionará no primeiro semestre e a cadeira extracurricular de “Direito Público Romano”, aprovada em reunião de 2 de junho de 2010 (Ata 6), funcionará no segundo semestre.

O Conselho deliberou propor a concessão de dispensa de serviço docente para o primeiro semestre do ano letivo de 2012/2013 ao Professor Gonçalo Sampaio e Melo, atendendo ao trabalho de arquivo que atualmente desenvolve na Sala Museu Professor Paulo Cunha.

O Professor David Duarte pediu informação sobre o processo de designação dos júris das provas do Centro de Estudos Judiciários publicados em Diário da República, atendendo a que os referidos júris integram o nome de vários Professores, incluindo o seu, que manifestaram oportunamente a sua indisponibilidade.

O Presidente do Conselho esclareceu que se verificaram algumas dificuldades na centralização das respostas enviadas pelos Professores, sendo entretanto promovida a substituição de todos aqueles que não deram a sua anuência para participar nos mesmos júris.

10. Academia Militar

11. Centenário da Faculdade

12. Regimento do Conselho Científico

O Conselho não tratou estes pontos da ordem de trabalhos.

13. Relações internacionais

O Professor Fernando Araújo, Presidente do Instituto do Direito Brasileiro, deu nota da publicação, a partir de setembro, da “Revista do Instituto do Direito Brasileiro”, recebendo as unânimes felicitações do Conselho. Informou depois sobre os projetos em desenvolvimento de cooperação com algumas das mais prestigiadas Universidades brasileiras.

O Professor Vasco Pereira da Silva, Coordenador do Gabinete Erasmus, apresentou o “Relatório de Atividades. Ano Letivo 2011/2012” (Doc.9) e o Regulamento do “Curso de Pós-Graduação Erasmus de atualização em Direito Europeu, Global e Comparado/ Erasmus Post-graduation Studies on European, Global and Comparative Law” (Doc.10), unanimemente aprovados pelo Conselho. Deu depois breve nota do sucesso do curso lecionado pelo Professor Balaguer Callejón, da Universidade de Granada (“Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização”), que será seguido pelo Professor Patrick Ryan Hugg, da Loyola University (“Introdução ao Direito Norte-americano”).



14. Cooperação

O Professor Dário Moura Vicente, Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, apresentou as “Atividades de Cooperação 2012/2013” (Doc.11), submetendo depois ao Conselho: o “II Curso de Doutoramento em Direito – Maputo - em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. março a novembro de 2013” (Doc.12); o “II Curso de Pós-Graduação sobre Direito da Energia em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. abril a outubro de 2013” (Doc.13); e a “Lista dos Professores Coordenadores da Faculdade de Direito de Bissau. Ano letivo de 2012/2013” (Doc.14). As propostas foram unanimemente aprovadas pelo Conselho.

15. Pessoal

O Conselho delegou no seu Presidente os assuntos relativos ao pessoal.

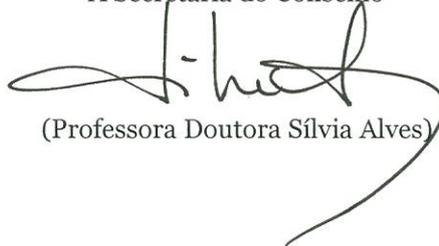
O Presidente do Conselho deu por terminada a reunião às 18.45h.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Sílvia Alves)

ANEXO à Ata n.º 8/2012

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

I. Pós-doutoramentos

1. Tendo em conta o trabalho final de pós-doutoramento intitulado “Breves Considerações sobre a Estrutura Jurídica do Gabinete e do Conselho de Segurança e Defesa Cibernéticas no Brasil” e a Ata das provas de discussão conduzidas pelo júri presidido pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Orientador) e integrado ainda pelo Professor José Bonifácio Ramos e pelo Vice-Almirante José Torres Sobral (Doc.1), foi atribuída a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento do Doutor Augusto Eduardo de Souza Rossini.
2. Tendo em conta o Parecer do Professor Doutor Fernando Araújo (Doc.2), foi atribuída a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento do Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior.
3. Tendo em conta o Parecer do Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Doc.3), foi atribuída a classificação de Muito Bom ao estágio de Pós-Doutoramento da Doutora Leda Maria Messias da Silva, que apresentou um relatório de Pós-Doutoramento intitulado “O assédio moral no ambiente de trabalho: estudo comparado entre o Brasil e Portugal”.

II. Pessoal

1. Nada se opõe ao requerimento em que a Professora Doutora Carla Amado Gomes solicita autorização para exercer, em regime de acumulação, funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade Nova, durante o primeiro semestre.
2. Nada se opõe ao requerimento em que Rui Manuel Tavares Lanceiro pede autorização para acumular as funções docentes com as funções de assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 17 de setembro.
3. Nada se opõe ao requerimento em que Maria Cristina Miguéns de Sousa Machado pede autorização para acumular as funções docentes com as funções de assessora do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 17 de setembro.



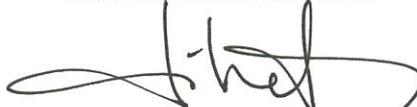
4. O requerimento em que Ana Margarida Pires Seixas, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
5. O requerimento em que Domingos Miguel Soares Farinho, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
6. O requerimento em que Luís Artur Almeida Rocha Gonçalves Silva, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
7. O requerimento em que Ana Gouveia e Freitas Martins, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
8. O requerimento em que Cláudia Sofia Oliveira Dias Monge, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
9. O requerimento em que Rui Paulo Mascarenhas Ataíde, tendo entregue a sua dissertação de doutoramento, pede a prorrogação do respetivo contrato até a discussão da mesma, foi deferido.
10. O requerimento em que Ana Isabel Cruz Soares Pinto, cujo contrato termina a 14 de dezembro de 2012, pede a prorrogação do mesmo até ao final do ano letivo, foi deferido.

O Presidente do Conselho



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária do Conselho



(Professora Doutora Sílvia Álvés)



Exmo(a). Senhor(a)
Prof.(a) Doutor(a)

Tenho a honra de convidar V. Exa. para a Reunião do Conselho Científico, que terá lugar no próximo dia 26 de setembro, quarta-feira, às 15h30, na sala do Conselho Científico, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Abertura do ano académico;
3. Concursos para professor associado;
4. Reclamações apresentadas ao Conselho Científico;
5. Regras orientadoras para reforço de júris;
6. Comissão de Estudos Pós-Graduados;
7. Doutoramento e pós-doutoramento:
 - a) Admissão a doutoramento e pós-doutoramento;
 - b) Constituição de júris;
8. Mestrado
 - a) Reestruturação do Mestrado no próximo ano;
 - b) Organização do Mestrado em curso;
 - c) Regulamentos do Mestrado;
9. Distribuição de serviço docente (ajustamentos);
10. Academia Militar;
11. Centenário da Faculdade;
12. Regimento do Conselho Científico;
13. Relações internacionais;
14. Cooperação;
15. Pessoal.

Lisboa, 19 de setembro de 2012

O Presidente do Conselho Científico

Pedro Romano Martinez



**Acreditação Prévia de Novos Ciclos de Estudos
Ano Letivo 2013-2014**

Instruções

1. *As instruções que se encontram em itálico e em cor castanha não deverão figurar na versão final deste documento.*
2. *Os sombreados também deverão ser preenchidos.*

1. Elenco dos ciclos de estudo a submeter a acreditação prévia:

Mestrado em Direito e Interioridade;

Nota: A informação preenchida neste formulário reporta-se ao Mestrado em Direito e Interioridade.

2. Identificação dos ciclos de estudo em associação e respectivas Instituições de Ensino Superior e/ou Unidades Orgânicas envolvidas:

Identificar os ciclos de estudo e Instituições de Ensino Superior/Unidades Orgânicas envolvidas, assim como a IES/UO responsável pela submissão do pedido de acreditação.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - responsável pela submissão do pedido.

3. Descrição do Ciclo de Estudos

Preencher o Anexo 1 para cada ciclo de estudos.

O mestrado tem a duração de quatro semestres curriculares: os dois primeiros são compostos por um curso de especialização (parte escolar) e os dois últimos são dedicados à elaboração de uma dissertação. A conclusão, com aproveitamento, de todas as unidades curriculares do curso de especialização confere o título de especialista na área respetiva. O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre inclui a elaboração de uma dissertação de natureza científica original, a sua discussão e aprovação.



4. Fundamentação para a criação do ciclo de estudos

A interioridade, enquanto realidade multifacetada, assume em elevado nível contornos jurídicos. Administração, economia, demografia e cultura, entre outros, são domínios nos quais a dicotomia interioridade-centralidade se revela com maior acuidade e em todos o jurídico está presente em elevado grau através de quadros normativos específicos. Empobrecimento, desertificação, acesso à cultura, defesa do património, produção de energia, por exemplo, adquirem contornos próprios sempre que o fator interioridade se sobrepõe, criando uma separação artificial, mas bem real, entre comunidades humanas. A própria formação é mais difícil nesse contexto, sendo certo que os quadros jurídicos, pela especificidade dos problemas sobre os quais incidem, exigem elevada plasticidade intelectual aos agentes e um agudo sentido de perceção das diferenças. O ciclo de estudos seleciona áreas e matérias nas quais esta problemática é especialmente forte, facultando aos alunos o aprofundamento de conhecimentos jurídicos e promovendo neles o espírito de investigação.

5. Corpo docente

Preencher o Anexo 2 para cada ciclo de estudos, elencando o corpo docente que colabora no ciclo de estudos.

Prof. Doutor António de Menezes Cordeiro

Prof. Doutor Cláudio Monteiro

Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos

Prof. Doutor José de Melo Alexandrino

Prof. Doutor José Duarte Nogueira

Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Prof. Doutor Manuel Costa Andrade

Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito

Prof. Doutor Miguel Raimundo

Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

Prof.^a Doutora Rute Saraiva

Prof.^a Doutora Sílvia Alves



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Mestre João Martins Claro

6. Contactos:

Elencar os interlocutores e respectivos contactos (e-mail, telefone) que efectivamente permitam dar resposta a questões urgentes.

Prof. Doutor José Duarte Nogueira janog@fd.ul.pt

Mestre Miguel Martins miguelmartins@fd.ul.pt



ANEXO 1

1 – Ciclo de estudos

Designação em Português:

Mestrado em Direito e Interioridade;

Designação em Inglês:

2 – Grau:

Mestre

3 – Área científica predominante:

Direito

4 – Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

5 – Duração normal do ciclo de estudos: 2 anos, 4 semestres

6 – Regime de funcionamento:

Laboral

7 – Objectivos do ciclo de estudos:

Objectivos do ciclo de estudos.

- Especializar licenciados em diferentes domínios jurídicos conexos com a problemática da interioridade, ministrando novos conhecimentos em áreas já abordadas ou não na licenciatura;
- Desenvolvimento e aprofundamento da investigação científica em tais domínios;
- Promover a cultura jurídica nacional junto de segmentos interessados na problemática da interioridade.

Conhecimentos, capacidades e competências a adquirir pelos estudantes.

- Conhecimentos mais aprofundados do sistema jurídico português, na parte que tange direta ou indiretamente à problemática da interioridade;
- Melhoramento da aptidão para o desempenho profissional ao nível da interpretação e aplicação do Direito;
- Desenvolvimento da capacidade de investigação autónoma.



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Coerência dos objetivos definidos com a missão e a estratégia da instituição de ensino.

A missão principal da FDUL é a formação de juristas de língua portuguesa segundo padrões de excelência. O curso de mestrado em Direito e Interioridade constitui uma oportunidade de elevar a formação de estudantes, por motivos pessoais ou profissionais interessados na problemática da interioridade, melhorando a sua qualificação académica e profissional.

8 – Ramos, opções, perfis, *major/minor* ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável):

Não se aplica

9 – Estrutura curricular:

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLA	CRÉDITOS	
		OBRIGATÓRIOS	OPTATIVOS
Direito	Direito	120	0
TOTAL		120	0



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Plano de Estudos

Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Mestrado em Direito e Interioridade
Mestrado
Direito
1.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
A interioridade no tempo e no espaço	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Civil e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Administrativo e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito do Ambiente e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória

Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Mestrado em Direito e Interioridade
Mestrado
Direito
2.º semestre

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Urbanismo e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Direito Constitucional e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Economia Política e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória
Património e Interioridade	Direito	Semestral	210	40 TP	7,5	Obrigatória



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Mestrado em Direito e Interioridade
Mestrado
Direito
3.º e 4.º semestres

UNIDADES CURRICULARES (1)	ÁREA CIENTÍFICA (2)	TIPO (3)	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS (6)	OBSERVAÇÕES (7)
			TOTAL (4)	CONTACTO (5)		
Dissertação/Dissertation	Direito	Anual	1680	40 TP	60	Obrigatória

Notas:

(2) Indicando a sigla constante do Quadro Estrutura Curricular.

(3) Indicar se a UC é anual ou semestral.

(5) Indicar para cada actividade [usando a codificação constante na alínea e) do n.º 3.4 das normas] o número de horas totais.

Ex: T: 15;

PL: 30.

(7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa.

Deverá ser tido em atenção no preenchimento deste quadro que conforme o documento "Orientações Estratégicas – Processo de Bolonha" aprovado pela Comissão Científica do Senado a 20 de Junho de 2005, a Universidade de Lisboa adoptou o seguinte critério:

40 semanas de trabalho, 1680 horas de trabalho anual do estudante, cada semana corresponde a 42 horas de trabalho do estudante e cada ECTS corresponde a 28 de trabalho do estudante.



ANEXO 2

Corpo docente

1 – Identificar o docente responsável pelo ciclo de estudos:

Prof. Doutor José Duarte Nogueira

2 – Elenco do corpo docente envolvido no ciclo de estudos:

Prof. Doutor António de Menezes Cordeiro

Prof. Doutor Cláudio Monteiro

Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos

Prof. Doutor José de Melo Alexandrino

Prof. Doutor José Duarte Nogueira

Prof. Doutor José Renato Gonçalves

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Prof. Doutor Manuel Costa Andrade

Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito

Prof. Doutor Miguel Raimundo

Prof. Doutor Pedro Barbas Homem

Prof. Doutor Pedro Romano Martínez



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Prof.ª Doutora Rute Saraiva

Prof.ª Doutora Sílvia Alves

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Mestre João Martins Claro

Identificar o corpo docente envolvido no ciclo de estudos, inclusive os docentes de outras UO's/IES que colaborem no ciclo de estudos.

I CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ACTUALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO DIREITO

DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA E CALENDARIZAÇÃO PROPOSTAS

30 Nov	Sessão Inaugural [Tema a indicar]	Prof. Doutor Martim de Albuquerque
6 Nov	<i>Cultura jurídica portuguesa e História do Direito Europeu</i>	Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira
8 Nov	<i>Problemas metodológicos da historiografia jurídica</i>	Mestre Jorge Silva Santos
13 Nov	<i>Problemas metodológicos da história do pensamento político</i>	Mestre Filipe de Arede Nunes
15 Nov	<i>Pensamento político e Direito Público (medieval e moderno)</i>	Prof. Doutor Martim de Albuquerque
20 Nov	<i>Pensamento jurídico e Fontes do Direito (medieval e moderno)</i>	Mestre Ana Caldeira Fouto
22 Nov	<i>Pensamento político e Direito Público (século XIX)</i>	Prof. Doutora Isabel Banond
27 Nov	<i>Pensamento jurídico e Fontes do Direito (século XIX)</i>	Prof. Doutora Susana Videira
29 Nov	<i>História do Direito Internacional</i>	Prof. Doutor Pedro Freitas
4 Nov	<i>História da Administração da Justiça</i>	Prof. Doutora Isabel Graes
6 Nov	<i>História do Direito Penal</i>	Prof. Doutora Sílvia Alves
11 Dez	<i>História do Pensamento e do Direito Penitenciários</i>	Mestre Miguel Romão
13 Dez	<i>História do Direito da Família</i>	Mestre Miriam Afonso Brigas
18 Dez	<i>História do Direito das Sucessões</i>	Mestre Madalena Marques dos Santos
20 Dez	<i>História do Estatuto das Pessoas</i>	Mestre Margarida Seixas
8 Jan	<i>História do Ensino Jurídico</i>	Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Melo
10 Jan	<i>História da Ideia de Humanidade</i>	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
15 Jan	<i>História do Direito Brasileiro</i>	Prof. Doutor Ricardo Marcelo Fonseca
17 Jan	<i>História do Direito Brasileiro</i>	Prof. Doutor Ricardo Marcelo Fonseca
22 Jan	<i>História do Direito Privado (século XX)</i>	Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
24 Jan	<i>Pensamento político e Direito Público (século XX)</i>	Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

REGULAMENTO
DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ACTUALIZAÇÃO
EM
HISTÓRIA DO DIREITO

Artigo 1.º

O presente Regulamento aplica-se aos candidatos ao I Curso de Pós-Graduação de Actualização em História do Direito, a decorrer no ano lectivo de 2012/2013.

Artigo 2.º

O curso de pós-graduação de actualização em História do Direito visa ministrar preparação especializada no domínio da História do Direito.

Artigo 3.º

O curso é organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Artigo 4.º

O número de inscritos é limitado ao número de vagas existentes.

Artigo 5.º

1. É necessário o grau mínimo de licenciatura para a frequência do curso com avaliação.
2. É permitida a frequência a alunos de licenciatura em regime livre sem direito a avaliação, podendo estes requerer apenas certificado de presença.

Artigo 6.º

As inscrições decorrerão durante o mês de Outubro, através da página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou, presencialmente, na sala 12.12.

Artigo 7.º

1. Os alunos poderão optar por uma das seguintes modalidades de participação:

- a) Frequência de sessões isoladas;
 - b) Frequência das sessões com avaliação final.
2. A frequência com avaliação final dará direito à emissão de um certificado de Pós-Graduação em “História do Direito Português”, desde que o aluno, tendo estado presente em pelo menos 80% das sessões, obtenha classificação igual ou superior a 10 valores.
 3. Caso o aluno opte pelo sistema de frequência com avaliação e não obtenha a classificação mínima de 10 valores, poderá, ainda assim, requerer a emissão de um certificado de presença.
 4. De igual modo, a simples frequência sem avaliação dará direito à emissão de um certificado de presença, desde que o aluno tenha tido uma frequência de pelo menos 80% das sessões.
 5. A frequência de sessões isoladas dará, também, direito à emissão de um certificado de presença.
 6. A ultrapassagem do número permitido de faltas não isenta o discente da liquidação do valor total do curso, nem lhe dá direito a reembolso pelo valor das sessões não assistidas.

Artigo 8.º

O curso é ministrado em sessões de duas horas, realizadas às terças-feiras e quintas-feiras, com início às 18h30.

Artigo 9.º

A realização das conferências cabe a Professores e a assistentes habilitados com o grau de Mestre.

Artigo 10.º

1. O regime de avaliação consistirá na apresentação de trabalho escrito individual (relatório de 15 páginas) sobre um dos temas tratados nas sessões. Este poderá não corresponder ao título de uma sessão mas terá de dizer respeito a um tema abordado durante o curso.
2. O trabalho escrito será entregue para avaliação ao orador da sessão a que diga respeito.
3. O trabalho escrito, a entregar até ao 15.º dia útil posterior ao encerramento das sessões, deverá ser acompanhado de cópia em papel e em suporte informático.

Artigo 11.º

1. A propina total do curso, independentemente do regime de frequência (livre ou com avaliação final) é de € 400,00.
2. A propina de sessão isolada é de € 35,00.
3. Os alunos da Universidade de Lisboa têm desconto de 25% sobre o valor da propina.
4. A propina constitui receita da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e deverá ser liquidada junto da sua Tesouraria no momento da inscrição.

CURSO DE MESTRADO
2009/2010
Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais (Mestrado Científico)

CANDIDATO - Cátia Raquel Pinheiro Prata Rodrigues

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO - “Contraste e/ou Complementaridade entre o Pilar Privado e o Pilar Público do Direito da Concorrência”

JÚRI

Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos (Presidente)
Professor Doutor Adelaide Menezes Leitão (Orientadora)
Professor Doutor Ana Perestrelo de Oliveira (vogal)
Professor Doutor João Espírito Santo Noronha (arguente)

CANDIDATO - Fernanda Paula Stolzs

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO - “O Direito da Concorrência nos Estados-Partes do Mercosul e a Responsabilidade Civil por Ilícitos Concorrenciais”

JÚRI

Professor Doutor Pedro de Albuquerque (Presidente)
Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão (Orientadora)
Professor Doutor Pedro Leitão de Vasconcelos (arguente)
Professor Doutor Pedro Miguel Infante Mota (vogal)

CANDIDATO - Mariana de Almeida Barros

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “Direito ao Trabalho como Direito Fundamental (O Direito ao Trabalho como Manifestação do Princípio Fundamental ao Direito de Protecção do Trabalhador Constitucionalmente Reconhecido)”

JÚRI

Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente e Orientador)
Professor Doutor Pedro Madeira de Brito (arguente)
Professora Doutora Raquel Rei (vogal)
Professor Doutor João Miranda (vogal)

CANDIDATO - Mathilde Gonçalves Valério

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “Da Titularização de Créditos ao Subprime, Impacto e Regulamentação Comunitária dos CDS, no Contexto da Crise Financeira Despoletada em 2007 (Regulamento (EU) nº 236/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março de 2012”

JÚRI

Professor Doutor António Menezes Cordeiro (Presidente e Orientador)

Professora Doutora Paula Costa e Silva (arguente)

Professora Doutora Rute Gil Saraiva (vogal)

Professora Doutor João Espírito Santo Noronha (vogal)

CANDIDATO - Cahália Samedi Mota Sulai Só

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “A União de Facto no Direito Português e Guineense”

JÚRI

Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa (Presidente)

Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro (Orientador)

Professora Doutora Margarida Silva Pereira (Arguente)

Professor Doutor Pedro Caridade Freitas (vogal)

CANDIDATO - Carla Gois Coelho

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “ O Caso Julgado Arbitral. A Eficácia e Especificidades – Em Especial o Efeito Preclusivo ‘Stricto Sensu’”

JÚRI

Professora Doutora Paula Costa e Silva (Presidente e Orientadora)

Professor Doutor Eduardo dos Santos Júnior (arguente)

Professora Doutora Elsa Dias Oliveira (vogal)

Professora Doutora Isabel Grais (vogal)

CANDIDATO - Man Sok Wa

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “Tutela Institucional da Concorrência em Concorrência Desleal, Publicidade Comparativa e Práticas Comerciais Desleais”

JÚRI

Professor Doutor Luís Menezes Leitão (Presidente e Orientador)

Professora Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (vogal)

Professor Doutor João Espírito Santo Noronha (arguente)

Professor Doutor José Renato Gonçalves (vogal)

CANDIDATO - Lídice Marques da Silva Xavier

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO – “Regulamentação de Entidades de Gestão Colectiva de Direitos de Autor e os que lhe são Conexos no Sistema Jurídico Português, como Paradigma para o Brasileiro”

JÚRI

Professor Doutor Dário Moura Vicente (Presidente e arguente)

Professor Doutor José Alberto Coelho Vieira (Orientador)

Professora Doutora Raquel Rei (vogal)

Professora Doutora Sílvia Alves (vogal)

CURSO DE MESTRADO
Mestrado em Direito Administrativo (profissionalizante)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Ana Cristina de Carvalho Fonseca dos Santos	“Regular a segurança privada na União Europeia – O desafio em busca da Harmonia”	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte (orientadora)	Prof.ª Doutora Maria Luísa Duarte (presidente e orientadora) Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho Prof. Doutor Rui Fonseca (arguente)

CURSO DE MESTRADO
Mestrado em Direitos Fundamentais

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Marcelo Malizia Cabral	"A Garantia Fundamental de acesso aos Tribunais: Apontamentos sobre seu conteúdo, estrutura, limites e restrições"	Prof. Doutor José Melo Alexandrino	Prof. Doutor Fasto de Quadros (presidente) Prof. Doutor José Melo Alexandrino (orientador) Prof. Doutor Cláudio Monteiro (arguente) Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

CURSO DE MESTRADO
Alteração de Júri (nova versão)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Sílvio Martins	"A cooperação do Direito Comunitário da Concorrência – Programas de clemência"	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (orientador)	Prof. Doutor Carlos Blanco de Morais (presidente e orientador) Prof. ^a Doutora Margarida Salema de Oliveira Martins Prof. Doutor José Alberto Vieira Prof. Doutor Rui Guerra Fonseca (arguente)

**CURSO DE MESTRADO
MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Renata Silveira Fernandes da Cunha	O regime de exploração da área sob os auspícios da Convenção dos Estados Unidos sobre o Direito do Mar	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. ^a Doutora Margarida Salema D'Oliveira Martins (arguente) Prof. ^a Doutora Ana Neves (orientadora)

MESTRADO EM DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (nova versão)

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Renata Silveira Fernandes da Cunha	O regime de exploração da área sob os auspícios da Convenção dos Estados Unidos sobre o Direito do Mar	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte	Prof. ^a Doutora Maria Luísa Duarte (presidente) Prof. ^a Doutora Ana Neves (orientadora) Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (arguente)

alterações de juí

Fernando da Silva Comin	Reserva do Possível e ponderação: por uma metodologia adequada no controle dos deveres sociais fundamentais "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor Jorge Reis Novais (arguente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor João Miranda
Fernando da Silva Comin	Reserva do Possível e ponderação: por uma metodologia adequada no controle dos deveres sociais fundamentais "	Prof. Doutor David Duarte	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente) Prof. Doutor David Duarte (orientador) Prof. Doutor João Miranda (arguente) Prof. Doutor Miguel Raimundo

(nova versão)

Afexação de Juri

Marcos Lacerda Almeida Filho	A participação do poder executivo no Processo legislativo – o caso Brasileiro "	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa Jorge Miranda	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente, orientador e arguente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito Prof. Doutor Rui Fonseca Prof. Doutor Miguel Raimundo
Marcos Lacerda Almeida Filho	A participação do poder executivo no Processo legislativo – o caso Brasileiro "	Prof. Doutor Jorge Miranda	Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (presidente, orientador e arguente) Prof. Doutor Jorge Miranda (orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (arguente) Prof. Doutor Rui Fonseca

(nova versão)



GABINETE ERASMUS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

ANO LECTIVO 2011/2012



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2

2

2

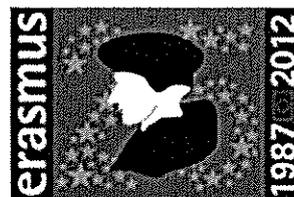
2

2

2



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

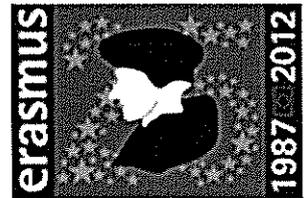
TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Índice

INTRODUÇÃO	2
ACTIVIDADES 2011-2012	3
<i>I. Programas e redes</i>	<i>3</i>
<i>II. Protocolos</i>	<i>4</i>
<i>III. Intercâmbio de estudantes</i>	<i>7</i>
<i>IV. Intercâmbio de docentes</i>	<i>17</i>
<i>V. Mestrado Erasmus Mundus</i>	<i>19</i>
<i>VI. Cursos intensivos e professores visitantes.....</i>	<i>21</i>
<i>VII. Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em eventos internacionais</i>	<i>31</i>
<i>VIII. Actividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa</i>	<i>33</i>
<i>IX. Outras actividades:</i>	<i>40</i>
Anexos.....	43



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

INTRODUÇÃO

O presente relatório regista as atividades desenvolvidas pelo Gabinete Erasmus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) no ano letivo de 2011-2012, então integrado pela seguinte equipa:

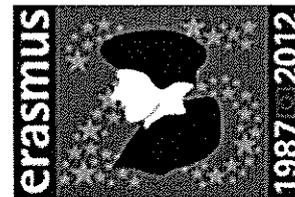
Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Coordenador)
Professora Doutora Ana Paula Dourado
Professor Doutor Luis Pereira Coutinho
Professora Doutora Sílvia Alves
Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos
Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins
Mestra Dinamene de Freitas
Dr. Pedro Delgado Alves
Maria Ana Barata (representante dos alunos- até Março 2012)
Iris Gomes (representante dos alunos - desde Março 2012)
Dra. Rosa Guerreiro (Secretária)
Alejandro Rubial Abella (estagiário Erasmus)
Astrid Lomba Lomba (estagiária ELSA)
Diogo Pereira (estagiário – até Fevereiro 2012)

O registo das atividades obedece à seguinte sistematização:

- I. Programas e redes;
- II. Protocolos;
- III. Intercâmbio de estudantes;
- IV. Intercâmbio de docentes;
- V. Mestrado Erasmus Mundus
- VI. Cursos intensivos e professores visitantes;
- VII. Representação da Faculdade de Direito de Lisboa em eventos internacionais;
- VIII. Atividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa;
- IX. Outras atividades.



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

ACTIVIDADES 2011-2012

I. Programas e redes

Acompanhamento da participação da FDUL nos seguintes programas, redes de cooperação e intercâmbio:

- **Rotterdam Law Network**

Rede fundada pela Universidade Erasmus de Roterdão, hoje composta por 30 Universidades europeias e destinada à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários.

- **Grupo ELPIS**

Rede fundada pela Universidade Leibniz de Hanôver, hoje composta por 36 Universidades europeias e destinada à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários e, bem assim, à promoção e organização de estudos, cursos e publicações, em especial, nos domínios do Direito Europeu e Direito Comparado.

- **ELFA (European Law Faculties Association)**

Associação fundada em 1995 em Lovaina e hoje composta por mais de 180 de Faculdades de Direito e destinada a constituir um fórum para a discussão de assuntos relacionados com o ensino do Direito. A rede é responsável pela publicação do *European Journal of Legal Education*.

- **Consórcio Erasmus Mundus**

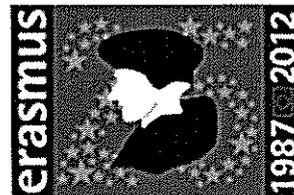
Consórcio integrado pelas Faculdades de Direito da Universidade Leibniz de Hanôver, da Universidade de Lisboa, da Universidade de Ruão e da Universidade de Vilnius em cujo âmbito se desenvolve um curso de Mestrado em Direito – European Legal Practice (LL. M. Eur.).

- **Rede EuropePolis**

Rede fundada em Março de 2011, em Roma, composta por 19 Universidades e Centros europeus, com o objetivo de incentivar o ensino do direito europeu em todas as disciplinas. A FDUL É Membro fundador.



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

▪ **Rede de Nanterre (Nanterre Network)**

Rede de Cooperação Universitária em ciências jurídicas, coordenada pela Universidade Paris Ouest-Nanterre-La Défense, à qual a FDUL passou a pertencer em Maio de 2011.

II. Protocolos

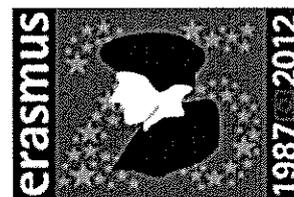
Acompanhamento da participação da FDUL nos seguintes protocolos:

ERASMUS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Alemanha	Augsburg	Augsburg University
Alemanha	Bayreuth	University of Bayreuth
Alemanha	Berlim	Freie Universität Berlin
Alemanha	Bona	Universität Bonn
Alemanha	Colónia	Universität zu Köln
Alemanha	Giessen	Justus-Liebig-Universität
Alemanha	Greifswald	Ernst-Moritz-Arndt-Universität Greifswald
Alemanha	Hamburgo	Hamburg University
Alemanha	Hannover	Leibniz Universität Hannover
Alemanha	Leipzig	Universität Leipzig
Alemanha	Munique	Ludwig-Maximilians-Universität München
Alemanha	Munique	Technische Universität München
Alemanha	Münster	Westfälische Wilhelms – Universität Münster
Áustria	Linz	Johannes Kepler Universität Linz
Áustria	Viena	Wirtschaftsuniversität Wien
Bélgica	Bruxelas	Université Libre de Bruxelles
Bélgica	Louvain-la-Neuve	Université Catholique de Louvain
Bulgária	Sofia	University of Sophia – St. Kliment Ohridski
Croácia	Zagreb	University of Zagreb
Eslováquia	Bratislava	Comenius University
Eslováquia	Bratislava	Pan European University (Bratislava School of Law)
Eslovénia	Ljubljana	University of Ljubljana
Eslovénia	Maribor	Maribor University
Espanha	Alicante	Universidad de Alicante
Espanha	Barcelona	Universidad de Barcelona
Espanha	Burgos	Universidad de Burgos
Espanha	Cadiz	Universidad de Cadiz
Espanha	Ciudad Real	Universidad Castilla-la-Mancha



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



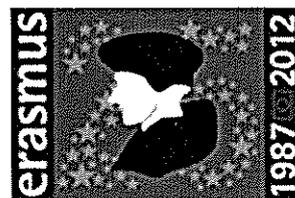
**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Espanha	Girona	Universidad de Girona
Espanha	Granada	Universidad de Granada
Espanha	Madrid	Universidad Complutense
Espanha	Madrid	Universidad Autónoma
Espanha	Murcia	Universidad de Murcia
Espanha	Pamplona	Universidad de Navarra
Espanha	Salamanca	Universidad de Salamanca
Espanha	Santiago de Compostela	Universidad de Santiago de Compostela
Espanha	Valladolid	Universidad de Valladolid
Espanha	Zaragoza	Universidad de Zaragoza
França	Dijon	Université de Bourgogne
França	Estrasburgo	Université de Strasbourg
França	Le Havre	Université du Havre
França	Paris	Université Paris Descartes
França	Paris	Université Paris X - Nanterre
França	Paris	Université Paris 13
França	Rouen	Université de Rouen
França	Toulouse	Université des Sciences Sociales
Grécia	Atenas	National and Kapodistrian University of Athens
Grécia	Tessalonia	University of Macedonia
Hungria	Budapeste	Eötvös Loránd University
Itália	Bari	Università degli studi di Bari
Itália	Bolonha	Alma Mater Studiorum - Università di Bologna
Itália	Génova	Università degli Studi di Génova
Itália	Milão	Università degli studi di Milano - Bicocca
Itália	Nápoles	Università di Napoli "Federico II"
Itália	Nápoles	Università degli Studi di Napoli "Parthenope"
Itália	Pisa	Università di Pisa
Itália	Roma	Università degli Studi di Roma - "La Sapienza"
Itália	Roma	Università degli Studi di Roma - "Tor Vergata"
Itália	Salerno	Università degli studi di Salerno
Itália	Teramo	Università degli studi di Teramo
Itália	Trieste	Università degli Studi di Trieste
Itália	Vercelli	Università degli Studi del Piemonte Orientale "Amedeo Avogadro"
Letónia	Riga	University of Latvia
Lituânia	Vilnius	University of Lithuania
Lituânia	Vilnius	Mikolas Romeris University
Noruega	Bergen	University of Bergen
Países Baixos	Amsterdão	Universiteit van Amsterdam
Países Baixos	Nijmegen	Radboud University
Países Baixos	Roterdão	Erasmus University



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Polónia	Cracóvia	Jagiellonian University
Polónia	Varsóvia	Warsaw University
Polónia	Varsóvia	Kozminski University
Reino Unido	Manchester	University of Manchester
República Checa	Brno	Masaryk University
República Checa	Praga	Charles University
Roménia	Bucareste	Bucarest University
Suíça	Fribourg	Université de Fribourg
Turquia	Eskisehir	Anadolu University
Turquia	Istambul	Koç University
Turquia	Istambul	Yeditepe University

OUTROS PROTOCOLOS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Argentina	Buenos Aires	Universidad de Buenos Aires
Chile	Santiago do Chile	Pontificia Universidade Católica do Chile
Brasil	Curitiba	Centro Universitário Curitiba
Brasil	Rio de Janeiro	Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Brasil	Porto Alegre	Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Celebração dos seguintes protocolos:

ERASMUS

PAÍS	CIDADE	UNIVERSIDADE
Áustria	Innsbruck	Innsbruck University
Espanha	Bilbao	Universidad del País Vasco
Espanha	Sevilha	Universidad Pablo de Olavide
Espanha	Valencia	Universidad de Valencia
Polónia	Lodz	University of Lodz
Suíça	Zurique	Zurich Univeristy



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

III. Intercâmbio de estudantes

✦ ESTUDANTES RECEBIDOS

- Número de candidaturas apreciadas: 82
- Total de estudantes recebidos: 82
- Programas em cujo âmbito os estudantes foram recebidos:

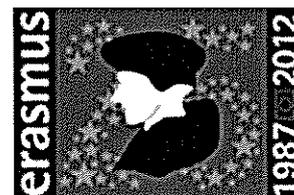
❖ PROGRAMA ERASMUS: 41 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
25	26

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	6
BULGÁRIA	2
CROÁCIA	2
ESLOVÁQUIA	1
ESLOVÉNIA	4
ESPAÑA	9
FRANÇA	1
GRÉCIA	2
ITALIA	9
LETÓNIA	1
POLÓNIA	3
REPÚBLICA CHECA	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



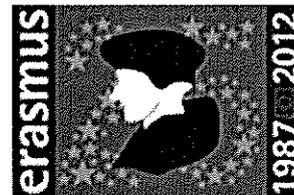
GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	University of Bonn	2
	Ernst-Moritz-Arndt-Universität Greifwald	1
	University of Hannover	1
	University of Koln	1
	University of Muenster	1
BULGÁRIA	University of Sofia	2
CROÁCIA	University of Zagreb	2
ESLOVÁQUIA	Pan European University (Bratislava School of Law)	1
ESLOVÉNIA	University of Ljubljana	2
	Univeristy of Maribor	2
ESPAÑHA	Universidad de Burgos	2
	Universidad Castilla-La-Mancha	3
	Universidad de Salamanca	2
	Universidad de Santiago de Compostela	2
FRANÇA	Université de Bourgogne	1
GRÉCIA	University of Macedonia	2
ITALIA	Università degli studi di Bari	2
	Università degli Studi di Napoli – Federico II	2
	Università degli Studi di Napoli – Parthenope	1
	Università di Pisa	1
	Università degli studi di Roma – La Sapienza	2
	Università degli studi di Salerno	1
LETÓNIA	University of Latvia	1
POLÓNIA	Jagiellonian Univerisity	1
	University of Warsaw	2
REPUBLICA CHECA	Charles University in Prague	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

❖ OUTROS INTERCÂMBIOS: 39 estudantes

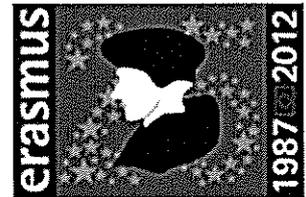
POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
18	21

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
BRASIL	39

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
BRASIL	Centro Universitário Curitiba	12
	Faculdade 7 de Setembro	4
	Faculdade Baiana de Direito	3
	Fundação Escola Superior do Ministério Público	7
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2
	Universidade Católica de Brasília	2
	Universidade de Brasília	2
	Universidade de Passo Fundo	2
	Universidade Federal de Mato Grosso	2
	Universidade Federal do Pará	1
	Universidade Federal do Paraná	1
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

❖ OUTROS ESTUDANTES VISITANTES: 1 estudante

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	1

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ESPAÑA	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ESPAÑA	Universidade de Granada	1

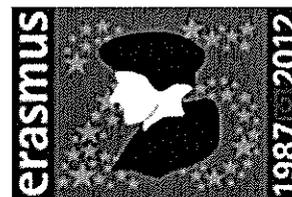
❖ PROGRAMA ALMEIDA GARRETT: 1 estudantes

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	1

POR UNIVERSIDADE	
UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
Universidade de Coimbra	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

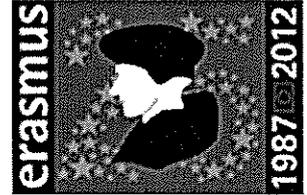
- ❖ **FREQUÊNCIA DO 2º CICLO (ESTUDANTES QUE FREQUENTARAM MESTRADO): 21**
estudantes *(devido à mudança de base de dados, este número pode não ser exato)*

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
7	14

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
BÉLGICA	2
BRASIL	9
BULGÁRIA	2
ESLOVÉNIA	1
FRANÇA	1
GRÉCIA	1
ITÁLIA	1
POLÓNIA	3
REPÚBLICA CHECA	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

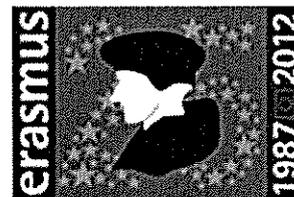
TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
BÉLGICA	Université Catholique du Louvain	2
BRASIL	Universidade Federal do Paraná	1
	Universidade Federal do Pará	1
	Centro Universitário Curitiba	1
	Fundação escola Superior do Ministério Público	2
	Universidade de Brasília	1
	Universidade Católica de Brasília	2
	Faculdade Baiana de Direito	1
BULGÁRIA	Sofia University	2
ESLOVÉNIA	University of Ljubljana	1
FRANÇA	Université de Bourgogne	1
GRÉCIA	Unvieristy of Macedónia	1
ITÁLIA	Università degli studi di Salerno	1
POLÓNIA	University of Warsaw	2
	Jagiellonian University	1
REPÚBLICA CHECA	Charles University in Prague	1

Nota: devido à mudança de base de dados, este número pode não ser exato



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

✦ **ESTUDANTES ENVIADOS**

- Número de candidaturas apreciadas: 104
- Total de estudantes enviados: 59
- Programas em cujo âmbito os estudantes foram enviados:

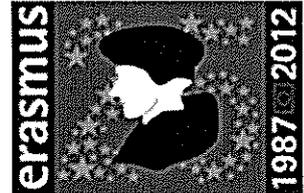
❖ **PROGRAMA ERASMUS ESTUDOS: 44 estudantes**

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
11	33

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	6
BÉLGICA	3
ESLOVÉNIA	1
ESPAÑA	7
FRANÇA	7
HOLANDA	2
ITÁLIA	18



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



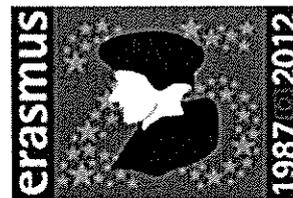
GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	Universität Bonn	2
ALEMANHA	Universität zu Köln	1
ALEMANHA	Ludwig-Maximilians-Universität München	2
ALEMANHA	Justus Liebig University Giessen	1
BÉLGICA	Université Libre de Bruxelles	2
BÉLGICA	Université Catholique de Louvain	1
ESLOVÉNIA	University of Maribor	1
ESPAÑA	Universidad Autonoma de Madrid	1
ESPAÑA	Universidad Complutense de Madrid	1
ESPAÑA	Universitat de Barcelona	2
ESPAÑA	Universidad de Girona	2
ESPAÑA	Universidad de Zaragoza	1
FRANÇA	Université de Strasbourg	2
FRANÇA	Université Paris Descartes	1
FRANÇA	Université Paris X	2
FRANÇA	Université Paris 13	1
FRANÇA	Université de Rouen	1
HOLANDA	Erasmus University Rotterdam	2
ITÁLIA	Alma Mater Studiorum – Università di Bologna	1
ITÁLIA	Università degli Studi di Genova	4
ITÁLIA	Università degli Studi di Milano - Bicocca	2
ITÁLIA	Università di Napoli – Federico II	2
ITÁLIA	Università di Pisa	2
ITÁLIA	Università degli studi di Roma – La Sapienza	3
ITÁLIA	Università degli studi di Roma – Tor Vergata	2
ITÁLIA	Università degli Studi di Salerno	2



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

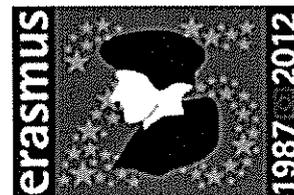
❖ **PROGRAMA ERASMUS ESTÁGIOS: 4 estudantes**

POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
3	1

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	3
ITÁLIA	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

❖ OUTROS INTERCÂMBIOS: 15 estudantes

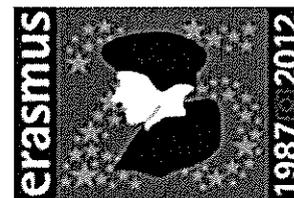
POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
5	10

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	2
BRASIL	13

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
ARGENTINA	Universidade de Buenos Aires	2
BRASIL	Faculdade Baiana de Direito	1
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	4
BRASIL	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
BRASIL	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
BRASIL	Universidade Federal de Santa Catarina	1
BRASIL	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
BRASIL	Universidade da Região de Joinville	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

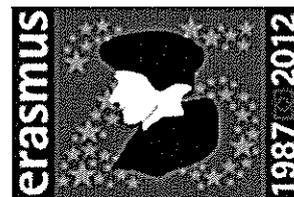
IV. Intercâmbio de docentes

✚ DOCENTES RECEBIDOS

- **Universidade Comenius Bratislava (Eslováquia) - 6 a 13 de Maio de 2012**
Professor Dr. Ondrej Laciak - aulas sobre Direito Penal
- **Universidade de Rouen (França) - 23 a 27 de Abril de 2012**
Professora Dra. Marine Toullier - Curso sobre Direitos Fundamentais e Globalização
- **Universidade de Sófia (Bulgária) - 23 a 27 de Abril de 2012**
Prof. Dr. Martin Belov - aulas sobre Direito Constitucional Comparado
- **Universidade de Valladolid (Espanha) - 23 a 27 de Abril de 2012**
Professora Dra. Milagros Alonso Bravo - aulas de Direito do Trabalho
- **Universidade de Valladolid (Espanha) - 23 a 27 de Abril de 2012**
Professor Dr. Fernando Santamaría Lambás - aulas de Direito Constitucional / Direitos Fundamentais
- **Universidade de Valladolid (Espanha) - 23 a 27 de Abril de 2012**
Professora Dra. Maria Jose Moral Moro - aulas de Direito Processual Civil
- **Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 23 a 27 Abril de 2012**
Professora Dra. Marta Madriñan Vazquez - aulas de Direito Civil
- **Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) - 23 a 27 Abril de 2012**
Professora Dra. Maria Teresa Bouzada Gil - aulas de História do Direito
- **Universidade de Lodz (Polónia) - 21 a 26 de Março de 2012**
Professora Dra. Anna Wyrozumska - aulas de Direito Europeu e Internacional
- **Universidade de Münster (Alemanha) - 21 a 26 de Março de 2012**
Professor Dr. Thomas Hoeren
- **Universidade de Münster (Alemanha) - 21 a 25 de Março de 2012**
Professora Dra. Marta Stepien



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

- **Universidade de Hannover (Alemanha) - 19 a 23 de Março de 2012**
Professor Dr. Bernd Oppermann - Curso sobre Direito da Concorrência Europeu Comparado
- **Universidade Leipzig (Alemanha) - 22 de Fevereiro a 02 de Março de 2012**
Professor Dr. Steffen Pabst - Curso sobre Direito Processual Civil Europeu
- **Universidade de Valladolid (Espanha) - 4 a 7 de Dezembro de 2011**
Professora Dra. María Luisa Esteban Ramos - aulas de Direito Comercial
- **Universidade de Alicante (Espanha) - 28 de Novembro a 2 de Dezembro de 2011**
Professora Dra. Aurora Ribes Ribes - conferências sobre Direito Financeiro e Económico
- **Universidade Eotvos Loránd (Hungria) - 28 de Novembro a 2 de Dezembro de 2011**
Professor Dr. Gábor Hamza - aulas de Direito Romano e História do Direito
- **Universidade de Zagreb (Croácia) - 27 a 29 de Setembro de 2011**
Professora Dra. Iris Lang, diversas aulas sobre "Liberdades fundamentais e procedimento de reenvio prejudicial do TJUE".
- **Universidade de Wraclaw (Polónia) - 3 a 14 de Setembro de 2011**
Professor Dr. Krystian Complak - diversas aulas sobre "Evolutions of Polish Constitutional System".
Professor Dr. Andrzej Czajowski - diversas aulas sobre "Putin's decrease in the Russian Federation".

✦ **DOCENTES ENVIADOS**

1. **Prof. Doutora Isabel Graes – setembro de 2012**
Universidad de Santiago de Compostela
Diversas Conferências sobre Direito Medieval



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

V. Mestrado Erasmus Mundus

No ano letivo 2011-2012 a FDUL apresentou a candidatura do Consórcio (como instituição coordenadora) ao Programa erasmus Mundus para 2013/2017, tendo sido aprovada para uso da marca.

✚ ESTUDANTES RECEBIDOS

- Número de candidaturas apreciadas: 2
- Total de estudantes recebidos: 2

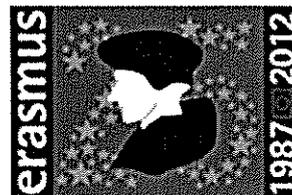
POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
0	2

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
FRANÇA	1
ALEMANHA	1

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
FRANÇA	Université de Rouen	1
ALEMANHA	Leibniz Universität Hannover	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

✚ **ESTUDANTES ENVIADOS**

- Número de candidaturas apreciadas: 5
- Total de estudantes enviados: 5

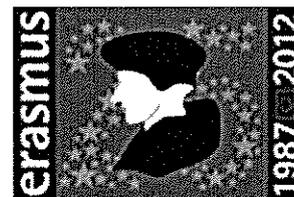
POR SEXO	
HOMENS	MULHERES
1	4

POR NACIONALIDADE	
PAÍS	NÚMERO DE ALUNOS
ALEMANHA	2
FRANÇA	3

POR UNIVERSIDADE		
PAÍS	UNIVERSIDADE	NÚMERO DE ALUNOS
FRANÇA	Université de Rouen	3
ALEMANHA	Leibniz Universität Hannover	2



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

VI. Cursos intensivos e professores visitantes

No ano letivo de 2011-2012, o Gabinete Erasmus ocupou-se da organização, promoção e acompanhamento dos seguintes cursos intensivos:

1º Semestre

1- Professor Dr. Balaguer Callejón (Universidad de Granada)

Curso: Direito Constitucional Europeu

Duração: 10 horas

Mês: 19 a 23 de Setembro 2011

Idioma: Espanhol

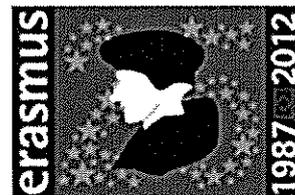


Programa do Curso e CV (anexo I)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	42	14	28	31	6	5
Participantes	21	9	12	15	6	0
Avaliados/as	10	4	6	7	3	0
Acreditados/as	9	4	5	6	3	0



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

2 - Professor Dr. Patrick Ryan Hugg (Universidade de Loyola)

Curso: Introdução ao Direito Norte Americano

Duração: 10 horas

Mês: 17 a 21 de Outubro 2011

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo II)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	58	22	36	44	12	2
Participantes	55	20	35	42	12	1
Avaliados/as	36	15	21	27	9	0
Acreditados/as	36	15	21	27	9	0

3 - Professora Dra. Rita de la Feria (University of Oxford)

Curso: Direito Fiscal Europeu - Impostos Indirectos

Duração: 10 horas

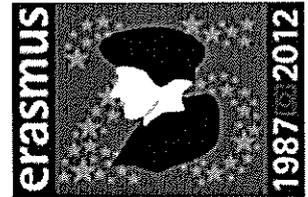
Mês: 8 a 11 de Novembro 2011

Idioma: Inglês





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Programa do Curso e CV (anexo III)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	80	29	51	57	15	8
Participantes	56	22	34	41	11	4
Avaliados/as	43	17	26	28	11	4
Acreditados/as	40	17	23	27	10	3

4 - Professor Dr. Luís Arroyo Jiménez (University of Castilla La Mancha)

Curso: Regulação e auto-regulação Económica

Duração: 10 horas

Mês: 21 a 25 de Novembro 2011

Idioma: Inglês

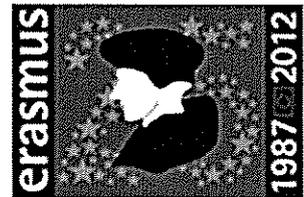


Programa do Curso e CV (anexo IV)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	53	16	37	34	13	6
Participantes	28	9	19	13	13	2
Avaliados/as	15	6	9	3	11	1
Acreditados/as	15	6	9	3	11	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

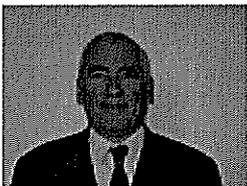
5 - Professor Dr. Pierre-Henri Prélot (Université Cergy-Pontoise)

Curso: Liberdade Públicas

Duração: 10 horas

Mês: 12 a 16 de Dezembro 2011

Idioma: Francês



Programa do Curso e CV (anexo V)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	34	9	25	23	8	3
Participantes	16	5	11	10	6	0
Avaliados/as	15	5	10	9	6	0
Acreditados/as	15	5	10	9	6	0

6 - Professor Dr. Steffen Pabst (Universitaet Leipzig)

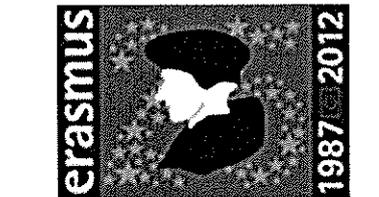
Curso: Direito Processual Civil Europeu

Duração: 20 horas

Mês: 22 de Fevereiro a 2 de Março 2012

Idioma: Inglês





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX

GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Programa do Curso e CV (anexo VI)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	30	10	20	16	13	1
Participantes	16	7	9	8	8	0
Avaliados/as	12	6	6	6	6	0
Acreditados/as	12	6	6	6	0	0

7 - Professor Dr. Ingo Sarlet (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Curso: Os Direitos Sociais como Direitos Humanos e Fundamentais - uma perspectiva transconstitucional
(organizado em colaboração com o Instituto do Direito Brasileiro)

Duração: 10 horas

Mês: 27 de Fevereiro a 2 de Março 2012

Idioma: Português



Programa do Curso e CV (anexo VII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	127	45	82	104	9	14
Participantes	105	31	74	89	8	8
Avaliados/as	33	10	23	29	0	4
Acreditados/as	33	10	23	29	0	4



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

8 - Professor Dr. Veith Mehde (Leibniz Universitaet Hannover)

Curso: Tópicos de Direito Administrativo e Ciências Administrativas

Duração: 10 horas

Mês: 12 a 16 de Março 2012

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo VIII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	34	11	23	22	11	1
Participantes	28	7	21	17	11	0
Avaliados/as	24	7	17	14	10	0
Acreditados/as	24	7	17	14	10	0

9 - Professor Dr. Bernd Oppermann (Leibniz Universitaet Hannover)

Curso: Direito da Concorrência Europeu Comparado

Duração: 10 horas

Mês: 19 a 23 de Março 2012 - das 16h às 18h

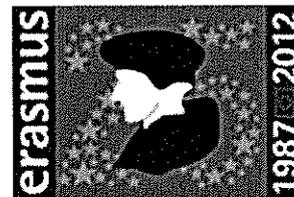
Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo IX)



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	43	17	26	27	12	4
Participantes	37	14	23	22	12	3
Avaliados/as	15	4	11	6	8	0
Acreditados/as	15	4	11	6	8	0

10 - Professor Dr. Jaap de Zwaan (Erasmus University Rotterdam)

Curso: Direito da União Europeia: Novos Desenvolvimentos desde o Tratado de Lisboa

Duração: 10 horas

Mês: 19 a 23 de Março 2012 - das 16h às 18h

Idioma: Inglês

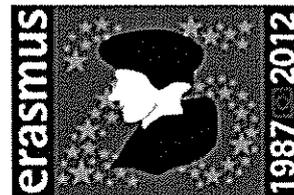


Programa do Curso e CV (anexo X)

	Total	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	25	4	21	17	6	2
Participantes	12	3	9	8	4	0
Avaliados/as	6	2	4	3	3	0
Acreditados/as	5	2	3	3	2	0



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

11 - Professor Dr. Nuno Ferreira (University of Manchester)

Curso: Inglês Jurídico

Duração: 10 horas

Mês: 26 a 30 de Março 2012

Idioma: Inglês



Programa do Curso e CV (anexo XI)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	136	34	102	95	15	26
Participantes	98	22	76	67	15	16
Avaliados/as	78	17	61	52	12	14
Acreditados/as	48	9	39	33	4	11

12 - Professor Dr. Pasquale Pistone (Università di Salerno/WU Vienna)

Curso: Direito Fiscal Europeu - Direito Primário

Duração. 10 horas

Mês: 16 a 20 de Abril 2012

Idioma: Inglês





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Programa do Curso e CV (anexo XII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	60	20	40	44	11	5
Participantes	26	10	16	15	9	2
Avaliados/as	14	5	9	8	6	0
Acreditados/as	12	5	7	6	6	0

13 - Professora Dra. Marine Toulhier (Université de Rouen)

Curso: Direitos Fundamentais e Globalização

Duração: 20 horas

Mês: 23 de Abril a 4 de Maio 2012

Idioma: Inglês

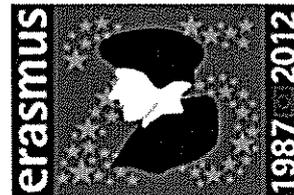


Programa do Curso e CV (anexo XIII)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	44	10	34	26	16	2
Participantes	25	7	18	10	15	0
Avaliados/as	17	5	12	5	12	0
Acreditados/as	10	3	7	0	10	0



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

14 - Professor Dr. Steven D. Smith (University of San Diego)

Curso: Símbolos e Manifestações religiosas - uma perspectiva constitucional

Duração: 10 horas

Mês: 21 a 25 de Maio 2012

Idioma: Inglês

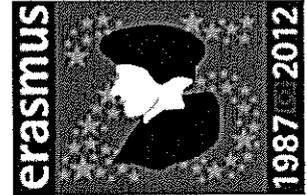


Programa do Curso e CV (anexo XIV)

	Total	Homens	Mulheres	Alunos/as FDL	Alunos/as Erasmus e outros Intercâmbios	Outros
Inscritos/as	29	11	18	13	15	1
Participantes	21	7	14	8	12	1
Avaliados/as	20	7	13	7	12	1
Acreditados/as	20	7	13	7	12	1



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



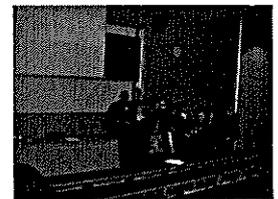
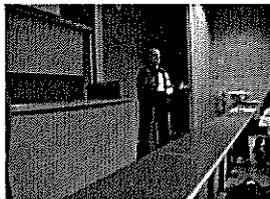
**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

VII. Representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em eventos internacionais

02/12/ 2011 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência Magistral, sobre o tema «New Challenges in European Administrative Law», na Cerimónia de Entrega dos Diplomas do Mestrado Conjunto (Hannover, Rouen, FDL), LL.M. EUR., na Faculdade de Direito da Universidade de Rouen (França)



03/12/ 2011 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da FDUL, na reunião do grupo ELPIS, na Faculdade de Direito da Universidade de Rouen (França).

10/02/ 2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, no júri de Doutoramento do Dr. Fausto Vecchio, no âmbito do doutoramento conjunto emitido pela Universidade de Granada e pela Universidade de Lisboa, em Granada (Espanha).

08 a 10/03/ 2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

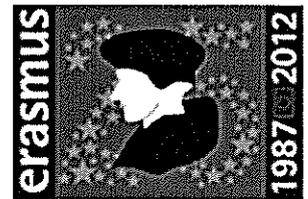
Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na reunião anual da ELFA (European Law Faculties Association), em Madrid (Espanha).

08 a 10/03/ 2012 - PROF. DOUTORA SILVIA ALVES

Participação, em representação da Faculdade de Direito de Lisboa, na reunião anual da ELFA (European Law Faculties Association), em Madrid (Espanha).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

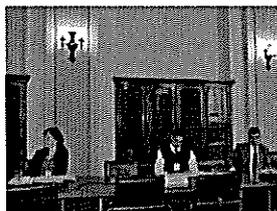
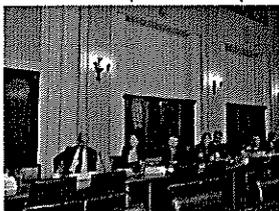
19 a 21 /04/ 2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na reunião anual da rede de Faculdades de Direito coordenada pela Erasmus University Rotterdam, organizado pela Universidade de Bucareste (Roménia).



19 a 21 /04/ 2012 - MESTRE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na reunião anual da rede de Faculdades de Direito coordenada pela Erasmus University Rotterdam, organizado pela Universidade de Bucareste (Roménia).



14 a 17/06/ 2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

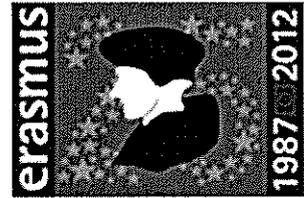
Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nas reuniões do Grupo ELPIS e do Mestrado Erasmus Mundus (LLm. Eur.), organizado pela Charles University in Prague, em Praga (República Checa).

14 a 17/06/ 2012 - MESTRE GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Participação, em representação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nas reuniões do Grupo ELPIS e do Mestrado Erasmus Mundus (LLm. Eur.), organizado pela Charles University in Prague, em Praga (República Checa).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

VIII. Actividades internacionais dos Professores da Faculdade de Direito de Lisboa

30/08/2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Contratação Pública e Arbitragem» proferida na sede da Sociedade de Advogados Sérgio Bermudes, no Rio de Janeiro, e transmitida por video-conferência para vários escritórios de advogados, de todo o Brasil.

29/08/2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Direito Administrativo Democrático: Democratização da Administração do Séc. XXI e de seus Institutos Fundamentais», na cerimónia de inauguração do "Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito Administrativo Democrático da Universidade de São Paulo", ocorrido na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil.

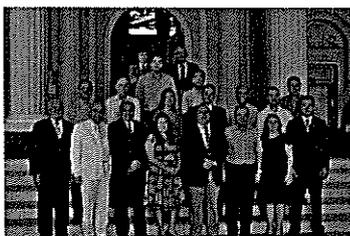


16 a 20/07/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

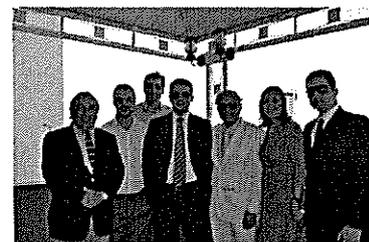
Avaliação dos relatórios orais do I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas da ESMape - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, em Recife (Brasil).

09 a 13/07/2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DE SILVA

Lecionação de disciplina de "Direito do Ambiente" no Mestrado de FDUL ministrado na ESMape, no Recife (Brasil).

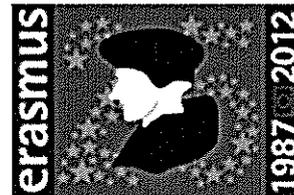


02 a 06/07/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Lecionação do seminário de Direito do Ambiente e dos recursos naturais, com o tema "Responsabilidade civil por dano ecológico", no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito da cooperação com o Instituto da Cooperação Jurídica, em Maputo (Moçambique).

14.15/06/2012 - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA

Assessoria Constitucional ao Governo Tunisino nos trabalhos de elaboração da Constituição.

04 a 08/06/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Seminário de Direito Administrativo no Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, no âmbito do Protocolo de Cooperação entre esta Instituição e o Instituto da Cooperação Jurídica da FDUL, na Faculdade de Direito José Eduardo dos Santos, em Huambo (Angola).

07/06/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Aula subordinada ao tema "O controlo da actividade da Administração: do processo ao procedimento" lecionada à turma de Direito Administrativo, no Curso de Licenciatura da Faculdade de Direito José Eduardo dos Santos, em Huambo (Angola).

29/05/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Aula subordinada ao tema "Prevenção do risco de catástrofes naturais - uma perspectiva de Direito Internacional", no programa de mestrado em Direito da UFMT - mestrado em Direito Agroambiental, sob coordenação dos Profs. Doutores Teodoro Irigaray e Patryck Ayala, na Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá (Brasil).

29/05/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

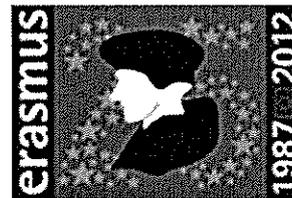
Aula subordinada ao tema "A protecção do ambiente na justiça europeia", no programa de mestrado em Direito da UFMT - mestrado em Direito Internacional, sob coordenação do Prof. Doutor Valério Mazzuoli na Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá (Brasil).

27/05/2012 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Palestra subordinada ao tema "O impacto da União Europeia no sistema judicial dos Estados membros", proferida no âmbito do I Seminário sobre Integração no Mercosul, promovido pela ESMAGIS - Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso, que teve lugar no SESC-Pantanal, Poconé (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

26/04/2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre "L'élection populaire du Président dans un cadre primo-ministériel - le cas du Portugal", na Universidade de La Rochelle (França).

25 a 28/01/2012 – PROF. DOUTOR PEDRO PAIS DE VASCONCELOS

Workshop do Project Group "Restatement of European Insurance Contract Law", na Università degli Studi di Milano-Bicocca, Faculta di Giurisprudenza, em Milão (Itália).

09 a 14/1/2012 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Leccionação de um Curso sobre «Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente», no I Curso de Mestrado de Direito Constitucional e Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na ESMAPE - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, em Recife (Brasil).

19/12/2011 – PROF. DOUTORA MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO

Conferência sobre «Concilier famille et travail pour les femmes et les homes: politiques de l'Union Européenne et perspectives dans le contexte de la crise économique mondiale», no âmbito do Seminário sobre o tema «Condivisione di responsabilità lavoratrice e familiari per le donne e gli uomini. Esperienza europea e sfide nel contesto della crisi economica mondiale», organizado pela AFEM (Association des Femmes de l'Europe mondiale) e pela Università degli Studi Federico II di Napoli, em Nápoles (Itália).

02/12/2011 – PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Intervenção sobre "Direitos sociais e ordenamento do território na era das alterações climáticas", na IV Conferência Internacional sobre as reformas legislativas em Macau - Direitos Sociais, Ambiente, Urbanismo e Planeamento do Território, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito de Macau, que teve lugar na Universidade de Macau (China).

30/11/2011 – PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

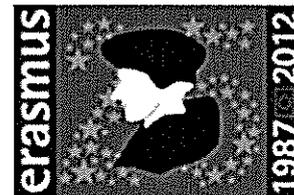
Intervenção sobre "Estado Social e gestão do risco tecnológico", no Seminário de mestrado e licenciatura em Direito em língua portuguesa - Seminário sobre as novas tendências sobre o papel do Estado na sociedade, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau (China).

29/11/2011 – PROF. DOUTORA MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO

Conferência sobre "Reconciliation of private and professional responsibilities: maternity leave and parental leave", no âmbito do Seminário sobre o tema «European Law on Equality between Women and Men in Practice», organizada pela ERA – Academy of European Law – em Trier, (Alemanha).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

21 a 25/11/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Lecionação da disciplina "Direito Constitucional do Ambiente como Direito Internacional Ambiental concretizado", no I Curso de Mestrado de Direito Constitucional e Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na ESMape - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, no âmbito do protocolo celebrado entre as instituições via Instituto de Direito Brasileiro, em Recife (Brasil).

17/11/ 2011 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Constituição da União Europeia e Federalismo», no I Congresso Internacional de Direito Constitucional de São Luís do Maranhão e no IV Congresso Nacional de Direito Constitucional de São Luís do Maranhão(Brasil).

27/10/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Arguição da tese de doutoramento da Dr^a Alina Carmen Celi Frugoni, subordinada ao título "Régimen Jurídico de los Riesgos Ambientales Derivados de las Agrobiotecnologías (Análisis de los Ordenamientos Jurídicos de Brasil y la Unión Europea)" na Faculdade de Direito da Universidade de Alicante (Espanha).

10 a 15/10/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Participação, como arguente, em duas provas finais de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito das actividades de cooperação desta Instituição com a FDUL, em Maputo (Moçambique).

10 a 15/10/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Leccionação do módulo "Energias renováveis e novas infra-estruturas energéticas" no Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia da Faculdade de Direito Eduardo Mondlane, no âmbito das actividades de cooperação desta Instituição com a FDUL, em Maputo (Moçambique).

14/10/2011 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

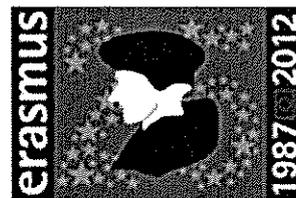
Conferência sobre «Regulação Ambiental - O Direito Europeu e Brasileiro em matéria de regulação Ambiental - com enfoque na energia eléctrica e no nuclear», no Curso Luso-Brasileiro de Direito Regulatório, que teve lugar na Escola da Advocacia-Geral da União, em São Paulo (Brasil).

10/10/2011 - PROF. DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre «Um Panorama Contemporâneo sobre os Direitos Culturais e os Direitos Fundamentais», no workshop sobre «A Protecção da Sociobiodiversidade na Amazônia e o Tratado de Cooperação Amazónica», patrocinado pelo programa PROCAD AMAZÓNIA 2006 e organizado pelo Curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), em Santos (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

29/09/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Conferência sobre "A prevenção e reparação do dano ecológico", no seminário jurídico anual promovido pelo Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte (Brasil).

28/09/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Conferência sobre "Princípios constitucionais vinculantes da actividade administrativa e licenciamento ambiental", no XXVIII Congresso Nacional de Procuradores do Estado de Minas Gerais, que teve lugar em Belo Horizonte (Brasil).

27/09/2011 (noite) - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Conferência sobre "As operações materiais administrativas e o seu controlo jurisdicional", no Instituto Mineiro de Direito Administrativo, Belo Horizonte (Brasil).

27/09/2011 (manhã) - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Conferência sobre "O Ambiente na Constituição", na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte (Brasil).

26/09/2011 - PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Conferência sobre "Interesse ambiental e interesse municipal", na Escola Superior da Associação de Procuradores Municipais de Belo Horizonte (Brasil)

23/09/2011 - PROF. DR. JORGE DUARTE PINHEIRO

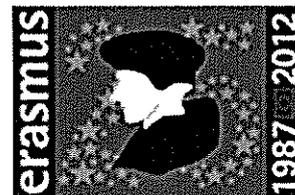
Conferência sobre "O sonho do exercício conjunto ou partilhado das responsabilidades parentais após o divórcio", no âmbito do "Seminário de Direito das Famílias" da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que se realizou na cidade de João Pessoa, Paraíba (Brasil).

22/09/2011 - PROF. DR. JORGE DUARTE PINHEIRO

Conferência sobre "Guerra e Paz no Direito de Família", no âmbito do I Congresso Internacional de Direito (subordinado ao tema "Direito e Violência: Caminhos Multidisciplinares para uma cultura de paz"), promovido pelo Centro de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA) e pelo Centro Ensino Superior e Desenvolvimento (CESED), que se realizou na cidade de Campina Grande, Paraíba (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

05 a 09/09/2011 – PROF. DOUTOR DAVID DUARTE

Seminário sobre «Administrative Discretion: An Analytic Approach», na Academy of European Public Law, em Atenas (Grécia).

02/09/2011 – PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Palestra sobre “A licença ambiental como instrumento de gerenciamento do risco ambiental”, proferida no âmbito do evento Direito Ambiental em foco, organizado pela sociedade de advogados Queiroz Cavalcanti Advogados, coordenação de Fernanda Barreto Campello, em Recife (Brasil).

29/08 a 09/09/2011 - PROF. DR. JORGE DUARTE PINHEIRO

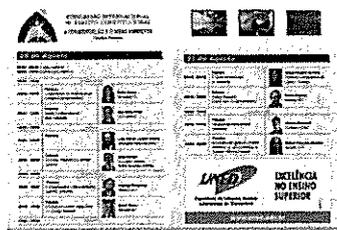
Regência do curso "Law of Parental Responsibility", no âmbito dos "Upper Division Courses - Fall 2011" da Columbus School of Law (Catholic University of America), Washington D.C.

28 a 30/08/2011 – PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Intervenção sobre “Florestas e responsabilidade socio-ambiental”, proferida no I Congresso Internacional Florense de Direito Ambiental, na UCS – Universidade de Caxias do Sul (Brasil)

27/08/2011 - PROF. DR. VASCO PEREIRA DA SILVA

Conferência sobre "O Direito Fundamental ao Ambiente", no "Congresso Internacional de Direito Constitucional" sobre "A Constituição e o Meio Ambiente", organizado pela UNED (Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino), que teve lugar em Cuiabá (Brasil).

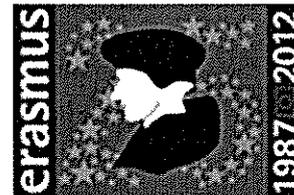


16/08/2011 – PROF. DOUTOR JORGE DUARTE PINHEIRO

Palestra sobre "Direito de Família: Perspectivas constitucionais", no âmbito do II Congresso Jurídico Internacional "Os Novos Paradigmas do Constitucionalismo Contemporâneo", que decorreu de 15 a 17 de Agosto de 2011 na Universidade UNIPAC (Campus Teófilo Otoni), Minas Gerais (Brasil).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

15/08/2011 – PROF. DOUTOR DAVID DUARTE

Conferência sobre «Analizing Norms: The Antecedent and Its Formulation», no XXV IVR World Congress, em Frankfurt (Alemanha).

15/08/2011 – PROF. DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Intervenção sobre “Derecho ambiental en Portugal y en la Unión Europea”, proferida na Casa Superior de Estudios de la Universidad Alas Peruanas, no âmbito do seminário Derecho e Gestión Ambiental Comparado, em Lima (Perú).



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



**GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE**

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

IX Outras actividades:

✦ Colaboração da AAFDL

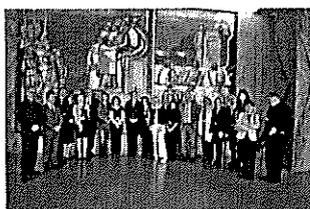
Em todas as iniciativas do Gabinete foi possível contar com a colaboração, sempre eficiente, da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, designadamente através do respectivo Gabinete Erasmus.

✦ FDUL - UNICURITIBA

Realizou-se no dia 19 de Julho uma reunião entre a FDUL, representada pelo Coordenador do Gabinete Erasmus, Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, e uma comitiva do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA (Brasil), com vista ao estreitamento de relações entre as duas instituições, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade de alunos e docentes.

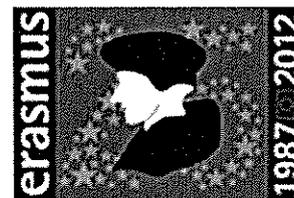
✦ 17ª Reunião Anual dos Representantes Erasmus (Nanterre Network)

Realizou-se nos dias 22 e 23 de março, na FDUL, a 17ª Reunião Anual dos Representantes Erasmus, com o apoio do Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

✦ Prova de Doutoramento conjunto em Granada

Teve lugar, no dia 10 de Fevereiro de 2012, em Granada, a prova de doutoramento conjunto emitido pela Universidade de Granada e pela Universidade de Lisboa, do Dr. Fausto Vecchio, tendo como membro do júri, em representação da Universidade de Lisboa, o Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva.



✦ Celebração de Protocolo Com a Universidade de Granada

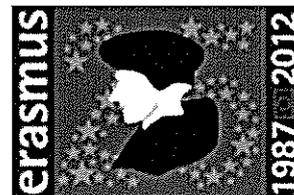
Foi celebrado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Granada um Protocolo para a realização de um doutoramento conjunto entre ambas as Faculdades sobre um tema de Direito Constitucional Europeu.

✦ Recepção aos estudantes de intercâmbio - 1º semestre do ano lectivo 2011/2012

Teve lugar no dia 28 de Setembro de 2011, às 12 horas, no Anf. 8, a recepção aos alunos de intercâmbio do 1º semestre de 2011/2012.



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

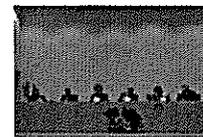
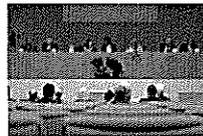
✦ **8º Congresso da "Societas Iuris Publici Europaei" (SIPE)**

Realizou-se, de 22 a 24 de Setembro de 2011, na FDUL, o 8º Congresso da "Societas Iuris Publici Europaei" (SIPE), sobre o tema: "A proteção dos direitos fundamentais na Europa antes e depois da adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem."

Organização: Gabinete Erasmus e
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas

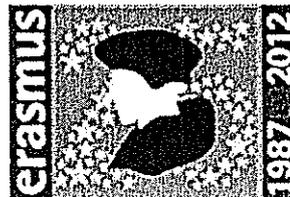
Com o apoio de: Fundação para a Ciência e Tecnologia
ELSA

Na Assembleia Geral da SIPE, realizada a 24 de Setembro, foi eleita uma nova direção, que integra um representante português, da FDUL, o Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva.





FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
ALAMEDA DA UNIVERSIDADE
1649-014 LISBOA CODEX



GABINETE ERASMUS
ERASMUS OFFICE

TELEF. 00351217984600
FAX. 00351217984603
erasmus@fd.ul.pt

Anexos

Derecho Constitucional Europeo.

Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada y Catedrático Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo.

Duración: 10 horas

Idioma: español

Objetivos del curso:

Este curso ofrece una formación básica en los grandes temas que plantea actualmente el Derecho Constitucional Europeo. Se analizará la interacción entre el Derecho Constitucional de la Unión Europea y el Derecho Constitucional de los Estados miembros y se valorará la situación actual del proceso de constitucionalización.

Se tendrá en cuenta el desarrollo del proceso de constitucionalización de la Unión Europea a partir de la elaboración y proclamación de la Carta de Derechos Fundamentales, la Convención que elabora el Tratado Constitucional, la crisis derivada del fracaso del proceso de ratificación del Tratado Constitucional y la elaboración del Tratado de Lisboa, suscrito el 13 de diciembre de 2007, que entró en vigor el 1 de diciembre de 2009.

Aunque el Tratado de Lisboa elimina el término <<Constitución>>, ha incorporado casi íntegramente el contenido del Tratado Constitucional, desarrollando así la cualidad constitucional del Derecho Fundamental de la Unión Europea (Tratado de la Unión Europea, Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea y Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea).

La perspectiva metodológica que se asume se basa en la inserción del Derecho constitucional de la Unión Europea dentro de una pluralidad de espacios constitucionales de dimensión europea. El Derecho constitucional europeo es una nueva disciplina que no analiza el nivel constitucional de la Unión Europea como una esfera radicalmente separada de los sistemas constitucionales nacionales. Por el contrario, la interacción entre el espacio constitucional de la Unión Europea y los espacios constitucionales de los Estados miembros es una perspectiva metodológica específica del Derecho constitucional europeo.

El Derecho constitucional europeo como disciplina debe servir no sólo para conocer mejor el proceso constitucional de la Unión Europea sino también para entender de mejor manera la realidad constitucional actual de los Estados miembros. El proceso de constitucionalización de la Unión Europea debe ser entendido igualmente desde la perspectiva de la europeización de los sistemas constitucionales nacionales y de los ordenamientos jurídicos estatales para contribuir a la construcción constitucional de Europa (que, de otra parte, es también la construcción de <<nuestro>> Derecho constitucional, como portugueses, españoles, alemanes, franceses o italianos, en el ámbito europeo).

Temario:

- I.-El Derecho Constitucional Europeo como disciplina científica.
 - 1.-Derecho Constitucional Europeo en sentido amplio y en sentido estricto.
 - 2.-El Derecho Constitucional de la Unión Europea.
 - 3.-El Derecho Constitucional de los Estados miembros como parte integrante del Derecho Constitucional Europeo.
 - 4.-La interacción entre los diversos espacios constitucionales en Europa.
 - 5.-El Derecho Constitucional como disciplina. Perspectivas metodológicas.

- II.-La Constitución europea en el proceso histórico de integración europea.
 - 1.-El modelo de construcción europea en sus primeros cincuenta años.
 - 2.-La Unión Europea <<preconstitucional>>.
 - 3.-La ampliación de la Unión y la crisis del modelo.
 - 4.-El desarrollo del proceso de globalización y su incidencia sobre el proceso de integración.
 - 5.-Integración y constitucionalización.

- III.-El debate sobre la Constitución europea.
 - 1.-Las asimetrías que dificultan la construcción de una comunidad política.
 - 2.-Los debates doctrinales sobre la Constitución Europea.
 - 3.-El modelo del Estado constitucional de Derecho.
 - 4.-La cuestión de la identidad europea.
 - 5.-Estados y ciudadanía en la construcción constitucional de Europa.

- IV.-El Tratado Constitucional.
 - 1.-El contexto europeo de elaboración del Tratado Constitucional.
 - 2.-La Convención Europea.
 - 3.-El experimento de una Constitución con forma de Tratado.
 - 4.-El proceso de ratificación y la crisis del Tratado Constitucional.
 - 5.-La fragmentación del espacio político europeo y la crisis del método de revisión de los Tratados.

- V.-El Tratado de Lisboa.
 - 1.-El proceso de elaboración del Tratado de Lisboa.
 - 2.-El rechazo a la estatalidad de la Unión Europea.
 - 3.-La <<desestructuración>> del Derecho constitucional europeo.
 - 4.-El Tratado de Lisboa en el contexto de la pluralidad de espacios constitucionales en Europa.
 - 5.-El Tratado de Lisboa y la ciudadanía europea.

Bibliografía Básica

Todas las referencias bibliográficas que se indican a continuación (y las que puedan recomendarse posteriormente porque estén disponibles a lo largo del curso) son de acceso gratuito a través de Internet:

-Azpitarte Sánchez, Miguel: <<Las relaciones entre el Derecho de la Unión y el Derecho del Estado a la luz de la Constitución Europea>>, ReDCE, nº 1, Enero-Junio de 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<La construcción del lenguaje jurídico en la Unión Europea>>, ReDCE, nº 1, Enero-Junio de 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<La configuración normativa de principios y derechos constitucionales en la Constitución europea>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº 4, Julio-Diciembre de 2005. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<Los Tribunales Constitucionales en el proceso de integración europea>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº 7, Enero-Junio de 2007. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<La Constitución Europea tras el Consejo Europeo de Bruselas y el Tratado de Lisboa>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº 8, Julio-Diciembre de 2007. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<Derecho constitucional común europeo>>, REP 79, 1993. En: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_079_016.pdf

-Häberle, Peter: <<El Estado constitucional Europeo>>, CC, n. 2, 2000. En: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/2/art/art4.pdf>

-Häberle, Peter: <<Europa como comunidad constitucional en desarrollo>>, ReDCE, nº1, 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

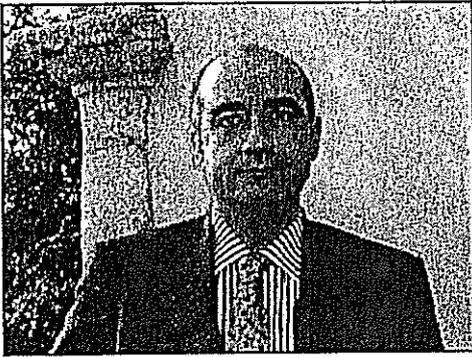
-Häberle, Peter: <<El Tratado de Reforma de Lisboa de 2007 >>, ReDCE, nº9, 2008. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<La Constitución de la Unión Europea de junio de 2004 en el foro de la Doctrina del Derecho constitucional europeo>>, ReDCE, nº 2, Julio-Diciembre de 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter <<¿Tienen España y Europa una Constitución?>> ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<La regresiva "sentencia Lisboa" como Maastricht-II anquilosada>>, ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Habermas, Jürgen: <<Por qué Europa necesita una Constitución>>. En: <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/habermas25.htm>



Curriculum Vitae Abreviado

Francisco Balaguer Callejón

Catedrático de Derecho Constitucional

- Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
- Catedrático Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo.
- Catedrático Jean Monnet *ad personam* de Derecho Constitucional Europeo y Globalización
- Director de la *Revista de Derecho Constitucional Europeo.*
- Presidente de la *Fundación Peter Häberle.*
- Coordinador del Master Oficial y Postgrado de Derecho Constitucional Europeo de la Facultad de Derecho de Granada.

FORMACIÓN Y POSICIONES ACADÉMICAS

- Licenciado en Derecho (Universidad de Granada, 1981).
- Doctor en Derecho (Universidad de Granada, 1984).
- Profesor de Derecho constitucional (Universidad de Málaga, 1981-1986).
- Visiting Professor*, Indiana University-Purdue University at Indianapolis Law School, Spring Semester, EEUU, 1985.
- Profesor Titular de Derecho constitucional (Universidad de Málaga 1986, Universidad de Granada, 1989).
- Catedrático de Derecho Constitucional (Universidad de Granada, 1991).
- Professore Visitatore*, Università degli studi <<La Sapienza>> de Roma, Italia, Diciembre de 1999.
- Catedrático Jean Mounet de Derecho Constitucional Europeo (2004).
- Professore Visitatore*, Università degli studi <<La Sapienza>> de Roma, Italia, Diciembre de 2006.
- Professore Visitatore*, Università degli Studi di Milano, Milán, Italia, Marzo de 2009.
- Catedrático Jean Mounet *ad personam* de Derecho Constitucional Europeo y Globalización (2010).
- Professor Visitante*, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2010.
- Professor Visitante*, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2011.
- Doctor "Honoris Causa" (Universidade Federal de Maranhão, São Luis, Brasil, 2011)

ORGANIZACIÓN DE CONGRESOS

Ha dirigido más de 20 Congresos, Seminarios y Jornadas Internacionales de Derecho constitucional. Entre ellos los congresos internacionales *Federalismo y regionalismo en el umbral del Siglo XXI* (1997); *Derecho constitucional y cultura* (1999, 2000); *Constitución y Democracia* (2003) y *La Constitución Europea* (2004). Igualmente, las *Jornadas Internacionales sobre la Constitución Europea* (I a IX), durante los años 2004 a 2012. También los congresos internacionales *La Construcción del Derecho Constitucional Europeo* (2009); *La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo* (2010); *La respuesta europea a la crisis en el*

marco de la Globalización (2010); Integración supranacional y descentralización política en el contexto de la Globalización (2011); Línea temática de sviluppo del Diritto Costituzionale Europeo (Catania, Italia, 2011) y Primavera Árabe, Unión Europea y contexto global (2012).

CONFERENCIAS, CURSOS Y SEMINARIOS IMPARTIDOS

Ha participado como ponente en congresos e impartido más de 350 conferencias, cursos y seminarios en 10 países. Por ejemplo, en España:

A Coruña (Universidad de La Coruña, 2005); Ávila (UNED, 1996 y 1998); Alicante (Universidad de Alicante, 1995, 2001, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 y 2012); Almería (Universidad de Almería, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 y 2003); Cursos de Verano de la Universidad Complutense de Madrid, 1998); Almuñécar (Centro Mediterráneo de la Universidad de Granada, 2003); Baeza (Universidad Internacional de Andalucía, 1996, 1997 y 2001); Baza (UNED, 1997 y 2000); Barcelona (Universidad Pompeu Fabra, 1994; Universidad Central de Barcelona, 1994, 1996 y 2002; Universidad Autónoma de Barcelona, 2002, 2004 y 2005; Asociación Española de Letrados de Parlamentarios, 2007); Bilbao (Universidad del País Vasco, 2002, 2003, 2004, 2005 y 2011); Cáceres (Universidad de Extremadura, 2002, 2007 y 2008); Castro Urdiales (Universidad de Cantabria, 2003 y 2005); Cádiz (Universidad de Cádiz, 1999); Castellón (Universidad Jaume I de Castellón, 1998); Ceuta (Universidad de Granada, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1999); Córdoba (Universidad de Córdoba, 1993, 2005 y 2006); Jaén (Universidad de Jaén, 1994, 1997, Diputación Provincial/Universidad, 1997); La Rioja (UNED, 1992 y Universidad de La Rioja, 2008); Las Palmas de Gran Canaria (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1997); Madrid (UNED, 2004, 2007 y 2009; Universidad Complutense, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 y 2009; Universidad Autónoma, 2005; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005, 2006, 2008 y 2012; Universidad Carlos III, 2007; Instituto de Derecho Público de la Universidad Rey Juan Carlos, 2010); Málaga (Universidad de Málaga, 1994, 1996, 1997, 2003 y 2006); Melilla (Universidad de Granada, Ciudad Autónoma de Melilla, 1997, 1998, 1999 y 2004); Mérida (Escuela de Administración Pública de Extremadura, 2005, Asamblea de Extremadura, 2006); Motril (Centro Mediterráneo de la Universidad de Granada, 1998; Centro Asociado de la UNED, 2001, 2003 y 2004); Oñati (Universidad del País Vasco, 1996; Instituto Internacional de Sociología Jurídica, 1999); Osuna (Universidad de Sevilla, 2007); Pamplona (Universidad Pública de Navarra, 1998); Salamanca (Universidad de Salamanca, 2009); Santiago de Compostela (EGAP, 1992 y 2005); San Roque (Universidad de Cádiz, 2001); San Sebastián (Universidad del País Vasco, 2005); Segovia (Universidad de Valladolid, 2008); Sevilla (Universidad Internacional de Andalucía, 1998 y 1999; Universidad Pablo de Olavide, 2003; Parlamento de Andalucía, 2005; Instituto Andaluz de Administración Pública, 2005; Gabinete Jurídico de la Junta de Andalucía, 2005; Instituto Andaluz de Administración Pública, 2006; Centro de Estudios Andaluces, 2008); Tarragona (Universidad Rovira i Virgili, 1998, 1999 y 2001); Tenerife (Instituto Canario de Administración Pública, Universidad de La Laguna, 1997); Toledo (Universidad de Castilla-La Mancha, 1998; Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de Toledo, 2009, 2010 y 2012); Torreveja (Universidad Miguel Hernández de Elche, 2006); Valladolid (Universidad de Valladolid, 2006, 2008 y 2012); Vitoria (Parlamento Vasco, 1998); Yuste (Universidad de Extremadura, 2003); Zaragoza (Gobierno de Aragón, 2008, Fundación Manuel Giménez Abad, 2012).

Fuera de España ha impartido conferencias y cursos en alemán, inglés, italiano, francés, portugués y español en Alemania, Bélgica, Brasil, Francia, Italia, México, Portugal, Reino Unido y Suiza:

Baden-Baden (Alemania, FernUniversität Hagen, 1999); Bari (Italia, Università degli Studi di Bari, 2012); Bayreuth (Alemania, Universität Bayreuth, 1997, 2001 y 2002); Bonn (Alemania, Institut für Öffentliches Recht der Universität Bonn, 2006); Brasilia (Brasil, Instituto Brasileiro de Direito Público, 2007, 2010, 2011 y 2012); Bruselas (Bélgica, Istituto Italiano di Cultura, 2009); Cagliari (Italia, Facoltà di Scienze Politiche, Università degli Studi di Cagliari, 2008); Campina Grande (Brasil, Universidade Estadual da Paraíba, 2010 y 2012); Cancún (México, Universidad de Quintana Roo/Universidad Nacional Autónoma de México, 1998); Catania (Italia, Facoltà di Scienze Politiche, Università degli Studi di Catania, 2010); Coimbra (Portugal, Universidade de Coimbra, 2005); Cosenza (Italia, Facoltà di Scienze Politiche, Università della Calabria, 2007 y 2011); Enna (Italia, Università Kore di Enna, 2011); Erlangen (Alemania, Universität Erlangen-Nürnberg, 2001); Hannover (Alemania, Deutsche Institut für Föderalismusforschung, 1993); João Pessoa (Brasil, Escola Superior da Magistratura da Paraíba, 2010; Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2012); Lisboa (Portugal, Universidade de Lisboa, 2010 y 2011); Londres (Reino Unido, Istituto Italiano di Cultura, 2010); Milán (Italia, Facoltà di Scienze Politiche, Dipartimento Giuridico-Politico, Università degli Studi di Milano, 2009); Montpellier (Francia, Faculté de Droit et Science politique, Université Montpellier I, 2009); Nápoles (Italia, Facoltà di Giurisprudenza - Seconda Università degli Studi di Napoli, 2009 y 2010; Seconda Università degli Studi di Napoli/Università degli Studi di Napoli Federico II, 2012); Natal (Brasil, Escola Brasileira de Estudos Constitucionais, 2010 y 2012); Palermo (Italia, Università degli Studi di Palermo, Facoltà di Giurisprudenza, 2011); Perugia (Italia, Università degli Studi di Perugia, Facoltà di Giurisprudenza, 2008); Pisa (Italia, Dipartimento di Diritto Pubblico, Facoltà di Giurisprudenza de la Università di Pisa, 2006 y 2010); Porto Alegre (Brasil, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010; Escola Superior de Direito Municipal 2010); Regensburg (Alemania, Universität Regensburg, 1997); Rio de Janeiro (Brasil, Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, 2007); Roma (Italia, Dipartimento di Teoria dello Stato y Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad <<La Sapienza>> diciembre de 1998; Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad <<La Sapienza>>, diciembre de 1999; Centro de excelencia europea Jean Monnet-Luigi Einaudi de la Universidad <<La Sapienza>>, junio y noviembre de 2004; Associazione Italiana dei Costituzionalisti, Universidad <<La Sapienza>>, octubre de 2006; Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad <<La Sapienza>>, diciembre de 2006; Facoltà di Economia de la Universidad <<La Sapienza>>, junio de 2007; Libera Università internazionale degli Studi Sociali Guido Carli-LUISS, junio de 2007; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini"- Università degli Studi di Roma <<Tor Vergata>>, junio de 2007 y diciembre de 2011; Facoltà di Giurisprudenza de la Universidad <<La Sapienza>>, mayo de 2008; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini", mayo de 2008; Libera Università internazionale degli Studi Sociali Guido Carli-LUISS, mayo de 2010; Facoltà di Giurisprudenza de la Universidad <<La Sapienza>>, mayo de 2010; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini", marzo de 2011; Facoltà di Economia, Università "La Sapienza", diciembre de 2011; Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", junio y diciembre de 2011; Facoltà di Giurisprudenza, Università "La Sapienza", diciembre de 2011); Sankt-Gallen (Suiza, Universität St. Gallen, 2008); São Luís (Brasil, Universidade Federal do Maranhão, 2011); São Paulo (Brasil, Escola de Direito do Brasil - EDB/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, noviembre de 2011; Faculdade de Direito da Universidade de

São Paulo, noviembre de 2011; Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag, abril de 2012); Siena (Italia, Centro di Ricerca e Formazione sul Diritto Costituzionale Comparato, Universidad de Siena, 2000, 2003); Tuxtla (México, Universidad Autónoma de Chiapas/Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1998); Urbino (Italia, Università degli Studi di Urbino, 2010).

DOCTORADO

-Ha dirigido 19 Tesis Doctorales de doctorandos de España, Italia y Brasil. Todas ellas han obtenido la calificación de Sobresaliente <<Cum Laude>> por unanimidad. Cuatro de ellas han obtenido el Premio Extraordinario de Doctorado en Derecho de la Universidad de Granada. Una de ellas tiene el Título de Doctorado Europeo, siete han sido dirigidas en cotutela con la Universidad de Lisboa y con diferentes universidades italianas (defendidas en la Universidad "La Sapienza" de Roma, en la Universidad de La Calabria, en la Segunda Universidad de Nápoles y en la Universidad de Bari). Dirige actualmente 10 Tesis Doctorales de doctorandos de España, Brasil, Chile, México, Perú, Portugal e Italia.

-Ha participado en 60 Tribunales de Tesis Doctorales en España y en otros países. En Málaga (1986), Granada (1987), Madrid (Universidad Complutense, 1990), Granada (2, 1992), Florencia (European University Institute, 1994), Málaga (1995), Granada (1996), Barcelona (1996, Universidad Central); Málaga, 1997; Valencia, 1997; La Coruña, 1997; Barcelona, 1997 (Universidad Central); Madrid (Universidad Complutense, 1998); Almería, 1998; Las Palmas de Gran Canaria, 1998; Granada (2), 1998; Alicante, 1998; Almería, 1999; Oviedo, 1999; Barcelona (1999, Universidad Central); Granada, 1999; Alicante (2), 2000; Granada, 2000; Málaga, 2000; Barcelona (2000, Universidad de Barcelona); Almería (2), 2001; Málaga, 2002 (como Presidente); Almería, 2003; Siena, 2003 (Universidad de Siena, como Presidente); Granada, 2003 (como Presidente); Bilbao, 2004; Alcalá de Henares, 2005 (2); Bilbao, 2005; Granada, 2005; Sevilla (Universidad de Sevilla), 2006; Roma (Universidad "La Sapienza"), 2008; Granada, 2008 (como Presidente); Nápoles, 2009 (Segunda Universidad de Nápoles); Salamanca, 2009, Nápoles 2010 (Segunda Universidad de Nápoles, 3 como Presidente); Salamanca, 2010 (Universidad de Salamanca, como Presidente), Málaga, 2010 (como Presidente), Bilbao, 2011; Cosenza, 2011 (Universidad de La Calabria, 3 como Presidente), Roma (Universidad "La Sapienza"), 2011; Granada 2011 (como Presidente), Bari, 2012 (Universidad de Bari, 3) y Bilbao, 2012.

-Ha impartido Cursos de Doctorado en más de 60 Programas de Doctorado en más de 20 Universidades en España y en otros países. En España en: Universidad de Alicante, Universidad de Almería, Universidad de Granada, Universidad de Málaga, Universidad de La Rioja, Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Universidad del País Vasco, Universidad Autónoma de Barcelona y Universidad Internacional Menéndez Pelayo/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, en Madrid. Fuera de España en: Universidad "La Sapienza" de Roma (Italia), Universidad Tor Vergata de Roma (Italia), Universidad de Siena (Italia), Universidad de Pisa (Italia), Universidad de Perugia (Italia), Universidad de Montpellier I (Francia), Universidad de Milán (Italia), Universidad de Catania (Italia), Universidad de Palermo (Italia), Universidad Kore di Enna (Italia), Universidad de La Calabria (Italia), Segunda Universidad de Nápoles (Italia), Universidad de São Paulo (Brasil) y Universidad de Bari (Italia).

-Ha coordinado 7 Programas de Doctorado bianuales. Ha sido Coordinador del Programa de Doctorado <<Derecho constitucional jurisprudencial>> del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada (bienios 1993-1995, 1995-1997, 1997-1999, 1999-2001 y 2001-2003) y del Programa de Doctorado <<Derecho Constitucional Común Europeo: Jurisprudencia y Doctrina>> del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada (bienio 2003-2005). Igualmente, del Programa de Doctorado <<Derecho Constitucional Europeo>> (2005-2007), del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada y la Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo. Este Programa obtuvo la Mención de Calidad del Ministerio de Educación y Ciencia (MCD-2005 00139, Resolución de 29 de junio de 2005).

-Actualmente es Coordinador del Máster Oficial y Postgrado de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada: <<Derecho Constitucional Europeo>>. Postgrado Oficial en Derecho, organizado en colaboración con la Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo y adaptado al EEES. Máster con Mención de Calidad del Ministerio de Educación y Ciencia. Cursos Académicos 2006-2007, 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011 y 2011-2012.

INVESTIGACIÓN

-Becado en 1991 (Deutscher Akademischer Austauschdienst) y 1993 (Ministerio de Educación y Ciencia) en la Universidad de Regensburg, Alemania.

-Investigador principal en dos Acciones Integradas de investigación científica entre España y Alemania (con la Universidad de Regensburg), 1994, 1995.

-Investigador Principal del Grupo de Investigación de la Junta de Andalucía <<Andalucía, la Unión Europea y el Estado social>>, subvencionado con las ayudas para el fomento de la Investigación y el Desarrollo Tecnológico de la Junta de Andalucía (años 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 y 2012).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación PB97-0801: <<Relaciones entre ordenamientos en la jurisprudencia del Tribunal Constitucional. Derecho europeo, derecho estatal y derecho autonómico>>. Proyecto nacional, subvencionado dentro del Programa Sectorial de Promoción General del Conocimiento, por Resolución de 18-9-1998, con una duración de tres años (1998-2001).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación BJU2003-06526: <<El proceso de constitucionalización de la Unión Europea>>. Proyecto nacional, subvencionado por la Secretaría de Estado de Política Científica y Tecnológica del Ministerio de Ciencia y Tecnología, por Resolución de 1 diciembre de 2003, con una duración de tres años (2003-2006).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación de Excelencia SEJ-939: <<Las reformas constitucionales y estatutarias en el marco de la Unión Europea>>, de la Junta de Andalucía, con una duración de tres años (2005-2008).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación SEJ2007-66427/JURI <<La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo>>. Proyecto nacional, subvencionado por la Dirección General de Investigación del Ministerio de Educación y Ciencia, con una duración de tres años (2007-2010).

-Investigador principal en la Acción Integrada de investigación científica entre España y e Italia, con la Universidad de Pisa, 2007. Referencia: HI2007-0028, Proyecto: <<Jurisdicción ordinaria y jurisdicción constitucional en el proceso de integración europea>>.

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación de Excelencia SEJ-4931: "Reformas estatutarias y desarrollo estatutario en el marco de la Unión Europea", de la Junta de Andalucía, con una duración de cuatro años (2011-2014).

PUBLICACIONES

Autor de más de 250 publicaciones sobre materias de su especialidad en Alemania, Brasil, España, Francia, Italia, México, Perú, Portugal y Suiza. Entre ellas se pueden mencionar:

-Fuentes del Derecho (dos tomos, Tecnos, Madrid, 1991 y 1992), Premio <<Adolfo Posada>> del Centro de Estudios Constitucionales, correspondiente al periodo 1991-1992. <<La supletoriedad del derecho estatal sobre el autonómico en el ordenamiento constitucional español>>, en Kramer, J. (Hrsg.), Die Entwicklung des Staates der Autonomen in Spanien und der bundesstaatlichen Ordnung in der Bundesrepublik Deutschland, Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 1996. <<Constitución normativa y ciencia del Derecho>>, en AAVV: Estudios de Derecho Público en Homenaje a Juan José Ruiz-Rico, Editorial Tecnos, Vol. I, Madrid, 1997. <<La constitucionalización de la Unión Europea y la articulación de los ordenamientos europeo y estatal>>, en Miguel Ángel García Herrera (dir.): El constitucionalismo en la crisis del Estado social, Universidad del País Vasco, Bilbao, 1997. <<Die Autonome Gemeinschaft Andalusien im Bildungsprozess des Autonomen Spanischen Staates>>, Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 47, 1999. <<Las fuentes del Derecho>>, en La experiencia constitucional (1978-2000), Gumersindo Trujillo, Luis López Guerra y Pedro González-Trevijano (Dirs.), CEPC, Madrid, 2000; <<Il finanziamento dei partiti politici in Spagna>>, en Finanziamento della politica e corruzione, a cura di Fulco Lanchester, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000. <<Livelli istituzionali e tecniche di riconoscimento dei diritti in Europa. Una prospettiva costituzionale>>, en Tecniche di garanzia dei diritti fondamentali, a cura di Giancarlo Rolla, G. Giappichelli Editore, Torino, 2001. <<Das System der Rechtsquellen in der spanischen Verfassungsrechtsordnung>>, Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 49, 2001. <<Der Verfassungsstaat in iberoamerikanischem Kontext>>, en Martin Morlok (Hrsg.) Die Welt des Verfassungsstaates, Nomos, Baden-Baden, 2001. <<Derecho y Derechos en la Unión Europea>> en Javier Corcuera Añenza (Coord.), La protección de los Derechos Fundamentales en la Unión Europea, Dykinson, Madrid, 2002. <<El status constitucional de la reforma y la fragmentación del Poder Constituyente>>, en AAVV, La democracia constitucional. Estudios en homenaje al Profesor Rubio Llorente, Congreso de los Diputados, Tribunal Constitucional, Vol. I, Madrid, 2002. <<Fuentes del Derecho, espacios constitucionales y ordenamientos jurídicos>>, Revista Española de Derecho Constitucional, n. 69, Madrid, 2003. <<I diritti degli stranieri in Spagna>>, Diritto Pubblico Comparato ed Europeo, n° II, G. Giappichelli Editore, Torino, 2003. <<Der Beitrag Spaniens zur europäischen Rechtskultur>>, Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 52, 2004. <<Der Integrationsprozess in Europa und die Beziehungen zwischen der Europäischen Rechtsordnung und den Rechtsordnungen der Mitgliedsstaaten>>, en A. Blankenagel, I. Pernice, H. Schulze-Fielitz (Hrsg.) Verfassung im Diskurs der Welt, Liber Amicorum für Peter Häberle, Mohr Siebeck, Tübingen, 2004. <<Niveaux et techniques internes et internationaux de réalisation des droits en Europe. Une perspective constitutionnelle>>, Revue Française de Droit Constitutionnel, n° 60, Paris, Octobre 2004. <<El sistema de fuentes en la Constitución Europea>>, en ReDCE, n° 2, Julio-Diciembre de 2004. <<La configuración normativa de principios y derechos constitucionales en la Constitución europea>>, en Boletim da Faculdade de Direito, STVDIA IVRIDICA, 84. Coimbra Editora, Coimbra, 2005. <<Die europäische Verfassung auf dem Weg zum Europäischen Verfassungsrecht>>, Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 53, 2005. <<Las cuestiones competenciales en los actuales procesos de reforma de los Estatutos de Autonomía>>, en Revista General de Derecho Constitucional, n° 1, Madrid, 2006. <<Reformas constitucionales relativas al Título VIII en relación con la recepción constitucional de la denominación oficial de las CCAA>> en Francisco Rubio Llorente, José Álvarez Junco (eds.) *El informe del Consejo de Estado sobre la reforma constitucional. Texto del informe y debates académicos*, CEPC, Madrid, 2006. <<Lo Stato autonomo spagnolo: la stagione delle riforme>>, en *I cantieri del federalismo in Europa*, a cura di Antonio D'Atena, Giuffrè, Milano, 2008. <<Recht und Sprache in Europa>>, en AAVV, *Präjudiz und Sprache*, Dike/Nomos, Zurich/St. Gallen, Baden-Baden, 2008. <<El Tratado de Lisboa en el Diván. Una reflexión sobre constitucionalidad, estatalidad y Unión Europea>>, *Revista Española de Derecho Constitucional*, núm. 83, mayo-agosto de 2008. <<La Riforma dello Statuto di autonomia dell'Andalusia nel contesto della pluralità di spazi costituzionali di ambito europeo>>, en *Regionalismi e Statuti. Le riforme in Spagna e Italia*, a cura di Silvio Gambino, Giuffrè Editore, Milano, 2008. <<La reforma constitucional en el contexto de la pluralidad de espacios constitucionales de dimensión europea>>, *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, Sexagésimo aniversario, Número conmemorativo 1948-2008, Año 2008. <<El día de reflexión: prohibición de manifestaciones, encuestas electorales y utilización de nuevas tecnologías>>, en Francisco Rubio Llorente, Paloma Biglino Campos, *El informe del Consejo de Estado sobre la reforma electoral. Texto del informe y debates académicos*, CEPC, Madrid, 2009. <<Possibilidades e limites da reforma constitucional na Espanha no contexto do Estado autonómico integrado na União Europeia>>. *Direitos Fundamentais & Justiça*, n° 6, Porto Alegre (Brasil), 2009. <<Die Territorialreformen in Spanien>>. *Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart*, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 57, 2009. <<A divisão territorial do poder num contexto supranacional. O exemplo da Espanha na União Europeia>> en André Ramos Tavares, Ingo Wolfgang Sarlet y George Salomão Leite (eds.) *Estado Constitucional e Organização do Poder*, Editora Saraiva, São Paulo (Brasil), 2010. <<Le Corti Costituzionali e il processo di integrazione europea>> en AA VV, *Anuario 2006 - La circolazione dei modelli e delle tecniche del giudizio di costituzionalità in Europa*, Jovene Editore, Napoli 2010. <<Diritto e giustizia nell'ordinamento costituzionale europeo>>, en *Giustizia e diritto nella scienza giuridica contemporanea*, a cura di Antonio Cantaro, G. Giappichelli Editore, Torino, 2011. <<A configuração normativa dos direitos fundamentais pela justiça constitucional em um contexto de integração supranacional>> en George Salomão Leite e Ingo Wolfgang Sarlet (Coord.) *Jurisdição Constitucional*,

Democracia e Direitos Fundamentais. Estudos em homenagem ao Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Editora JusPODIVM, Salvador Bahia, 2012.

-Ha realizado traducciones de obras de diversos autores alemanes que se han publicado en España y en otros países. Igualmente Prólogos a diversas obras y recopilaciones de textos normativos.

-Como coautor, es de destacar: Francisco Balaguer Callejón (Coordinador), Gregorio Cámara Villar, Juan Fernando López Aguilar, María Luisa Balaguer Callejón y José Antonio Montilla Martos, *Manual de Derecho Constitucional*, dos volúmenes, 6ª edición, Tecnos, Madrid, 2011. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luis Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), *Reformas estatutarias y distribución de competencias*, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2007. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luis Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), *Reformas estatutarias y Declaraciones de Derechos*, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2008. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luis Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), *Reformas estatutarias y organización institucional*, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2010.

OTRAS ACTIVIDADES

-Miembro de 20 Consejos Editoriales y Consejos Asesores de Revistas especializadas en Derecho constitucional así como de Colecciones Editoriales en España, Portugal, Brasil, Perú, México e Italia.

-Miembro del Grupo de Expertos Jurídicos de la Agencia de Derechos Fundamentales de la Unión Europea (FRALEX).

-Miembro del Comité Científico del Centro di Ricerca e Formazione sul Diritto Costituzionale Comparato (Universidad de Siena, Italia) 2000-2005.

-Miembro del Comité Científico del Centro di Ricerca sui Sistemi Costituzionali Comparati (Universidad de Génova, Italia).

-Socio del Centro Interdepartimentale di Ricerca e di Formazione sul Diritto Pubblico Europeo e comparato (DIPEC).

-Miembro de la Societas Iuris Publici Europaei (SIPE, Georg-August-Universität, Alemania).

-Ha realizado Dictámenes e Informes para diversas instituciones y empresas: Junta de Andalucía, Gobierno de la Nación, Consejo de Estado, Diputación General de Aragón, Universidades de Andalucía, Agencia de Derechos Fundamentales de la Unión Europea, entre otras.

-Director del Departamento de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada desde 1996 a 2012 (reelegido en 2000, 2004 y 2008).

-Miembro del Grupo de Trabajo sobre El futuro de la Unión Europea, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.

-Miembro del Foro sobre La reforma de la estructura territorial del Estado, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (2004-2007).

-Tramos de Investigación: 5 (Períodos 1982-1987, 1988-1993, 1994-1999, 2000-2005, 2006-2011). Tramos de Docencia: 6. Tramos autonómicos: 5.

-Conocimiento de Idiomas: Inglés, Francés, Italiano, Portugués y Alemán.

-Consejero del Consejo Consultivo de la Comunidad Autónoma de Andalucía y miembro de la Comisión Permanente del Consejo (1994-2005).

-Miembro del Comité de Coordinación Andaluz para la conmemoración de 2005 como Año Europeo de la Ciudadanía a través de la Educación.

-Director del Observatorio de Derecho europeo, autonómico comparado y local.

Anexo II

Seminar Syllabus

Introduction to the Law of the United States

Professor Patrick R. Hugg
John J. McAulay Professor of Law
Loyola University School of Law

One Credit

University of Lisbon
Faculty of Law

October 17 – 21, 2011

SYLLABU.S.

Seminar Objectives: This seminar will introduce students to the basic structure and primary distinguishing features of the law and legal system of the United States of America. As the **Seminar Schedule** below illustrates, the seminar will explore the many non-European aspects of U.S. law and especially the common law tradition and the federal nature of governance between the central government in Washington D.C. and the fifty States. Students will discuss the controversial differences in the common law and civil law traditions, as each system attempts to impose order and promote prosperity in its jurisdiction. In particular, students of this seminar will enjoy learning about and discussing the different U.S. methods for finding justice through adversarial trial processes, the U.S. approach to protecting fundamental rights, and other current topics.

Because the U.S. legal system is often dramatically different from most European legal systems, the seminar will be presented in the lecture – discussion format, in hopes of promoting a lively interchange regarding the rationality and functionalism of the varying institutions, mechanisms, and rules of law. Some aspects of the U.S. legal system make little sense, except in the context of their historical development. Some parts of the U.S. legal system work poorly; others work well. To offer the students a thoughtful and provocative learning experience, these very different and very non-European aspects of U.S. law will be discussed.

Expected Student Learning Outcomes: First and foremost, students completing this seminar can expect to understand the unique nature of this polity called the United States. This is significant because the U.S. is complex and significantly different from the governments in continental Europe. Its organization and institutions do not compare well with counterparts in the EU. Second, students can expect to become familiar with the political and governmental functioning of the U.S., its processes, and vernacular. Finally, students can expect to gain an understanding of the revolutionary development of the U.S. as a significant evolution of legal systems and legal science in the late 18th century, and how that has succeeded and failed to the present day.

Text and Other Resources: Selected seminar readings have been prepared and will be distributed prior to the course. Students will also be given a small pamphlet containing the U.S. Constitution (it is surprisingly short). Further, we will resort to other available resource for current news illustrating U.S. law.

Seminar Schedule: The seminar will meet for five sessions, starting Monday, October 17 through Friday, October 21, 2011, in two hour seminar meetings. The seminar will conclude with a short analytical paper, to be written privately by each student after the seminar in a time convenient to the student. See **Course Format and Expectations** below for more details regarding this final paper.

Daily Topical Schedule:

Monday, October 17	Historical Development of U.S. Law – the different national experience and mentality: Rugged Individualism; Legal sources, Common Law, Presidential Democracy
Tuesday, October 18	Public Law – Constitutional Law, Legal Process, Judicial Review, Fundamental Rights, the Death Penalty
Wednesday, October 19	The U.S. Judicial System – Civil and Criminal Procedure, Trial Process, the Jury, State and Federal Courts
Thursday, October 20	Private Law – Contracts, Torts, Property, Punitive Damages, Class Actions, Contingent Fees
Friday, October 21	The U.S. Law School Experience, Legal Professions: Lawyers and Judges

Class Attendance: Students are expected to attend a minimum of four of the five classes offered.

Course Format and Expectations: The class will be presented in the lecture-discussion format, including the traditional Socratic and case methods. Our discussions will take U.S. beyond the relevant descriptive information about the U.S. law. Particular emphasis will be placed on inquiry into the coherence and philosophical underpinnings of the governmental and legal institutions, processes, and values advanced by the U.S. system. Students are encouraged to participate in the class presentations with informed questions and comments. Students are also encouraged to prepare for class by reading the assigned materials prior to each class. Because class participation is valued as a teaching tool, it will be included in the final grades (see **Course Grading** below).

The course will conclude with the students writing a brief paper on a topic of their choice, in agreement with the Professor, relating to the seminar instruction and discussions. The paper will be evaluated for its analytical merit and substantive content, not its length. We are all too busy for that. The paper may not exceed five typewritten pages, or if handwritten, may not exceed 1250 words.

Course Grading: Students' grades will be administered according to the traditional system in place at the University of Lisbon. Final grades in the course will be computed on the following basis: Class participation 20%, final paper 80%.

Office Hours: Prof. Hugg will maintain office hours each Monday - Friday afternoon from 2 p.m. until 3:30 p.m. in the offices assigned to him in the law faculty, and he will be available at other times by appointment. Prof. Hugg may be contacted most easily via e-mail at hugg@loyno.edu. Students are encouraged to e-mail, call, or visit at any time to discuss the course, the paper, and any related topics of interest.

RESUME

PATRICK RYAN HUGG

John McAulay Professor of Law
Loyola University School of Law
7214 St. Charles Ave.
New Orleans, LA 70118

EDUCATIONAL BACKGROUND

LL.M. Tulane University School of Law - 1981
With Distinction

J.D. University of Louisville - 1978

A.B. Spring Hill College - 1970

ACADEMIC EXPERIENCE

Professor of Law, Loyola University School of Law
1986 - present

John McAulay Distinguished Professor of Law
invested in 2000

Guest Professor:
University of Vienna Law faculty Fall semester 1995, Fall semester 2009
Yditepe University Law faculty, Istanbul Fall semester 2002

Director of Vienna Summer Legal Studies Program
1994 - present

Director of Loyola Law School Center for International Programs
1999 - 2011

Direct and teach two annual peripatetic seminars: 1) Exploring the Roots of the Civil Law (seminar presentations on site traveling from Istanbul, via the Bosphorus to Anatolia, to Ephesus, Samos, and Thessaloniki), 2) The Institutions of the European Union (seminar presentations on site, traveling from Brussels, through Luxembourg, Strasbourg, and Paris)

Courses Taught Include International Trade Law, Law of the European Union, Common Law Property, Appellate Advocacy, Comparative Law, and Federal Courts, and co-teach annually Comparative Legal Systems: Austria, Germany, and the United States (with Prof. H. Hausmaninger).

CURRENT LEADERSHIP SERVICE

Chair, International Committee, Southeast Association of Law Schools, 2010-2012.

Member, World Trade Organization, New Orleans, Government Affairs Committee 2009 – 2011.

Member, Board of Governors, Louisiana Civil Service League
2000 - present

Member University Institutional Review Board - 2006 - present

2003 University Award for Outstanding Research

PUBLICATIONS

Book:

Guide to European Union Commercial Practice, Oceania Publishers 2003.

Law Review Articles:

Accession Aspirations Degenerate: A New Chapter for Turkey and the EU, 9 Washington University Global Studies Law Review 225 (2010).

Symposium Introduction: Emerging Technology and Law in Europe, Loyola University New Orleans College of Law, Law & Technology Annual, 133 (2010).

The New EU Services Directive: Metaphor for Europe Today, Model for Expanding International Harmonization Tomorrow, International Law and Trade 220 (2007).

Cyprus in Europe: Seizing the Momentum of Nice, 34 Vanderbilt Journal of Transnational Law 1293 (2001).

Turkey in Europe: Reconsidering the Luxembourg Exclusion, 23 Fordham Int'l L. 606 (2000).

Transnational Convergence: European Union and American Federalism, 32 Cornell Int'l L. Rev. 43 (1998)

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 2001 Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Slovakia.

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 1999 Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Albania.

Comparative Models for Legal Education in the United States: Improved Admissions Standards and Professional Training Centers, 30 Valparaiso University Law Review 51 (1995).

Book Review, The Justice From Beacon Hill: The Life and Times of Oliver Wendell Holmes, 38 Loyola Law Review 557 (1992).

A Hybrid Theory of Education Reform, co-authored by Dr. Lou Miron, 36 Loyola Law Review 937 (1991).

Federalism's Full Circle - Relief from Education Discrimination, 35 Loyola Law Review 13 (1989).

Judicial Style: An Exemplar, 33 Loyola Law Review 865 (1987).

BAR ASSOCIATIONS

Supreme Court of the United States
Fifth Circuit Federal Bar and licensed in all federal district trial courts
Louisiana Supreme Court Bar, and licensed in all trial courts in the state

Anexo III

EUROPEAN TAX LAW: VAT

Rita de la Feria (Oxford University)

DAY	DATE	TOPIC
1 (2,5h lecture)	TBC	The European VAT Experience
2 (2,5h lecture)	TBC	Problematic VAT Areas – Rates Structures
3 (2,5h lecture)	TBC	Problematic VAT Areas – Exemptions
4 (2,5h lecture)	TBC	VAT Planning, Avoidance and Fraud

Rita de la Feria is a Senior Research Fellow at the Centre for Business Taxation, University of Oxford. She received her law degree from the University of Lisbon, having specialised in Economic Law. She then began her professional career as a tax consultant with Arthur Andersen, working in both their Lisbon and Dublin offices. In 2006, she completed her PhD on EU VAT harmonization at the Law School of the University of Dublin, Trinity College. Prior to joining Oxford University in 2007, Rita de la Feria held lecturing positions on Tax Law and EU Law at both the University of Dublin, Trinity College and Queen's University Belfast. She was a visiting scholar at New York University, Law School in 2008, an ATAX Visiting Research Fellow at the University of New South Wales, Sydney in 2009, and a Visiting Professor at the Law Faculty, University of Lisbon in 2010. She teaches regularly at the Catholic University of Portugal, Global Law School, Lisbon. She has published widely on tax issues, particularly on European VAT, and presented to academic, practitioner, and tax administration audiences, the latter amongst others within the framework of the European Commission's Fiscalis Programme. Most notably, she is the author of the book *The EU VAT System and the Internal Market* (IBFD, 2009), editor of the loose-leaf *A Handbook of EU VAT Legislation* (Kluwer Law International, 2004-), which is updated bi-annually, and co-editor of the compilation on *Prohibition of Abuse of Law: A New General Principle of EU Law?* (Hart Publishing, 2011). She is a member of the editorial board of the *British Tax Review*, a contributing author for *Highlights & Insights on European Taxation*, and a correspondent for *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*. Her work is regularly cited by the courts, including the EU Court of Justice.



Regulation and Selfregulation in the European Union – An analytical and constitutional approach

Lisbon, 21-25.11.2011

Prof. Dr. Luis Arroyo Jiménez
University of Castilla-La Mancha

Contents

1. Introduction to regulation
 - 1.1. Concepts of regulation
 - 1.2. Instruments of regulation
 - 1.3. The scale of regulation
2. Models of economic regulation in the European Union
 - 2.1. Introduction
 - 2.2. The foundations
 - 2.2.1. Integration
 - 2.2.2. Diversity
 - 2.3. The models
 - 2.3.1. Centralized regulation
 - 2.3.2. Decentralized regulation
 - 2.3.3. Regulatory competition
 - 2.4. The choice
 - 2.4.1. Competitive federalism
 - 2.4.2. Reflexive harmonization
3. Regulated Self-regulation
 - 3.1. Introduction
 - 3.2. The foundations
 - 3.3. The models
 - 3.3.1. State influence
 - 3.3.2. Legal form
 - 3.4. The constitutional requirements
 - 3.4.1. Justification
 - 3.4.2. Judicial control
 - 3.4.3. Rule of law
 - 3.4.4. Democracy



Cases

- Case C-3/99, *Cidreerie Ruwet*
Case C-58/98, *Corsten*
Case C-309/99, *Wouters*

Further reading

- L. Arroyo Jiménez, *Libre empresa y títulos habilitantes*, CEPC, Madrid, 2004, pp. 248-278.
- L. Arroyo Jiménez/A. Nieto Martín (Eds.), *Autorregulación y sanciones*, Lex Nova, Valladolid, 2008.
- J.-B. Auby, «Autorégulation et droit administratif», *Droit Administratif*, n°. 8-9, 2008, 23 ff.
- I. Ayres/J. Braithwaite, *Responsive Regulation*, OUP, Oxford, 1992.
- M. Ballbé y C. Padrós, *Estado competitivo y armonización europea*, Ariel, Barcelona, 1997
- J. Baquero Cruz, *Entre competencia y libre circulación. El Derecho constitucional económico de la Comunidad Europea*, Civitas, Madrid, 2002.
- I. Bartle/P. Vass, «Self-regulation within the Regulatory State: Towards a new Regulatory Paradigm?», *Public Administration* 85-4, 2007, 885 ff.
- J. Black, «Constitutionalising Self-Regulation», *The Modern Law Review* 59-1, 1996, 24 ff.
- M. Darnaculleta, *Autorregulación y Derecho público. La autorregulación regulada*, Marcial Pons, Madrid, 2005.
- S. Deakin, «Legal Diversity and Regulatory Competition: Which Model for Europe?», *European Law Journal*, Vol. 12, No. 4, July 2006, 440 ff.
- J. Esteve Pardo, *El desconcierto del Leviatan*, Marcial Pons, Madrid/Barcelona, 2009.
- M. Eifert, «Regulierungsstrategien», in W. Hoffmann-Riem/ E. Schmidt-Assmann/A. Vosskuhle, *Grundlagen des Verwaltungsrechts*, Band I, C.H.Beck, München, 2006.
- F. Kostoris Padoa Schioppa, *The principle of Mutual Recognition in the European Integration Process*, Palgrave Macmillan, New York, 2005.
- G. Majone, *Regulating Europe*, Routledge, London/New York, 1996
- M. Poiares Maduro, *We, the Court. The European Court of Justice & the European Economic Constitution*, Hart, Oxford, 1998
- M. Poiares Maduro, «So close and yet so far: the paradoxes of mutual recognition», *Journal of European Public Policy* 14-5, 2007, 814 ff.
- A. Ogus, *Regulation. Legal Form and Economic Theory*, Hart, Oxford, 2004.
- A. Ogus, «Rethinking Self-regulation», *Oxford Journal of Legal Studies*, 15-1, 1995, 97 ff.
- A. Ogus, «Self-regulation», in B. Bouckaert/G. de Geest (Eds.), *Encyclopedia of Law and Economics*, 1999, 587 ff.
- D. Sarmiento, «La recepción en el Derecho de la Unión Europea y en su jurisprudencia de las técnicas de regulación económica», in J. Esteve Pardo y S. Muñoz Machado dirs., *Derecho de la regulación económica*, vol. I, Iustel, Madrid, 2009.
- M. Sun/J. Pelkmans, «Regulatory Competition in the Single Market», *Journal of Common Market Studies* 35-1, 1995, 67 ff.

Luis Arroyo Jiménez

Letrado del Tribunal Constitucional

Profesor Titular de Derecho Administrativo – Universidad de Castilla-La Mancha

Breve CV / Short CV

Licenciado en Derecho (1996) con premio extraordinario, Master en Derecho comunitario (2000) y Doctor en Derecho (2003) con premio extraordinario en la UCLM. Habilitación nacional como profesor titular de Universidad (2005). Letrado del Tribunal Constitucional (2008-). Ha sido investigador invitado en varias Universidades extranjeras (Bochum, Colonia, Oxford). Es autor de diversas publicaciones, entre las que destacan los libros *Libre empresa y títulos habilitantes* (CEPC, Madrid, 2004), *La revisión de las técnicas de conservación urbanística* (Civitas, 2006) y *Autorregulación y sanciones* (L. Arroyo y A. Nieto, dirs., Lex Nova, 2008) y *Spanish Administrative Law under European Influence* (L. Ortega, L. Arroyo, C. Plaza eds., Europa Law Publishing, 2010). Sus áreas de interés son el Derecho administrativo, el Derecho público económico y el Derecho europeo.

Law Degree (1996, UCLM), LLM (2000, UCLM), PhD (2003, UCLM). Professor of Administrative Law (2005). Law clerk, Spanish Constitutional Court (2008-). Visiting Researcher in the Universities of Bochum, Cologne, and Oxford. Representative publications are *Libre empresa y títulos habilitantes* ("Market Freedom and Prior Approval", CEPC, Madrid, 2004); *Autorregulación y sanciones* ("Self-Regulation and Sanctions", L. Arroyo y A. Nieto, eds., Lex Nova, 2008) and *Spanish Administrative Law under European Influence* (L. Ortega, L. Arroyo, C. Plaza eds., Europa Law Publishing, 2010). His research interests are Administrative Law, Economic Regulation and European Union Law.

Publicaciones / Publications

Libros

- *Spanish Administrative Law under European Influence*, L. Ortega, L. Arroyo, C. Plaza (eds.), Europa Law Publishing, Groningen, 2010, 205 págs.
- *Autorregulación y sanciones*, L. Arroyo y A. Nieto (Dirs.), Lex Nova, Valladolid, 2008, 313 págs.
- *La revisión de las técnicas de conservación urbanística*, Civitas, Madrid, 2006, 151 págs.
- *Libre empresa y títulos habilitantes*, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2004, 603 págs.

Artículos y capítulos de libros (selección)

- «Las resoluciones del Tribunal

Constitucional en los procesos de control de constitucionalidad de la ley» (con Eva Nieto), XVI Jornadas de la Asociación de Letrados del Tribunal Constitucional. Murcia, 2010., en prensa. [+]

- «Sobre la estructura normativa de la libertad de empresa», V Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho *Administrativo* San Fernando, Cádiz, 5 y 6 de febrero de 2010, en prensa. [+]
- «Public Services», en *Spanish Administrative Law under European Influence*, L. Ortega, L. Arroyo, C. Plaza (eds.), Europa Law Publishing, Groningen, 2010, pp. 145-166; también en *The changing legal framework for services of general interest in Europe. Between competition and solidarity*, M. Krajewski, U. Neergaard y J. van de Gronden (eds.), T. M. C. Asser Press, The Hague, 2009, pp. 309-325. [+]
- «Ponderación, proporcionalidad y Derecho administrativo», *InDret 2/09*, www.indret.com; también en L. Ortega y S. de la Sierra (Coords.), *Ponderación y Derecho administrativo*, Marcial Pons, Madrid, 2009, pp. 19-49. [+]
- «Conservación y ruina», en S. Jimenez y J. A. Carrillo (Dirs.), *Derecho de la Ordenación del Territorio y Urbanístico de Castilla-La Mancha*, Aranzadi, 2009.
- «Los usuarios de las telecomunicaciones» (con Ana I. Mendoza Losana), en T. de la Quadra-Salcedo (Dir.), *Telecomunicaciones*, Iustel, Madrid, 2009, pp. 233-296.
- «Introducción a la autorregulación», en L. Arroyo Jiménez y A. Nieto Martín (Dirs.), *Autorregulación y sanciones*, Lex Nova, Valladolid, 2008, pp. 17-35.
- «Policemen, Soldiers and Secret Services – A look at the Situation in Spain and Europe» (con Nuria Garrido Cuenca), en *European Review of Public Law*, 20-1, 2008, pp. 583-620.
- «Constitucionalismo europeo y Europa social» (con Luis Ortega Álvarez), en *Revista Española de Derecho Europeo*, nº. 23, 2007, pp. 339-370.
- «La externalización de los servicios públicos económicos: formas, principios y límites» (con Luis Ortega Álvarez), en VV. AA., *La esternalizzazioni. Atti del XVI Convegno degli amministratori italo-spagnoli*, BUP, Bologna, pp. 123-157.



Anexo V

Droit et Bioéthique
Programme
(Thèmes et Problèmes)

Prof. Dr. Pierre-Henri Prétot

- 1- La procréation médicalement assistée.
- 2- L'interruption de la grossesse.
- 3- Le statut juridique de l'embryon et les recherches sur l'embryon.
- 4- La mort volontaire.

Pierre-Henri PRELOT

Adresse personnelle : 8 Allée de la Treille
78700 Conflans Ste Honorine

Adresse professionnelle : Faculté de droit
33, Bd du Port
95011 Cergy-Pontoise Cedex

Téléphone personnel : 01 39 19 52 99

Téléphone professionnel : 01 34 25 67 03 (ou 62 12)

Fax : 01 34 25 60 32

E-mail : pierre-henri.prelot@droit.u-cergy.fr

Nationalité française,
Né le 7 avril 1959

Activité professionnelle : Professeur de droit public (Université de Cergy Pontoise)

Enseignements :

- Droit constitutionnel : théorie générale de l'Etat, droit constitutionnel français, droit constitutionnel approfondi
- Libertés publiques : théorie générale et régimes de protection

Recherches : travaux de recherche en droit constitutionnel, en libertés publiques et en droit des relations Eglises Etat (droit des religions et de la laïcité).

Publications :

- Traité de droit français des religions, Litec, 2003, 1417p. (ouvrage codirigé avec Francis Messner et Jean-Marie Woehrling)
- Droit des libertés fondamentales, Hachette, 2007, 317 p.
- Nombreux articles en droit constitutionnel, droit des libertés fondamentales et droit des religions.

Activités administratives :

- Directeur de l'Ecole doctorale de Droit et Sciences humaines.
- Ancien membre du Conseil national des Universités (section 02) (2003 à 2006).
- Doyen honoraire de la faculté de droit de l'Université de Cergy-Pontoise, de juin 1997 à juin 2002.
- Membre élu du Conseil d'administration de l'Université.

Dr. Steffen Pabst, LL.M. (Stockholm)

University Leipzig, Faculty of Law

European Civil Procedural Law

The lecture will give an overview about the European Civil Procedural Law. First the European legislation will be presented and new developments shall be mentioned. The main focus of the lecture will be on Brussels I-Regulation (Reg [EC] 44/2001). I will describe detailed the scope of application before I present all the different grounds of jurisdiction. The problems of foreign lis pendency shall be discussed as well as questions of recognition and enforcement of judgements in other Member States. Finally the new system of a European Enforcement order shall be described. Additionally I will focus on conflict issues with the Lugano Convention 2007 and the Hague Convention on Choice of Court Agreements 2005.

CURRICULUM VITAE

DR. STEFFEN PABST LL.M. (STOCKHOLM)

WORK EXPERIENCE

- since May 1999 Institute of Foreign and European International Private and Civil Procedural Law
University of Leipzig, Germany
chairman Prof. Dr. Thomas Rauscher
academic assistant
- Jul 2004 – Jul 2009 teaching assignment summer school “Legal issues of Globalisation”
Catholic University Lisbon, Portugal
- since Apr 2006 teaching assignment for legal clerkship in Saxony, specialisation
„European law and Private International Law“
- since Apr 2006 teaching assignment „European Civil Procedure Law“
ELTE-University Budapest, Hungary
- since May 2006 Examiner University part of First Exam in Law
Faculty of Law, University Leipzig
- since Jun 2007 Examiner Master’s programme „Europäischer Privatrechtsverkehr“
Faculty of Law, University Leipzig
- since Feb 2008 teaching assignment „Private International Law & European Law“
University of applied sciences Wiener Neustadt, Austria
- since Jan 2010 Examiner Master’s programme „Europäisches Recht“
Faculty of Law, University Leipzig
- since Feb 2011 teaching assignment „European Civil Procedure Law“
Classic University Lisbon, Portugal

EDUCATION

- Oct 1994 – Mar 1999 University of Leipzig, Germany
Law School, elective course: Private International Law,
International Civil Procedural Law, Comparative Law
First State Exam
- Jul 1999 (3 weeks) Hague Academy of International Law, Netherlands
summer course „Private International Law“
- Sep 2000 – Jun 2001 University of Stockholm, Sweden
Master’s Programme in Comparative and International Law
Master of Comparative and International Law (LL.M.)
- Nov 2001 – Nov 2003 legal clerkship at the district court of Leipzig, Germany
elective course: Private International Law and European Law
Second State Exam
- May 2005 – Jul 2009 University of Leipzig, Germany
PhD studies
Dr. iur.

Anexo VII

Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet

Período: 27.02.12 a 02.03.12 – 10 horas-aula.

Programa:

Os Direitos Sociais como Direitos Humanos e Fundamentais – uma perspectiva transconstitucional

Social Rights as human and fundamental rights – a trans constitutional perspective

1 – (neo) constitucionalismo e (trans) constitucionalismo – o Estado Constitucional e os Direitos Humanos e Fundamentais na quadra da internacionalização e globalização;

1 – (neo) constitutionalism and (trans) constitutionalism – the Constitutional State and the Fundamental and Human Rights in the Global Era

2 – Ainda é possível falar de direitos sociais? Delimitando a noção de direitos sociais;

Is it still possible to talk about social rights? Delimiting the notion of social rights

3 – O Estado Social e os Direitos Sociais em perspectiva histórico-evolutiva;

The social state and the social rights in a historical and evolutionary perspective

4 - Os principais modelos e sistemas de reconhecimento e proteção dos direitos sociais na esfera constitucional e transnacional (internacional e regional);

The major models and systems in terms of recognition and protection of social rights at the constitutional and transnational sphere (at international and regional level)

5 - Os direitos sociais como direitos humanos e fundamentais na esfera constitucional – uma perspectiva de direito comparado

Social rights as human and fundamental rights in the constitutional sphere – a perspective of comparative law

5.1 – O problema da “fundamentalidade” dos direitos sociais;

The problem of the fundamentality of social rights

5.2 – Direitos sociais entre dimensão objetiva e subjetiva;

Social rights between the objective and subjective dimension

5.3 – A titularidade individual e/ou coletiva dos direitos sociais;

Who are the subjects of social rights? Individuals or groups? The individual and/or collective entitlement of social rights;

6 – A eficácia e efetividade dos direitos sociais – uma análise na perspectiva da prática decisória nacional e supranacional

The efficacy and effectiveness of social rights– an analysis from the perspective of the national and supranational decision praxis.

6.1 – Eficácia e efetividade como problema: os direitos sociais entre texto e realidade

The Efficiency and Effectiveness as a problem: social rights between text and reality

6.2 – Direitos sociais e seus limites (fáticos e jurídicos)

Social rights and its limits (factual and legal)

6.3 – Objeções à efetivação dos direitos sociais pela via jurisdicional

Objections to the implementation of social rights through judicial review

6.4 – Critérios para a efetivação dos direitos sociais pela via jurisdicional

Criteria for the enforcement /implementation of social rights through courts

7 – Desafios e perspectivas para os direitos sociais na condição de direitos humanos e fundamentais

Challenges and perspectives for the social rights as human and fundamental rights

III - Bibliography (just books)

Basic

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Sociais. Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*, 10ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Complementary

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. de Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Malheiros, 2008.

ALEXY, Robert. *Derechos Sociales y Ponderación*, Madrid, 2009.

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. *Los derechos sociales como derechos exigibles*, Madrid? Trotta, 2002.

AMARAL, Gustavo. Direito, Escassez & Escolha, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ANDRADE, José Carlos Vieira. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, Coimbra: Almedina (edição mais recente).

ARANGO, Rodolfo. El Concepto de Derechos Sociales Fundamentales, Bogotá: LEGIS – Universidad Nacional de Colombia, 2005.

BARCELLOS, Ana. Paula. de. A Eficácia dos Princípios Constitucionais. Dignidade da Pessoa Humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BITENCOURT NETO, Eurico Bitencourt. O Direito ao Mínimo para uma Existência Digna, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7 ed. (reimp.) Coimbra: Almedina, 2003.

_____. Estudos sobre Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

FIGUEIREDO, Mariana F. Direito Fundamental à Saúde: parâmetros para sua eficácia e efetividade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

GALDINO, Flávio Introdução à Teoria dos Custos dos Direitos: Direitos não Nascem em Árvores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

GARCIA, Emerson (coord). A efetividade dos direitos sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GOMES, Fábio Rodrigues. O Direito Fundamental ao Trabalho, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y Garantias. La ley del más débil*, Madrid: Editorial Trotta, 1999.

KRELL, Andreas. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha. Os (des) caminhos de um direito constitucional “comparado”*, Porto Alegre: Sergio Fabris, 2002.

LEAL, Rogério Gesta. *Condições e Possibilidades Eficaciais dos Direitos Fundamentais Sociais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LEDUR, José Felipe. *Direitos Fundamentais Sociais. Efetivação no âmbito da democracia representativa*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. *Teoria dos Direitos Fundamentais Sociais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

- LIEBENBERG, Sandra. *Socio-Economic Rights. Adjudication under a Transformative Constitution*, Cape Town, JUTA, 2010.
- LOPES, José Reinaldo Lima. *Direitos Sociais. Teoria e Prática*, São Paulo: Método, 2006.
- MELLO, Cláudio Ari (org). *Os desafios dos direitos sociais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, especialmente Volume IV, Coimbra: Ed. Coimbra (edição mais recente possível).
- MOLINARO, Carlos Alberto. *Direito Ambiental – Proibição de Retrocesso*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- PEREIRA DA SILVA, Vasco. *A cultura a que tenho direito. Direitos Fundamentais e Cultura*, Coimbra: Almedina, 2007.
- PINTO E NETTO, Luísa Cristina. *O Princípio de Proibição de Retrocesso Social*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- PIOVESAN, Flávia. *Proteção Judicial Contra Omissões Legislativas*, 2ª ed., São Paulo: RT, 2003.
- PISARELLO, Gerardo. *Los derechos sociales y sus garantías. Elementos para una reconstrucción*, Madrid: Trotta, 2007.
- QUEIROZ, Cristina. *O princípio da não reversibilidade dos direitos fundamentais sociais: princípios dogmáticos e prática jurisprudencial*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- _____. *Direitos fundamentais sociais: funções, âmbito, conteúdo, questões interpretativas e problemas de justiciabilidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 9ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org). *Direitos Fundamentais, orçamento e “reserva do possível”*, 2ª Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- SARMENTO, Daniel; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.). *Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal. Balanço e Crítica*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (Org). *Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- SUNSTEIN, Cass. *The Second Bill of Rights*, New York, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. *O Direito ao Mínimo Existencial*, Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TUSHNET, Mark. *Weak Courts, Strong Rights; Judicial Review and Welfare Rights in Comparative Constitutional Law*, Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

INGO WOLFGANG SARLET

Juiz de Direito no RS.

Doutor em Direito pela Universidade de Munique (1997), com revalidação como Doutor em Direito do Estado pela USP.

Estudos em nível de Pós-Doutorado nas Universidades de Munique (Bolsista DAAD, 2005), Georgetown (2004), e, como bolsista, junto ao Instituto Max-Planck de Direito Social Estrangeiro e Internacional (Munique, 2001, 2002 e 2003).

Representante brasileiro e correspondente científico junto ao Instituto Max-Planck de Direito Social Estrangeiro e Internacional (Munique) desde o ano de 2000.

Pesquisador visitante na Harvard Law School (jan-fevereiro de 2008).

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS.

Professor Titular de Direito Constitucional nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado (Direito e Ciências Criminais) da PUC/RS e Professor de Direito Constitucional na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (AJURIS).

Professor do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha).

Professor Visitante (bolsista do Programa Erasmus Mundus) da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 2009);

Professor do Curso de Mestrado em Direito Constitucional Europeu da Universidade de Granada (Espanha), desde 2010.

Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Direitos Fundamentais – NEDF, da PUC/RS (Sistema de Grupos de Pesquisa do CNPq), vinculado ao Mestrado e Doutorado em Direito da PUC/RS.

Autor e organizador de diversas obras (com destaque para os livros A Eficácia dos Direitos Fundamentais, 10ª ed., e Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988, 9ª ed.), bem como de artigos publicados em obras coletivas e periódicos nacionais e estrangeiros (Alemanha, Argentina, Bélgica, Espanha, Equador, Portugal).

Conferencista e integrante de painéis e seminários no Brasil e no exterior (Argentina, Alemanha, África do Sul, Áustria, Bélgica, Chile, Espanha, EUA, Itália, México, Portugal, Suíça).

Anexo VIII

Current Topics of Administrative Law and Administrative Sciences

I. The Political Background of Developments in Administrative Law

1. Globalization
2. Competition between States
3. Global Trends in Administrative Reform
4. The Challenge of Supranationality

II. Structures and Differentiations

1. The Typology of Administrative Systems
2. The Public-Private Divide
3. Differences between Various Fields of Administrative Law
4. Administrative Rulemaking, Implementation and Administrative Acts
5. Administrative Discretion and Judicial Review

III. Emerging Core Principles of International Administrative Law

1. Rule of Law
2. Participation
3. Transparency
4. Proportionality

IV. Instruments

1. Regulatory Agencies
2. Ombudsmen
3. The Target Culture
4. Imitating the Private Sector

Professor Dr. iur. Veith Mehde, Mag.rer.publ.
Faculty of Law, Leibniz University Hannover,
Königsworther Platz 1, 30167 Hannover/Germany, Tel.: +49 5117628206

Curriculum Vitae

Qualifications:

- Since October 2006: Professor of Public Law, especially Administrative Law; since June 2011 Professor of Public Law and Administrative Sciences, Leibniz University Hannover.
- 2005: Habilitation at the Law Faculty of Hamburg University; title of the thesis: „Wettbewerb zwischen Staaten“ (“Competition Between States”).
- 2001: Second State Exam in Hamburg.
- 2001: Magister rerum publicarum (Master of Administrative Sciences), German University of Administrative Sciences Speyer.
- 2000: Doctor iuris; Title of the thesis: „Neues Steuerungsmodell und Demokratieprinzip“ (“New Steering Model and the Democratic Principle”), Hamburg University.
- August 1996: First State Exam in Hamburg.

Education and job experience:

- April 1990 to August 1996: study of law (Hamburg University).
- October 1992 to June 1993: General Course (London School of Economics and Political Science).
- October 1996 to March 2000: Wissenschaftlicher Mitarbeiter (Research Assistant) of Prof. Dr. Hans Peter Bull (Hamburg University).

- February 1999 to March 2001: Referendariat (legal traineeship) in Hamburg.
- May 2000 to April 2001: Postgraduate studies of Administrative Sciences at the German University of Administrative Sciences Speyer.
- April 2001 to September 2006: Wissenschaftlicher Assistent (assistant professor) Hamburg University.
- Since January 2007: Managing Editor of the Journal "Verwaltung & Management" ("Administration and Management").
- Since January 2010: Managing Director of the Institute for Public Policy and Administration, Leibniz University Hannover.

COURSE SYLLABUS
COMPREHENSIVE LECTURE ON EUROPEAN COMPETITION LAW
(10 Hrs.)

Class 1 (2 hrs.)

Introduction concerning the course structure and the materials; introduction on European competition law; legal reasoning in Europe for comparative law and for competition law.

A concept of “competition”; markets and market structure; competition theory; history of European competition law; European competition law and National competition law

Assigned reading: course script overview; Assigned Reading: course script pg. 2, 3, 4 – 19, 67 – 75

Class 2 (2 hrs.)

Topic: competition law and cartel law: horizontal trade restraints, concerted practices; the structure of a European statute (Art. 81 EC).

Enforcement of European and National competition law; fundamental rights and enforcement matters

Assigned reading: course script pg. 15 – 19, 21 – 23, 77 - 89

Class 3 (2 hrs.)

Topic: European cartel law: vertical trade restraints, distribution systems, licensing; the structure of general and specific exemptions of European cartel law

Assigned reading: course script pg. 35 – 43, 121 - 127

Class 4 (2 hrs.)

Introduction into Merger and acquisition control in relation to European competition law

Assigned reading: (see Class 4) plus course script pg. 21 – 33, 35 – 43, 187 – 191; 115 – 119, 141 – 149

Class 5 (2 hrs.)

Anti-discrimination clauses under European law and National law; basic concepts;
Doctrine of Essential Facilities; Relationship to the law of market behaviour (unfair
competition) in Europe

Assigned reading: course script pg. 45 – 63, 129 – 133, 135 - 139

Basic liberties of the European market and the Competition Law; fundamental rights and
substantial competition law

Assigned reading: course script pg. 15 – 19, 91 - 113

Prof. Dr. Bernd H. Oppermann
LL.M. (UCLA)

Curriculum vitae

- Born 29.2.1956 in Büdingen, Germany
- 1974 Studies in law, physics, and philosophy at J. W. Goethe University Frankfurt, grantee of German National Fellowship Foundation
- 30.1.1981 First state exam in law (Frankfurt)
- 1981 Graduate studies in law and assistantship at University of California, Los Angeles (UCLA), School of Law, USA, final degree: Master of laws (LL.M.)
- 1982 Employment at the patent and copyright law firm Spensley, Horn, Jubas & Lubitz, Los Angeles, USA
- 1983 Clerkship OLG Frankfurt, 1986 second state exam in law (Wiesbaden)
- 1985 Dissertation, Ph.D.-degree in law at J. W. Goethe-University, Frankfurt
- 1986 Commission assistant for a cable-TV project, Ministry for Cultural Affairs Rhine-Palladium, Mainz, Germany
- 1987 Assistant professor at University of Hamburg, faculty of law
- 1992 Habilitation, *venia legendi* for private law, commercial law, procedural law, legal theory
- 1993 Deputy professor at the chair for European and international business law, faculty of law, European University Viadrina (Frankfurt/Oder), Germany
- *Since 1992* full professor, *since 1994* Chair for German, European and International private law and commercial law, faculty of law, Leibniz University of Hanover
- 2000 - 2002 Dean of the faculty of law at Leibniz University of Hanover
- 2002-2004 Vice-Dean of the faculty of law at Leibniz University of Hanover
- 2003 – 2006 Scientific co-ordinator of TEMPUS pilot projects in Russia (Ekaterinenburg, Izhevsk, Perm, Tjumen)
- *Since 2004* ERASMUS MUNDUS co-ordinator of the Consortium “European Legal Practice – LL.M. Eur” (Hanover, Le Havre, Rouen, Lisbon - <http://www.elpis.eu>)

Grants

- Japan (1994, Keio Univ., Yokohama City Univ.); UK (1996, Strathclyde Univ., Glasgow); Poland (1994, 1998, 2002, 2003 Marie-Curie Univ. Lublin; 1996, 1998 Center for New Europe, Krakow); Greece (1998, 2005 Aristotle Univ. Thessaloniki); Turkey (1998, 2000 Bilgi Univ. Istanbul); 2001, 2004, 2005 Russia (State Univ. Perm; Law Academy Ekaterinenburg); 2005, 2006, 2007 China (Shanghai, Jiao-Tong Univ.; Xi’an North-West Univ. for Law and Politics); 2006 Brasil (UNIPLAC, Brasilia)
- *Since 2001* annually Portugal (Catholic Univ. of Portugal, Lisbon) ELPIS summer university
- *Since 2002* visiting scholar at the faculty of law, Chulalongkorn Univ., Bangkok, Thailand.

Other functions

- Member of the International Committee of Protestant Academy Loccum, Germany, preparing EXPO 2000
- Chairman of the ELPIS network (<http://www.elpis.eu>)
- Advising professor of German National Fellowship Foundation (###link?###)
- Chairman of Learned Society for Legal Studies, Hannover (###link###)

CURRICULUM VITAE

Prof Dr JAAP WILLEM DE ZWAAN

Born on 9 February 1949 in Amsterdam

Married, three children

Professional activities

1998- Professor of the Law of the European Union at the Law School of Erasmus University Rotterdam. Also holder of the EU Jean Monnet Chair 'Future developments of the European Union'

2005-2011 Director of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague

1999-2004 Erasmus University Rotterdam

1999-2001 Dean of International Relations of the Law School of Erasmus University Rotterdam

2001-2004 Dean of the Law School of Erasmus University Rotterdam

1979-1998 Ministry of Foreign Affairs

1979-1981 Staff member of the Department on European Integration, The Hague

1981-1983 Member of the Legal Service, The Hague

1983-1988 Legal Advisor of the Netherlands Permanent Representation to the European Communities, Brussels

1988-1995 Senior Member of the Legal Service, The Hague

1995-1998 Legal Advisor and Head of Division Justice and Home Affairs of the Netherlands Permanent Representation to the European Union, Brussels

1979- Substitute Judge in the District Court of the Hague

1973-1979 Member of the Bar of The Hague (Office Pels Rijcken & Droogleever Fortuijn)

Acted during his work as barrister (1973-1979) and as member of the Legal Service of the Ministry of Foreign Affairs (1981-1983 and 1988-1995) as Agent for the Netherlands Government in numerous cases, covering all aspects of the institutional and substantive Law of the European Union, before the Court of Justice of the European Union in Luxembourg.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1983-1988) in the negotiations on and the drafting of the Single European Act. Was furthermore involved in the negotiations on and the drafting of the Treaties of Accession of Spain and Portugal to the European Communities.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1995-1998) in the negotiations on and the drafting of the Treaty of Amsterdam. Chaired during the Netherlands Presidency (first half of 1997) the Group 'Friends of the Presidency'/'Amis de la Présidence'. Was involved as Head of Division Justice and Home Affairs in the development of the Third Pillar cooperation.

Education

1993 Doctor's degree in Law at the University of Groningen ('The Permanent Representatives Committee, its role in European Union decision making')

1972-1973 Postgraduate studies at the College of Europe, Bruges in Belgium. Main courses in European Law (Institutional law, Substantive law, Legal protection, Competition law), optional courses: Political Sciences and Economy

1972 Traineeship at the Commission of the EC, Brussels, Belgium (DG VI, Agriculture)

1967-1972 Study at the Law School of the University of Leiden. Main courses in Dutch Civil Law, optional courses: European Law and Public Finances

1961-1967 Secondary Education (Gymnasium B) at 'Het Amsterdams Lyceum' in Amsterdam

Other activities

- 2010- 2011 Member of the Editorial Board of the 'Internationale Spectator', the monthly periodical for international affairs published on behalf of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague
- 2009- Member of the Board of the Trans European Policy Studies Association (TEPSA), a network organization for Institutes for European Studies in the Member States and candidate-Member States of the European Union, having its seat in Brussels, Belgium
- 2009- Member of the Advisory Board ('Wissenschaftlichen Direktorium') of the Institut für Europäische Politik, Germany, Berlin
- 2008- 2011 Chairman of the Board of the 'Haagse Academische Coalitie' (the 'Hague Academic Coalition'), a foundation serving as framework for cooperation between academic institutions in The Hague in the context of the profile of the city of The Hague as UN 'Legal Capital' of the World
- 2007- Member of the Board of the Amsterdam Institute of German Studies in Amsterdam ('Duitsland Instituut Amsterdam')
- 2006- Member of the Governing Board of the European Studies Institute, established by the European Union and the Russian Federation in the framework of the PCA-cooperation EU-Russia, in Moscow, Russia
- 2005-2010 Editor-in-chief of the 'Internationale Spectator', the monthly periodical for international affairs published on behalf of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague
- 2005- Member of the French-Dutch Cooperation Council ('Conseil de coopération franco-néerlandais')
- 2005- 2010 Member of the Board of the Netherlands Association for European Law ('Nederlandse Vereniging voor Europees Recht')
- 2004-2008 Member of the General Board of the 'Europese Beweging Nederland' ('EBN', European Movement, section of The Netherlands
- 2004 Member of the Commission 'European Union'

instituted in January 2004 by the Government of the Kingdom of the Netherlands to review the modalities of cooperation between the Dutch Antilles and Aruba on the one hand, and the European Union on the other

- 2002- Member of the Board of the 'Rotterdams Juridisch Genootschap' (Rotterdam Law Association)
- 2002-2008 Member of the Board of the Foundation 'Nederland-Roemenië' (The Netherlands - Romania)
- 2002-2005 Vice President of the Executive Board ('Dagelijks Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2002-2005 Member of the General Board ('Algemeen Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2000- Member of the Commission on European Integration (CEI), which is one of the committees of the Advisory Council on International Affairs (AIV) of the Minister of Foreign Affairs
- 1999-2002 President of the Scientific Council (Wetenschappelijke Raad) of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 1998-2000 Member of the Administrative Council of the Salvador Madariaga Foundation, research foundation for the College of Europe in Bruges (Belgium)
- 1997-2002 Member of the Advisory Board (Curatorium) of the Europa Institute of the Law School of the University of Leiden
- 1984-1988 President of the Association of Former Students of the College of Europe in Bruges (Belgium). In the period 1988-1995 regional representative of the Association in the Netherlands
- 1976-1978 Member respectively President of the Board of the Young Bar Association to the Supreme Court in The Hague
- 1967-1972 Several functions in student associations, such as President of the Liberal Student Association in Leiden (1969-1971)

Foreign languages

French fluent: orally and in writing
English fluent: orally and in writing
German good: orally and in writing

Miscellaneous

- 2010 Decorated, on 21 October 2010, with the
 'Commemorative Medal' of the Faculty of Law of
 Comenius University Bratislava, Slovak Republic
- 2009 'Award of Excellence', granted on 10 December
2009 by the Romanian Ambassador to the Netherlands,
Dr Calin Fabian, in recognition of the outstanding
contribution to promoting Romanian values in The
Netherlands and to supporting assistance projects for
Romania throughout the 20 years after 1989
- 2004 Decorated, on 21 April 2004, with the 'Imrich
 Karvas' medal of the University of Economics in
 Bratislava, Slovak Republic
- 2001 Certificate Leergang 'Human Resource Management 2000-
 2001', organised jointly by the Technical University
 Delft, Erasmus University Rotterdam and University
 Leiden.
- 1998 Decorated with the 'Diplôme d'Officier dans l'Ordre
 du mérite français', signed by the President of the
 French Republic, Mr Jacques Chirac
- 1991-1994 Lecturer in the European Law courses of the Rijks
 Opleidingsinstituut ('State Training School') in The
 Hague. Main target group: members of the Legal and
 Legislative Departments of all Ministries of the
 Government in The Hague

Version 22 February 2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Direito

EUROPEAN UNION LAW:
NEW DEVELOPMENTS SINCE THE TREATY OF LISBON
19 March 2012 – 23 March 2012

Lecturer

Prof Dr Jaap W. de Zwaan

Professor of the Law of the European Union

Law School

Erasmus University Rotterdam

The Netherlands

E mail: dezwaan@law.eur.nl

Tel: + 31 10 408 1573/2655

Course objectives

The intention of this course is to discuss recent developments in EU law. As a point of departure serves the Treaty of Lisbon. The focus of the course is on the reforms introduced by the Lisbon Treaty as well as on the most important and topical policy domains. At the end of the course the future perspectives of the process of European integration will be discussed. In that context attention will be given to the economic and monetary crisis, the lack of sufficient public support for the process, the perspectives of further enlargement of the European Union, and the potential of a multispeed Europe.

Course Assessment

The course assessment contains of an active participation during the lectures in class (20 % of the grade) and a written paper -about a theme connected to the substance matter of the course- of 2000 words excluding footnotes and bibliography (80 % of the grade).

Literature and case law

Handbooks

- Damian Chalmers, Gareth Davies & Giorgio Monti, European Union Law, Cases and Materials, Second Edition, 2010, Cambridge University press
- Paul Craig & Grainne De Burca, EU Law, Text, Cases and Materials, Fifth Edition, 2011, Oxford University Press

- T.C. Hartley, *The Foundations of European Union Law*, Seventh Edition, 2010, Oxford University Press

Materials

- Treaty on European Union
- Treaty on the Functioning of the European Union
- Protocols
- Charter of Fundamental Rights of the European Union, OJ C 303/1 of 14 December 2007

MONDAY 19 MARCH (2 hours)

EUROPEAN INTEGRATION, THE PRESENT STATE OF PLAY

The reforms of the Treaty of Lisbon

The Union and the institutional structures

EU competences – subsidiarity and proportionality

Transparency

Role of National Parliaments

Materials:

- Chalmers: Chapters 1-3
- Craig & De Burca: Chapters 1, 2 and 5
- Hartley: Chapter 1
- Jaap de Zwaan, *The Treaty of Lisbon, Towards a more supranational legal order of the European Union*, in: Marie-Claire Foblets, Mireille Hildebrandt, Jacques Steenbergen (Editors), *Liber Amicorum René Foqué, Larcier – Boom Juridische Uitgevers*, 2012, ISBN 978-2-8044-4982-7, pp. 301-319

Extra materials:

- Curtin and Dekker, *The European Union from Maastricht to Lisbon – Institutional and legal unity out of the shadows*, Amsterdam Centre for European Law and Legal Governance, Working Paper Series 2010 – 02, available for download at www.jura.uva.nl/acelg
- *The Treaty of Lisbon, the National Parliaments and the Principle of Subsidiarity*. Philipp Küiver (2008); electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=1417242>
- Tapio Raunio, *National Parliaments and European Integration: What we know and what we should know*. Center for European Studies, Working Paper no. 02, January 2009. Available at: http://www.sv.uio.no/arena/english/research/publications/arena-publications/workingpapers/working-papers2009/WP09_02.pdf

- Piotr Maciej Kaczyński, Paper Tigers or Sleeping Beauties? National Parliaments in the Post-Lisbon European Political System. Center for European Policy Studies, 2011. Available at: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1756817
- Adam Cygan, The parliamentarisation of EU decision-making? The impact of the Treaty of Lisbon on national parliaments. European Law Review 2011, vol. 36:4, pp. 480 – 499

TUESDAY 20 MARCH (2 hours)

INTERNAL MARKET

Free movement of persons

European Citizenship

The position of Third Country Nationals

Materials:

- Flora Goudappel and Jaap de Zwaan, European citizenship and free movement rights, in: Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm
- Chalmers: Chapters 11 and 16-20
- Craig & De Burca: Chapters 17-23
- Directive 2004/38 on the right of citizens of the European Union and their family members to move and reside freely within the territory of the Member States, OJ L 158/177 of 2004

Extra materials:

- F. Jacobs, Citizenship of the European Union: A Legal Analysis, [2007] 13(5) European Law Journal 591
- D. Kochenov, Ius Tractum of Many Faces: European Citizenship and the Difficult Relationship between Status and Rights, 15 CJEL 169
- M. Dougan, Cross-border Educational Mobility and the Exportation of Student Financial Assistance, [2008] 33 ELRev. 723
- H. Stalford and E. Drywood, Coming of Age: Children's Rights in the EU, [2009] 46 CMLRev. 143
- C. Costello, Metock: Free Movement and 'Normal Family Life' in the Union, [2009] 46 CMLRef. 587
- Case C-34/09, Gerardo Ruiz Zambrano versus Office national de l'emploi (ONEm), judgement of the Court of 8 March 2011
- Case C-434/09, Shirley McCarthy versus Secretary of State for the Home Department, judgement of the Court of 5 May 2011

WEDNESDAY 21 MARCH (3 hours)

JUDICIAL PROTECTION IN THE EU

Court of Justice – General Court – Specialized tribunals

Characteristics of EU Law – priority over national law – direct effect

Preliminary rulings procedure - annulment procedure - infringement procedure

State liability

Human Rights protection

Materials:

- Chalmers: Chapters 4-5, 7-8 and 10
- Craig & De Burca: Chapters 12-15
- Hartley: Chapters 2 and 9-15
- Charter of Fundamental Rights of the European Union
- Statute of the Court of Justice of the European Union
- Rules of Procedure of the Court of Justice, OJ C 177/3 of 2 July 2010

ECONOMIC AND MONETARY UNION (EMU)

The economic and monetary crisis

How to solve the crisis?

The need for more coordination of the economic policies of the Member States

Materials:

- Chalmers: Chapter 17
- Conclusions of the European Council
- Draft-Treaty on Stability, Coordination and Governance in the Economic and Monetary Union
- Council on Foreign Relations, Crisis in the Eurozone, Transatlantic Perspectives, 2010, New York
- Statements of the President of the European Council and of the President of the European Commission

Extra materials:

- Information Note on References from National Courts for a Preliminary Ruling, OJ 2009 C 297/1
- K. Alter, The European Court's Political Power, Oxford, Oxford University Press 2009
- Carruthers, The Treaty of Lisbon and the reformed jurisdictional powers of the European Court of Justice in the field of justice and

home affairs, (2009) 6 European Human Rights Law Review, pp. 784 – 804

- G. Harpaz, The European Court of Justice and its relations with the European Court of Human Rights: The Quest for Enhanced Reliance, Coherence and Legitimacy, [2009] 46 CMLRev. 105

THURSDAY 22 MARCH (2 hours)

AREA OF FREEDOM SECURITY AND JUSTICE

Historical elements – Schengen – Treaty of Amsterdam – Treaty of Lisbon

Border controls - visa policy – asylum – immigration – criminal law cooperation – police cooperation

Materials:

- Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm, T.M.C. Asser Press – The Hague 2011, ISBN 978-90-6704-317-5, 281 pages
- Craig & De Burca: Chapter 25
- Stockholm Programme, An Open and Secure Europe serving and protecting Citizens, European Council, JO C 115/1 of 4 May 2010

Extra materials:

- Steve Peers, EU Justice and Home Affairs Law, Third Edition, Oxford University Press, 2011
- Pawlak, The External Dimension of the Area of Freedom, Security and Justice: Hijacker or Hostage of Cross-pillarisation?, (2009), 31(1) Journal of European Integration, pp. 25 – 44
- A. Tryfonidou, Family Reunification Right of (Migrant) Union Citizens: Towards a more liberal Approach, [2009] 15 ELJ 634
- A. Tryfonidou, Further Steps on the Road to Convergence among the Market Freedoms, [2010] 35 ELRev. 35
- A. Baldaccinni, The Return and Removal of Irregular Migrants under EU Law: an Analysis of the Returns Directive, [2009] 11 EJML 1, 8

FRIDAY 23 MARCH (3 hours)

EXTERNAL RELATIONS OF THE EU

CFSP and CSDP – President of the European Council – High Representative of Foreign Affairs and Security Policy – European External Action Service

The External Action of the EU – coherence of all common external policies
 European Neighbourhood Policy- Eastern Partnership – Arab Spring
 - Mediterranean Union

Materials:

- Piet Eeckhout, EU External Relations Law, Second Edition, 2011, Oxford University Press

Extra materials:

- Cardwell, Paul James (Editor), EU External Relations Law and Policy in the Post-Lisbon Era, 2012, ISBN 978-90-6704-822-4, T.M.C. Asser Press
- Wessel, Marin & Matera, The external dimension of the EU's area of Freedom, Security and Justice, in: Christina Eckes and Theodore Konstadinides, *Crime within the Area of Freedom, Security and Justice - A European Public Order*, Cambridge University Press, 2011. Available at:
<http://www.utwente.nl/mb/legs/research/wessel/wessel76.pdf>
- Wolfgang Wessels & Franziska Bopp, The Institutional Architecture of CFSP after the Lisbon Treaty – Constitutional Breakthrough or Challenges ahead?, Research Paper no. 10, June 2008, by Challenge Liberty & Security. To be found at:
<http://www.ceps.eu>.
- Pieter van Elsuwege, EU External Action After the Collapse of the Pillar Structure: in search of a new balance between delimitation and consistency, *Common Market Law Review* vol. 47, pp. 987 – 1019, 2010.
- Blavoukos, Bourantonis & Pagoulatos, A President for the European Union: A New Actor in Town?, in: *Journal of Common Market Law Studies* vol. 45:2, pp. 231 – 252, 2007, to be found at:
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-5965.2007.00710.x/pdf>
- Simon Duke, Providing for European-Level Diplomacy After Lisbon: The Case of the European External Action Service, in: the *Hague Journal of Diplomacy* 4, pp. 211 – 233, 2009. To be found at:
<http://www.ingentaconnect.com/content/mnp/hjd/2009/00000004/00000002/art00006>

THE FUTURE OF EUROPEAN INTEGRATION

Public support - Democracy

Enlargement – enhanced cooperation – models of differentiated cooperation

Materials:

- T.C. Salmon, Reflections on European Integration: 50 years of the Treaty of Rome (2009) 47:5 Common Market Law Review, available at: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-5965.2009.02038_7.x/abstract
- C. Georgiou, The Euro crisis and the Future of European Integration (2010) in: International Socialism, available at: <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=682&issue=128>
- C.B. Jensen & J.B. Slapin, Institutional Hokey-Pokey: the politics of multispeed integration in the European Union (2011) Journal of European Public Policy, available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2011.610694>
- D. Howarth & T. Sadeh, The ever incomplete single market: differentiation and the evolving frontier of integration (2010) 17:7 Journal of European Public Policy, available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501763.2010.499220>
- Norberto Nuno Gomes de Andrada, 'Enhanced Cooperation: the Ultimate Challenge of Managing Diversity in Europe – New Perspectives on the European Integration Process' (2005) 40:4 Intereconomics, available at: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1739725

Legal English

Course Syllabus

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 26-30 March 2012

Course Outline (subject to changes):

	Topic	Materials to prepare in advance
Monday, 26/03/2012	Introduction Common Law and the English Language	
Tuesday, 27/03/2012	Legal Institutions and the Legal Profession Contract Law	<i>File 1 - Case Mirvahedy v Henley</i> <i>File 2 - Hand-out on case Mirvahedy v Henley</i>
Wednesday, 28/03/2012	Tort Law Criminal Law	<i>File 3 - Hand-out on barristers v solicitors</i> <i>File 4 - Hand-out on breach of contract</i>
Thursday, 29/03/2012	Commercial Law	<i>File 5 - Hand-out on traffic accident</i>
Friday, 30/03/2012	Dealing with Clients, Negotiating and Litigation Evaluation	
	Future reference	<i>File 6 - Hand-out on cross-examination</i> <i>File 7 - Glossaries</i> <i>File 8 - Hand-out with bibliography on English legal system</i> <i>File 9 - Web resources on researching, studying and working in English</i>

Course Director:

Dr. Nuno Ferreira, Lecturer in Law
School of Law, The University of Manchester
Williamson Building, Oxford Road
Manchester, M13 9PL, UK

Phone: +44 (0)161 275 4482

Fax: +44 (0)161 275 5786

E-mail: Nuno.Ferreira@manchester.ac.uk

<http://www.law.manchester.ac.uk>

Bibliography

Recommended:

Rupert Haigh, *Legal English*, 2nd Edition, London: Routledge-Cavendish, 2009

Amy Krois-Lindner, Matt Firth, and TransLegal, *Introduction to International Legal English Student's Book with Audio CDs (2): A Course for Classroom or Self-Study Use*, Cambridge: CUP, 2008

Amy Krois-Lindner and Translegal, *International Legal English - Student's Book with Audio CDs (ILEC)*, Cambridge: CUP, 2006

Others:

a) British / European editions

Nick Brieger and Joanna Kosta, *Success with ILEC: International Legal English Certificate*, London: Summertown Publishing, 2008

Helen Gubby, *Practical Legal English: Legal Terminology*, Amsterdam: Boom Juridische Uitgevers, 2006

b) U.S. American editions

Mark E. Wojcik, *Introduction to Legal English: An Introduction to Legal Terminology, Reasoning, and Writing in Plain English*, 3rd Edition, Washington: International Law Institute, 2009

Debra S. Lee, Charles Hall, and Susan M. Barone, *American Legal English: Using Language in Legal Contexts*, 2nd Revised Edition, Ann Arbor (MI): The University of Michigan Press, 2008

Teresa Kissane Brostoff and Ann Sinsheimer, *Legal English: An Introduction to the Legal Language and Culture of the United States*, 2nd Edition, New York, Oceana Publications, 2003

c) Business and Commercial Legal English

Edward W. Daignault, *Drafting International Agreements in Legal English: Pocket Guide*, 2nd Edition, Leiden: Kluwer Law International, 2009

William McKay and Helen Elizabeth Charlton, *Legal English: How to Understand and Master the Language of Law*, Essex: Pearson Longman, 2005

C. Douglas Billet, *Business Law and Contracts: A Short Course and Guide to Legal English*, Cannes: MTC (Media Training Corporation), 2005

N.B.: Copies of the relevant materials will be provided to the students (electronically or in paper) throughout the duration of the course. Students do not have to acquire any book.

CURRICULUM VITAE

Nuno Ferreira

PERSONAL RECORD

1. Full Name

Nuno Ereira Torres Ferreira

2. Education

2004 – 2008

Doctoral studies at the University of Bremen, Germany (*summa cum laude*)

Theme of dissertation “Fundamental Rights, Constitutional Principles, and the Law of Torts in the European Union: The Case of Fundamental Rights of Children and their Liability in Tort”

1995 – 2000

Law studies at the University of Coimbra, Portugal (Mark: 15/20, Class ranking: top 5%)

Five year law degree with a final year specialisation in Public Law

Including one semester Erasmus programme at the University of Bologna, Italy

3. Academic and professional qualifications

Doctor in Law (2009)

Professional Trainer (Portugal) since 2003

Barrister (Portugal) since 2002

Graduate in Law (2000)

4. Distinctions

(2006) First prize of the Young Researchers Network of the Research and Training in Medical Law Association (ARFDM), 16th World Congress in Medical Law, World Association for Medical Law

(1999) Winner of the Portugal-Brazil 2000 Colloquium essay contest with the essay “The fifth power: Organized crime as a disturbing element of the free development of the human being and social peace, and the Portuguese-Brazilian cooperation” (co-authorship with S. Cardoso)

5. Present appointment

Since August 2006

Lecturer in Law at the School of Law of the University of Manchester

6. Previous employment and appointments

April 2003 – September 2006

Research Fellow at the Centre of European Law and Politics at the University of Bremen (ZERP), Germany

January – March 2005

Legal consultant to the Legal Affairs Department of Enercon (wind energy company), Bremen, Germany

September 2001 – March 2003

Legal consultant at the Legal Affairs and Litigation Department of the Portuguese Securities Market Commission, Lisbon, Portugal

September 2000 – September 2001

Legal Traineeship at Miranda, Correia & Amendoeira, Law Firm, Lisbon, Portugal

7. Visiting appointments/secondments

Since October 2009

Visiting Professor at the School of Law of the University of Lisbon, Portugal

October – November 2007

Guest Lecturer at the School of Law of the University of Wuhan, China

November – December 2005

Guest Researcher at the Institute of European and Comparative Private Law, University of Girona, Spain

8. Memberships of academic and professional bodies

Member of the Society of Legal Scholars (SLS), the United Kingdom Association for European Law (UKAEL), and the University Association for Contemporary European Studies (UACES)

Associate of the Family Law Centre of the University of Coimbra [Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra] since 2010

Member of the trainers' directory of the Professional Training and Employment Institute (Portuguese government agency) since 2003

Member of the Portuguese Bar since 2002

A. RESEARCH AND ACADEMIC/PROFESSIONAL STANDING

I. Publications

Books and edited collections

(2011) *Fundamental rights and private law in Europe: The case of tort law and children*, Routledge, London and New York

(2008) "Evaluating the 'new culture' of human rights in European Private Law", *European Review of Private Law*, Volume 16, No. 5 (2008), 657–663 (with P. O'Callaghan, editors of special issue)

Academic Journal Papers

(2011) "The harmonisation of private law in Europe and children's tort liability: A case of fundamental and children's rights mainstreaming", *International Journal of Children's Rights* 19 (2011) 571–594

(2008) "Putting the age of criminal and tort liability into context: A dialogue between law and psychology", *International Journal of Children's Rights* 16 (2008), 29-54

(2007) "Joint parental care: Considerations on the state of play in the European Union and in Brazil", *'Lex Familiae' Revista Portuguesa de Direito da Família* [Portuguese Journal of Family Law] Year 4, No. 7, 75-97 (with M. A. Tedesco Vilardo)

(2007) "Latest legal and social developments in the euthanasia debate: Bad moral consciences and political unrest", *Medicine and Law* Volume 26, Number 2 (June 2007), 387-407

(2006) "The fifth power: Organised crime as a disturbing element of the free development of one's personality and of social peace, and the Portuguese-Brazilian cooperation", *Boletim da Faculdade de Direito* [University of Coimbra's Law School Journal] LXXXII, 613-638 (with S. Cardoso)

(2006) "Euthanasia: Amid the legal debate and the evolution of the public opinion", *'Lex Medicinæ' Revista Portuguesa de Direito da Saúde* [Portuguese Journal of Health Law] Year 3, No. 6, 137-151

(2005) "State international responsibility for wrongful acts: Evolution within the tradition", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* [University of Lisbon' Law School Journal], XLVI, No. 1 (2005), 515-535

Book chapters

(2010) "Portuguese Report", in G. Brüggemeier, A. Colombi Ciacchi and P. O'Callaghan (eds.), *Personality Rights and Tort Law in Europe*, Cambridge, CUP (with P. Vasconcelos)

(2010) "National Reports: Germany", in G. Brüggemeier, A. Colombi Ciacchi and G. Comandé (eds.), *Fundamental Rights and Private Law in the European Union: A Comparative Overview*, pp. 253-324, Cambridge, CUP (et al.)

(2010) "Horizontal Effects of Fundamental Rights and Freedoms in European Union Law", in G. Brüggemeier, A. Colombi Ciacchi and G. Comandé (eds.), *Fundamental Rights and Private Law in the European Union: A Comparative Overview*, pp. 8-116, Cambridge, CUP (with J. Krzemińska-Vamvaka and T. Russo)

(2010) "Different treatment of married and unmarried couples in the European Union", in G. Brüggemeier, A. Colombi Ciacchi and G. Comandé (eds.), *Fundamental Rights and Private Law in the European Union: Comparative Analyses of Selected Fact Patterns*, pp. 325-374, Cambridge, CUP (with C. Favilli)

(2009) "Fundamental Rights, Constitutional Principles, and the Law of Torts: *Tortfeasors v. Tort Victims*", in A. Colombi Ciacchi et al. (eds), *Haftungsrecht im dritten Millennium / Liability in the Third Millennium: Liber Amicorum Gert Brüggemeier*, Baden Baden, Nomos, 49-84

Working papers and publications in conference proceedings

(2007) "Building a bridge between psychology and law: The criminal and civil liability age limits and the child's cognitive and moral development", in Alen, Bosly, De Bie, et al. (eds), *The UN Children's Rights Convention: Theory meets practice*, Intersentia, 2007, pp. 531-548

(2006) "Latest legal and social developments in the euthanasia debate: Bad moral consciences and political unrest", Book of Proceedings of the 16th World Congress on Medical Law, *Les Études Hospitalières*, Bordeaux, 2006

(2005) "Revisiting euthanasia: A comparative analysis of a right to die in dignity", *ZERP Discussion Papers*, DP 4/2005

Reports, Book reviews, Translations and Notes

(2011) Portuguese report for the project 'Fleeing Homophobia, Seeking Safety in Europe: Best Practices on the (Legal) Position of LGBT Asylum Seekers in the EU Member States', VU University Amsterdam and COC Netherlands, <http://www.rechten.vu.nl/nl/Images/Portugal%20questionnaire_tcm22-236623.pdf> and <http://www.rechten.vu.nl/nl/Images/Portugal%20%20-%20Annexes_tcm22-236621.pdf>

(2011) "Human Rights Education with Children: A Review of Council of Europe's *Compassito*", *Essex Human Rights Review* Vol. 7, No. 2, 109

(2009) *Sexual Equality in an Integrated Europe, Virtual Equality*, by R. Amy Elman (New York/Houndmills, Palgrave Macmillan, 2007, ISBN 9781403982759), reviewed in *JCMS: Journal of Common Market Studies*, Volume 47, Issue 2 (March 2009), 443-444

(2006) "Justiça Social no Direito Europeu dos Contratos: um Manifesto", *Cadernos de Direito Privado*, No. 12 October-December 2005 (translation to Portuguese of "Social Justice in European Contract Law: a Manifesto", by the Study Group on Social Justice in European Private Law, *European Law Journal*, Vol. 10, No. 6, 653-674, November 2004)

(2001) "Comment on the decision of 17 June 1997 of the civil section of Lisbon High Court: The stock option contract", *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários* [Securities Market Publications], No. 12 (December 2001), 303-316

2. Research grants awarded

(2010-2012) 'The Reconceptualization of European Union Citizenship', Multilateral Research Group including the University of Manchester, the Centre for Migration Law (Faculty of Law, Radboud University Nijmegen), and the Comillas Pontifical University (Madrid). Financed by the Jean Monnet / Lifelong Learning Programme (€80,000 / individual funding: €5,000).

(2010-2011) Portuguese rapporteur for the project 'Fleeing Homophobia, Seeking Safety in Europe: Best Practices on the (Legal) Position of LGBT Asylum Seekers in the EU Member States', financed by the European Refugee Fund and coordinated by the VU University Amsterdam and the NGO COC Netherlands (€479,824 / individual funding: €5,500).

(2006) Grant from the German Research Foundation to present papers at two international conferences in Canada (€1,250)

(2003-2006) Doctoral fellowship funded by the European Commission to work in a pan-European research project examining the interaction between fundamental rights and private law in the EU (€56,790)

3. Lectures and conference activity

(2010) "The harmonisation of private law in Europe and children's tort liability: A case of fundamental and children's rights mainstreaming", EU Children's Rights Symposium, Liverpool Law School, Liverpool, UK

(2010) "The European Human Rights Protection System in the Post-Lisbon Era", Fifth Pan-European Conference on EU Politics, Porto, Portugal

(2010) "The United Kingdom perspective", at the conference "The Master in Law and the Bologna process", Rotterdam Law Network Annual Meeting, University of Lisbon, Portugal (invited speaker)

(2009) "The Public / Private Divide and the Horizontal Effect of Fundamental Rights in European Private Law: An Analysis of Sexuality-Related Case-Law", at Society of Legal Scholars Annual Conference, Keele, UK

(2009) "Asylum claims on the basis of sexual orientation or gender identity in England: decision-making process, credibility findings, and the 'gay check-list'", and chair of panel "Seeking Refuge: Legal and Social Issues in Asylum Claims by LGBT/HIV+ persons", at World Outgames 2nd International Conference on LGBT Human Rights, Copenhagen, Denmark

- (2009) "Gender- and Sexual Orientation-Related Asylum Claims in English Courts: Credibility in Judicial Decision-Making", at the conference "Seeking Refuge: Caught between bureaucracy, lawyers and public indifference?", Centre of African Studies, SOAS, University of London, UK
- (2008) "Playing with Fire: The Violation of Fundamental Rights by EU Member States and the Role of EU Institutions", at the Sixteenth International Conference of the Council for European Studies at Columbia University, Chicago, USA
- (2007) "Freedom of Religion and Belief, Dress Codes, and Private Law", at the Law, Religion, Culture: An Interdisciplinary Symposium", Lancaster University, UK
- (2006) "Human Rights Protection in the Framework of the European Union: From Rhetoric to Inertia", at the First British-German Socio-Legal Workshop, Keele University, UK
- (2006) With P. O'Callaghan, "Evaluating the 'New Culture' of Human Rights in Europe", at the Comparative Law Subject Section, Society of Legal Scholars Annual Conference, Keele University, UK
- (2006) "Latest Legal and Social Developments in the Euthanasia Debate: Bad Moral Conscience and Political Unrest", at the 16th World Congress on Medical Law, Toulouse, France
- (2006) "Sexual Orientation and Private Law: Enforcing Fundamental Rights of GLBT Persons in Relations between Private Parties", at the International Conference on LGBT Rights, 1st World Outgames Montreal 2006, Montreal, Canada
- (2006) "Building a Bridge between Psychology and Law: The Criminal and Civil Liability Age Limits and the Child's Cognitive and Moral Development", at the International Interdisciplinary Conference on Children's Rights: An appraisal of the Children's Rights Convention. Theory meets practice, Belgian IAP Research Network on Children's Rights, Ghent, Belgium, and at the conference "Investment and Citizenship: Towards Transdisciplinary Dialogue in Child and Youth", Brock University, Canada
- (2005) "Considerations on Joint Parental Care in the European Union: The State of Play in Germany, Portugal, France and Italy", at the conference "New Trends in Parental Care: Joint Parental Care", Judiciary School of Rio de Janeiro, Brazil (by invitation from Judge Tedesco Vilardo, from the Rio de Janeiro Family Court)
- (2005) "The Horizontal Effects of the Fundamental Right to Gender Equality in the European Union", at the conference "The Right to Gender Equality", Judiciary School of Rio de Janeiro, Brazil (by invitation from Judge Tedesco Vilardo, from the Rio de Janeiro Family Court)

4. Major academic visits and collaborations

(2010-2012) Contributor to project 'The Reconceptualization of European Union Citizenship', a Multilateral Research Group led by Professor Dora Kostakopoulou (University of Manchester) and having as partners the Centre for Migration Law (Faculty of Law, Radboud University Nijmegen) and the Comillas Pontifical University (Madrid). Financed by the Jean Monnet / Lifelong Learning Programme (€80,000).

(2010-2011) Portuguese rapporteur for the project 'Fleeing Homophobia, Seeking Safety in Europe: Best Practices on the (Legal) Position of LGBT Asylum Seekers in the EU Member States', financed by the European Refugee Fund and coordinated by the VU University Amsterdam and the NGO COC Netherlands (€479,824).

(2003-2006) Contributor to the Research Training Network "Fundamental Rights and Private Law in the European Union", project co-ordinated by the Centre of European Law and Politics at the University of Bremen (ZERP) and the Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento "S. Anna", Pisa

(SSSUP). Final results published by CUP in 2010. Project funded by the European Commission (€1,500,000).

(2005-2006) Contributor to the Common Core of European Private Law/Trento Project on “Personality Rights and Tort Law in Europe”. Final results published by CUP in 2010. Project funded by the European Commission.

B. TEACHING EXPERIENCE

EU Law

International and European Labour Law

Discrimination Law

European Dimensions of Legal Research

European Competition Law

European Single Market

Law with Politics Dissertation

Legal English

C. ACADEMIC SERVICE

Reviewer of book proposals for Routledge Cavendish, Sweet & Maxwell, and Pearson Education/Longman in the fields of EU Law, Discrimination Law, and European Competition Law.

Reviewer of article submissions to the journal *Political Perspectives*, Manchester Jean Monnet Centre of Excellence Yearbook, and *Review of Central and East European Law*

D. ADMINISTRATION

(2008-) Member of the Steering Group of the Manchester Jean Monnet Centre of Excellence

(2010-2011) ‘English Law with French Law’ and ‘Certificate of Legal Studies’ programme director

(2008-2011) Erasmus, Visiting, and Exchange Students officer

(2006-2008) LL.M. Assistant Programme Director, European Law streams

Anexo XII

European Tax Law I - Direct Taxation: selected issues on third countries and justifications

Pasquale Pistone(WU Vienna and University of Salerno)

1 (2,5h lecture)	6 April 2010 (9-11.30)	Direct Taxation: the external scope of fundamental freedoms
2 (2,5h lecture)	7 April 2010 (9-11.30)	Direct Taxation: the external scope of fundamental freedoms in the presence of European international agreements
3 (2,5h lecture)	8 April 2010 (9-11.30)	Direct Taxation: the justifications applicable to relations with third countries with special emphasis on the effectiveness of fiscal controls and exchange of information
4 (2,5h lecture)	9 April 2010 (9-11.30)	Direct Taxation: critical issues on abuse in the internal market and in relations with third countries

PASQUALE PISTONE (1968) – EURYI-ESF Professor of European and International Tax Law at the WU Vienna University of Economics and Business. Associate Professor of Tax Law at the University of Salerno. Member of the Austrian Academy of Sciences (Junge Kurie). 2005 EURYI Awardee of the European Science Foundation. Member of the Board of Editors of Intertax, as well as of several specialised tax reviews around the world. Member of the ECJ Task Force of the Confédération Fiscale Européenne and of the Board of Directors of the Italian IFA Branch. Over the past fifteen years has extensively lectured around the world and was invited as visiting professor at the Universities of Tilburg, Paris 1 and 2, São Paulo (USP), Florida and UCL-Louvain. Fluent in seven languages, editor of eleven books, author of two monographs and 100 articles on international and European tax issues, written and/or translated in nine languages.

Email: ppistone@mclink.it

Webpage : <http://www.wu.ac.at/taxlaw>

Presentation of the lectures on European Human Rights facing globalisation
by Marine TOULLIER

Content

Nowadays, one of the greatest preoccupation is the theme of globalisation. Is it a positive or a negative fact to live in a global world? Day by day we are discovering it.

First, we will study the different definitions of the notion of globalisation to know what are talking about. Then, we will discover some of the questions raised by globalisation, like what are the relations between economy and Human Rights, what are the Human Rights' place in that phenomenon or, which is the respective place of concepts like unity and diversity in a global world, with the problematic question of universality of Human Rights: do they have to be the same all over the world? Taking into consideration that we do not have the same conception of Fundamental rights, which conceit of them have to be spread out?

We will realise that globalisation raised new problems like criminal networks on global step, migrants trafficking or, modern form of slavery (a fascinating case law of the European Court of Human Rights on domestic slaves will be studied).

After this overview, we will concentrate on Europe. The first aspect to understand is why Europe have two sources of Human Rights? In fact, we have on one hand the Council of Europe with the European Convention on Human Rights and the other hand the European Union with the Charter of the Fundamental Rights of the European Union, which is now binding since the entry into force of the Treaty of Lisbon.

We will study the different steps which have led to this text, the content of the Charter, the case law referring to it and also what are the modifications implied by the existence of a catalogue of Fundamental Rights in the balance of an economy based system.

Last aspect which is interesting to understand is, what are going to be the new relationships between the two European jurisdictions (the European Court of Human Rights one side and the Court of Justice of the European Community on the other). We will identify what are the sources of conflict between the two texts and the two jurisprudences and the solutions to these potential antagonisms (like the accession of the EU to the European Convention on Human Rights). But we will also use our imagination (which is not prohibit even in law field) to make some political fiction to anticipate if these evolutions are going to be positive or negative for the standard of protection of the Fundamental Rights in Europe.

Here I give you a draft of the structure of the lectures, but please be aware that it could be changed in some details from now till May

- Chapter 1. Definition of globalisation
- Chapter 2. Questions linked to globalisation
 - a) Relations between economy and Human Rights
 - b) Human Rights' place in that phenomenon
 - c) Unity and diversity
- Chapter 3. Raise of new problems from globalisation
- Chapter 4. Why Europe have two sources of Human Rights?
- Chapter 5. EU law taking into account Human Rights
 - Section 1. EEC original system: economy preeminence
 - § 1. The functionalist theory
 - § 2. The implementation by the Court of Justice of European Communities (CJEC) of the functionalist theory
 - § 3. Implementation of the functionalist theory by Member States: the national resistances
 - Section 2. The current Community system or "preeminence of the rights"
 - § 1. The case law compensation to the lack of protection of the fundamental rights
 - § 2. The textual contribution to the protection of the rights: the Charter of Fundamental Rights of the European Union
 - A. Community's evolution towards a codification
 - B. A catalogue of Fundamental rights
- Chapter 6. Conflicts arising from the existence of two sources of Human Rights in Europe and solutions

Methodology

These are going to be interactive seminars more than lectures, in other words, you will be asked to give a very active participation. The teacher will proceed by Socratic method (a pedagogical technique in which a teacher does not give information directly, but instead asks a series of questions, with the result that the student comes either to the desired knowledge by answering the questions or to a deeper awareness of the limits of knowledge).

The goal is to develop a legal culture in European Law field and especially in protection of Human Rights, ie to have a framework of information and ideas that allows you to quickly find the information needed in your professional life and to use it with relevance and coherence; and this whatever field you will work in. A second aim will be to have the means to understand the mechanisms of the world to understand it better in order to have an impact on it.

We will learn or review, *inter alia*, how to examine a text (which could be an article of the European Convention on Human Rights or the Charter or one of the UE treaty or a passage of a case law), technique that will always be useful in any job you will have, and to identify arguments to analyse it in order to be able to use it afterwards.

Programme of the course on Human Rights facing globalisation on a two weeks basis

Presentation of the structure of the course:

Let see the structure of the lecture (slide 2)

3 parts

1. Around the notion of globalisation

We have to understand what this notion means before we acknowledge his relationships with the protection of Human Rights.

2. Globalisation and international protection of Human Rights

Talking about law, we will start our study with the more common (in the sense of what we have in common) law which is the International law, also called universal system, meaning that it concerns a huge number of States. This part will be about UN system.

We will acknowledge the failure of the establishment of an international system, of which we will study the causes:

- the weakness of the international law;
- the questioning of the universality of human rights by the relativism of values.

3. Globalisation and regional protection of human rights

The word "regional" is referred to International law, but only with regional effects. Here we will study the American, African and European (with both European Council system with the European Convention on Human Rights (ECHR) and the EU system with the EU Charter on Fundamental Rights.

In conclusion, we will see that the proposition of an overtaking of the traditional opposition between universality and relativism, which represents an obstacle in the harmonious relations between the West and the rest of the world, is relayed in practice by the aspiration of the Arab people's revolution. We shall take the example of the Tunisian revolution to notice the importance of the rights and the liberties at the same time,

. as source of the uprising

. as mean to reach it.

Even if the last political developments in Tunisia shows that liberals are still struggling to obtain freedoms, but they have change fighters: instead of the army we have now the fundamentalists.

We shall see why this was possible in Tunisia and how the contagion that it has generated can be analysed as an expression of globalisation now inevitable in all areas.

**

Part 1. About the notion of globalisation (slide 3)

It is always important to make a definition of the notions we use.

Chapter 1. Definition of globalisation (slide 4)

Nowadays, one of the greatest preoccupation is the theme of globalisation. If it is a positive or a negative fact to live in a globalised world, day by day we are discovering it.

(slide 5) "Before, the events which took place in the world were not linked between them. Since, they are all dependent the one from the others".

(slide 6) The observation is now common place, but it wasn't in the period in which it was made: in the 2nd century before JC!!

Closer to us, the term globalisation appeared for the first time in 1962 in an article of the *Spectator magazine* (slide 7) and entered the ordinary language from the publication "the galaxy Gutemberg" in 1962 by MacLuhan. It is him who introduced the idea of the "global village".

The English term Globalism is quoted for the first time in 1968 in the second edition of the *Oxford English Dictionary*.

In French, we use more "mondialisation" than globalisation.

In the *Harper Collins Dictionary of Sociology*, the globalisation is defined as "a multi-faces process with in which the world becomes more and more interconnected and the communication becomes immediate".

Now it is clear, globalisation is an umbrella term, a unitary process inclusive of many sub-processes that are increasingly binding people and the biosphere more tightly into one global system.

(Slide 8) Globalisation refers to increasing global connectivity, integration and interdependence in the:

- economic,
- social,
- technological,
- cultural,
- political, and
- ecological

spheres.

(slide 9) AART SCHOLTE (Jan) definition of globalisation is "an ensemble of developments that make the world a single place, changing the meaning and importance of distance and national identity in world affaires". Globalization: A Critical Introduction, Mac Millan Press LTD, 2000.

Section 1. Globalisation is a multidimensional phenomenon (slide 10)

(slide 11) In a sociological perspective, the globalisation is defined as "a social process in which the geographical constraints on the social and cultural arrangements disappear".

(slide 12) In a political perspective, the globalisation will be sometimes analysed as "a process making the Nation state more and more not relevant".

(slide 13) In an economic perspective, the globalisation will be defined as an internationalisation and an increasing interpenetration of economies.

Section 2. Globalisation is an industrial phenomenon (slide 14)

For Michael Porter (slide 15), at the industrial level, globalisation consists in "series of industries connected between them and within whom the rival companies compete the ones with the others on a really world base".

The researchers distinguish 4 elements (slide 16):

- a world without borders
- standardized world products and thus global management
- a world competition between big companies
- an internationalization of the production: with a multinational origin of products and components stemming from cooperation inter-companies, from subcontracting or other hybrid forms of collaboration.

Section 3. Globalisation as a revealing of new elements phenomenon (slide 17)

§ 1. Globalisation a revealing of new markets

Engendered by the arrival in the world economy of the consumers and the producers of the countries of the ancient Soviet sphere and Asia, by the new policies of privatizations, deregulation, financial liberalization, etc. ...

§ 2. Globalisation a revealing of new actors (slide 18)

- world networks of multinational companies
- new States
- NGO (non-governmental organization)
- proliferation of regional blocks

c) New rules, new standards: elaboration of common codes at the world level and inter-state schedules for: (slide 19):

- the development,
- the biodiversity
- the fight against desertification
- the climate changes
- the advent of numerous multilateral agreements on the exchanges

of service

- the intellectual property (IP)
- the communications

d) new instruments of faster and cheaper communication: Internet, electronic communication, mobile phones, faster transports.

Section 4. Globalisation as a set of shocks, of challenges and of fears (slide 20)

*For some, it is a kind of nirvana, a state of grace where reign the universal peace and prosperity;

*For others, it is about a new kind of chaos which must be condemned.

During a poll in the EU in 2003, on average, only 30 % of the persons sounded answered that globalisation represented a threat, while French, Belgians and Greek were 50 % (French are 73 % to think that it represents a threat for the employment). The debate on globalisation is particularly lively in France!

For many persons, globalisation represents especially shocks coming from outside: demographic, commercial, industrial, financial and technological shocks.

§ 1. Human shocks of globalisation (slide 21)

The fears about human shocks of globalisation is about unemployment, salaries and purchasing power + demographic prospects considered very worrying for the developed countries, because they will experience a profound transformation of their population. This leads to discussions about migration (both intra-European and extra-European) and on concerns about poverty in the developed and developing countries.

§ 2. Commercial shocks of globalisation (slide 22)

According to the World Trade Organization (WTO), since 1950, the volume of the world trade was multiplied by more than 27. Its expansion was three times as fast as the growth of the world Gross Domestic Product (GDP), which was multiplied by 8 during the same period.

In spite of the anxiety, countries have, by their economic policy tried to **open** more and more on a business level; almost all the developing countries wanted to subscribe to WTO (World Trade Organization) (149 States are henceforth members) and most have reduced their protectionism. These factors increased their opening, contributing to the spread of globalisation.

§ 3. Industrial shocks of globalisation (slide 23)

For the International Monetary Fund (IMF): the growth of the world activity during the last 5 years is essentially due to emerging countries and developing countries: they would represent two thirds (2/3) against approximately half in the 70s.

In the developed countries, the industry still seems in the middle of the storm of the globalization, the big multinational companies, the relocations, mergers, call centres or laboratories located in India or somewhere else, deindustrialisation etc... are realities associated with the difficulties of industrial changes in the XXIth century with, in the

background, the essential question: which industrial future for the developed countries?

The foreign investments were globally associated to the deindustrialization of the developed countries, but also sector by sector in the unemployment in the industries strongly competed by the imports of the new emerging countries, where not only goods, but also labour force is less expensive than in developed countries.

§ 4. Globalisation and financial crises (slide 24)

(slide 25) Financial globalization, "that is the extent of the links created between countries by the international assets, is one of the most important world evolutions of the economy of the last decade, according to Lane and Milesi. (I gave you some doctrine if you are interested in that theme on slide 26).

In 20 years, the financial exchanges between countries of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) increased 4 times as fast that their GDP (Gross Domestic Product) (slide 27).

To all the capital markets, are associated (slide 28),

- the money market
- the financial market
- the foreign exchange market
- the market of by-products.

The globalization affected all these markets. It is bound to the cost cutting of transactions and the limitations in the exchanges of assets on the international financial markets (control of the capital, the regulation of the opening of stock markets to the foreign investors).

§ 5. Technological shocks of globalisation (slide 29)

For Audrestch and Sanders, the globalization and the overhang of the new information technologies and the telecommunications (NTC), cannot be considered one without the other one.

(slide 30) Chapter 2. Questions raised by globalisation

When we speak about globalisation, we are mostly referring to the economical field so we have to deal with the link between globalisation and HR. We can find an answer in Tony Blair's speech.

Section 1. Relations between economy and HR (slide 31)

Does the economic growth one way or the only way to insure the development of the protection of HR? Or has it nothing to do with it? What are the relations between economy and HR?

(slide 32, 33 and 34) Blair speaking before the Chicago Economic Club, April 22 1999, exposes what is called the "Blair's Doctrine of the International Community", he said "The world has changed in a fundamental way. Globalisation has transformed our economies and our working practices. But globalisation is not just economic. It is also a political and security phenomenon. (...) We are all internationalists now, whether we like it or not. We cannot refuse to participate in global markets if we want to prosper. We cannot ignore new political ideas in other counties if we want to innovate. We cannot turn our backs on conflicts and the violation of human rights within other countries if we want still to be secure. (...) Now our actions are guided by a more subtle blend of mutual self interest and moral purpose in defending the values we cherish. In the end, values and interests merge. If we can establish and spread the values of liberty, the rule of law, human rights and an open society then that is in our national interests too. The spread of our values makes us safer".

EU is a system based on economy.

But one could say “in what way does the EU participate to globalisation”?

- as a model of economical growth?
- as a model of cooperation, of union?
- as a partner in the world's trade?

Or all of these aspects together? Probably yes and even more.

We will discover that the EU, which was centred on economy basis, had no choice than taking into account FR.

Phenomenon which has great meaning according to me.

Section 2. The HR's place in that phenomenon (slide 35)

Are they considered as essential or secondary? Do they benefit from globalisation or are they neglected? Do they participate in or amplify that phenomenon or do they restrict it? Will the HR protection globalisation step forward with the economic globalisation with the same speed and towards the same direction?

We won't study here the question of how globalisation of terrorism and his answers threaten our free-based societies, but it is an interesting subject.

Another aspect is: does globalisation means unity or uniformity? Is there still place for diversity in a globalised world?

Section 3. Unity and diversity (slide 36)

Studying the ECHR's case law, we can say that hopefully there is place for diversity in unity.

-For example, the legislation about abortion between France and Ireland is completely different,

-or relations between religion and state, again France (laïcism) and Greece (almost State religion) are quite different too.

Last year I was teaching in India for 4 months with the EM program and I noticed a very interesting similarity between the Indian experience and European one, about the aim to obtain a unity maintaining our diversities between the cultures of the different States.

This question about standardisation of the world is especially delicate the case with HR. Does our European model of HR's protection, which is considered the most efficient in the world, has to become, because of that quality, the model of all systems? In fact we have very different conceptions of HR in the world and particularly in relation to women's rights and family law between Hindu or Muslim countries and in Western laws.

We consider that the ECHR is the minimum standard below which we can't go. But is it a kind of imperialism to consider that men and women are equal in right; that women have the right to divorce, to work or to drive a car? that children also have rights? Is tolerance to what is different a value superior to insure to all Human beings, the famous "minimum standard", aim of the ECHR?

This difficult question, which is important in the relationship between western societies and oriental ones, is linked to the theme of universality of HR.

Of course I won't answer and I will let to each of you to answer it.

This "minimum standard" of the ECHR means that MS can enlarge the ECHR's protection, but not restrict it.

About the question of the link between democracy and HR: do we need democracy to insure HR's protection

(See Preamble (slide 37) and art 3 of the Statute of the Council of Europe, (slide 38)

Chapter 3. Raise of new problems from globalisation (slide 39)

If globalisation is a package of transnational flows of people, production, investment, information, ideas, and authority, one of the problems to face is that the new opportunities of global information and institutions are:

- insufficiently accessible and
- distorted by persistent state intervention.

While international norms and institutions for the protection of human rights are more developed than ever, giving growing possibilities of appeal for citizens repressed by their own states, assaults on fundamental human dignity continue.

The blurring of borders and rise of transnational actors, that facilitated the development of a global human rights regime, may also be generating *new* sources of human rights abuse.

New forms of communication allow (slide 40):

- victims to videotape their situation,
- advocates to flood governments with faxes,
- Web sites to mobilise urgent action alerts.

But the effectiveness of global consciousness and pressure on the states responsible for long-standing human rights violations, varies tremendously.

And access to the new global mechanisms is distributed unevenly, so that some of the neediest victims - such as the illiterate rural poor and refugee women - are the least likely to receive either global or domestic redress.

Beyond old problems, **new** human rights problems may result from the (slide 41):

- integration of markets,
- growing numbers of transnational criminal networks,
- and flows such as migration, refugees and undocumented workers, vulnerable to abuse by sending and receiving states, creating the spread of cultures of intolerance and racism.

The growth of tourism raise prostitution and trafficking in women and children. Various forms of forced labor and modern-day slavery have to be mentioned. (See the stories of Yvo, Talina, Anna and Sofia with the website slide 42).

The contemporary world is experiencing new forms of slavery beyond the "official" definition and are therefore more difficult to discover and punish (for example excessive work pace, wages, prostitution of children and so on...). A very large number of men, women and even children are enslaved in the world.

The International Labour Organization estimates the number to more than 2,45 million people worldwide, most of whom are women and children and 12,3 million are victims of forced labour. The majority of victims of trafficking are for purposes of sexual or economic exploitation. It became a priority of the organization, which has, as an objective, to safeguard and protect the rights and dignity of the human person.

The new form of enslavement forced thousands of victims to provide a job without financial compensation and violates their freedom and their integrity. We speak of "modern slavery".

The Council of Europe adopted in May 2005 a Convention to fight against trafficking in human. (slide 43)

Human trafficking has become a major problem in Europe and in the world.

The Convention has entered into force on February 1, 2008, will play a role in prevention of trafficking: its aim is to improve the protection of the rights of the victims of trafficking and prosecute traffickers.

Why there was a need for a new international treaty on the subject? Because existing texts were not sufficiently binding or dealing only with one aspect of the problem of trafficking or slavery.

Slavery has an international definition (**slide 44**) and may be defined as the situation of a person who is legally owned by someone else. The consequence is the non-recognition of its legal personality.

If slavery benefits from international protection regime, it is not the case for servitude.

Slavery and servitude have in common at least total submission of a man, woman or child to the authority of a master: its incompatibility with the respect for the human person carries its total ban.

As servitude has no international definition, it returned to the European Court of HR to draw the contours of this concept. It did so by the case *Siliadin versus France* July 26, 2005. (**show slide 45**).

Facts: The applicant has arrived from Togo in France at the age of fifteen years with a person who had agreed with her father that she would work to repay his airline ticket, but that his administrative situation would be regularised and she would be educated.

In fact, she worked a few months for that person, before to be "loaned" to the husband B. with whom she worked tirelessly about fifteen hours a day, with no rest day for several years without ever being paid, being educated, having his identity papers and its administrative situation being regularize. She was housed on the spot and slept in the children room.

In this case-law, the Court was invited to decide on 2 questions:

1°) Is the situation concerned by the protection afforded by Article 4 of the Convention EDH?

Article 4 of the Convention provides: (show slide 46)

1. *No one shall be held in slavery or servitude.*
2. *No one may be compelled to perform forced or compulsory labour.*

On the first question, the Court decides that the girl was not a slave (because she was not the property of someone else, which would mean to be considered as a thing reification), but in a state of servitude.

2°) Do the measures taken by France meet the requirements of such a text?

What would you do if you were the Court?

Who can the Court condemn? (only States) International law (will)

would you condemn France? For which reason? See article 1 (slide 47)

Indeed, the French state has not organized legally the situation disputed. Nor is it a part to the relationship between the parties.

How to recognize, therefore, that the French state may be sentenced?

What do the MS of the E Convention have to do to not to violate article 4 of the Convention?

1. Passive obligation:

- not holding someone in slavery or servitude
- not forcing someone to work.

The E Convention wants a passive attitude from the State: no ingerence into the individual freedom.

2. But the E Court, has added a new exigence from the State: an active attitude

The European Court of Human Rights has created for this, the “theory of positive obligations”. It implies that the State must take measures such as the right protected (here, Article 4 of the Convention) is effectively guaranteed by the Government and legislation (including penal legislation).

Paris Court of appeal relaxed Siliadin bosses and condemned them to a simple fine for employing a worker in an irregular situation.

Regretting that slavery and servitude were « not condemned as such by French criminal law » European judges have condemned with unanimity France for non-respect of the European Convention (violation of article 4).

So the French law was not enough protecting the girl. France was condemned for not having sufficiently repressed a case of domestic servitude. While article 4 of the E Convention, in its new interpretation, includes a positive OB: to create an effective law measure to punish both private and public actors.

This case law in 2005 shows that the European Court adapts the ECHR to new forms of slavery and it compensates for the lack of domestic laws. The European judge wants to reassess a provision which might seem obsolete.

Recalling the special nature of this Article 4, which provides a non-derogable right, not subject to restrictions and exceptions, the Court promotes the prohibition of slavery, servitude and forced or compulsory labour to the rank of fundamental value of our democratic societies.

You have to know that even before being condemned, the French government has promulgated on May 21, 2001 Act "towards the recognition of trafficking and slavery as a crime against humanity", equal

to the Holocaust and other genocides of the twentieth century. (See the story of **Fabia**).

With this case we are in the core of the theme of globalisation and one of its negative consequences: the marginalisation of a large number of already vulnerable sections of society. The challenge before the state is **not** how to fight globalisation (many scholars insist on the fact that it is an inevitable phenomenon now) but how to **manage** it with good governance”.

As we can't study the whole HR field, we will focus on European situation.

How many sources of HR do we have in Europe? (= 2)

-the Council of Europe; especially with the ECHR

-EU (first the Court of Justice and then the texts, thanks to the gradual codification (T. of Maas, T. of Amsterdam, T. of Lisbon).

Lets do a little **scheme** of the differences between the two systems. We will introduce the classical international law also.

All the member States of the Council of Europe are MS of the EU. So a special issue is raised in each European country: because of the double belonging to the Council of Europe and to European Union, is the Fundamental Rights' situation improved or worsened?

We will see how Fundamental Rights have found space in the EEC Law, only in a second time, as the focus was first on economy, while the European Convention on HR (as it's name indicates) was the reference in Europe in that field from the very beginning.

Anexo XIII f

Professor: Steven D. Smith, University of San Diego School of Law
Course: Government-sponsored Religious Symbols and Expressions
Duration: 10 hours
Dates: May 21st to May 25th 2012

Course description

Government-sponsored religious symbols and expressions— crosses, Christmas displays, expressions such as the national motto of the USA (“In God We Trust”)-- have generated controversy and litigation in countries committed to liberal democracy. This course will consider the legality and appropriateness of such symbols and expressions. We will look at the issue from various perspectives— from the perspective of positive law, from the standpoint of commitments to equality, neutrality, and governmental secularism, and from the perspective of concerns for community tradition and identity. Special but not exclusive emphasis will be placed on how the question has been addressed under the American Constitution.

Reading for the course will include some cases, including *Lautsi v. Italy* (the Italian crucifix case), as well as some more academic analyses.

STEVEN D. SMITH

Warren Distinguished Professor of Law
University of San Diego, and
Co-Director, Institute for Law and Philosophy
5998 Alcalá Park, San Diego, CA 92110-2492
(619)260-7969 smiths@sandiego.edu

PROFESSIONAL
EXPERIENCE

Warren Distinguished Professor of Law and Co-director, Institute for Law and Philosophy, University of San Diego, 2002- present

Robert and Marion Short Professor, Notre Dame Law School, 1998-2002

William M. Lile Visiting Professor, University of Virginia School of Law, Fall 2001

University of Colorado
Associate Professor, 1987-1989
Professor, 1989-1998
Byron R. White Professor, 1995-1998

Visiting Professor of Law, University of Michigan Law School, Winter 1995

Temporary Honorary Associate, Centre for Criminology and the Social and Philosophical Study of Law, University of Edinburgh, Winter 1994

Associate Professor of Law, University of Idaho, 1984-1987

Teaching Fellow, Stanford Law School, 1983-1984

Associate, Rooker, Larsen, Kimball & Parr, Salt Lake City, Utah, 1980-1983

Law clerk to Judge Joseph T. Sneed, United States Court of Appeals for the Ninth Circuit, San Francisco, California, 1979-1980

Summer Associate, Covington & Burling, Washington, D.C., 1979

Summer Associate, Cravath, Swaine & Moore, New York City, 1978

Summer Associate, Van Cott, Bagley, Cornwall & McCarthy, Salt Lake City, Utah, 1977

PUBLICATIONS

Books

The Disenchantment of Secular Discourse (Harvard University Press 2010)

Law's Quandary (Harvard University Press 2004; reprinted in paper 2007).

Getting Over Equality: A Critical Diagnosis of Religious Freedom in America (NYU Press, 2001).

The Constitution and the Pride of Reason (Oxford University Press, 1998).

Against the Law (co-authored with Paul Campos and Pierre Schlag) (Duke University Press, 1996).

Foreordained Failure: The Quest for a Constitutional Principle of Religious Freedom (Oxford University Press, 1995; reprinted in paper 1999).

Articles and essays

Nonestablishment, Standing, and the Soft Constitution, __ St. Johns L. Rev. __ (forthcoming).

Constitutional Divide: The Transformative Significance of the School Prayer Decisions, __ Pepperdine L. Rev. __ (forthcoming).

Religious Freedom and Its Enemies, __ Cardozo L. Rev. __ (forthcoming).

Originalism and the (Merely) Human Constitution, 27 Const. Comm. 189 (2010).

That Old-Time Originalism, in *The Challenge of Originalism: Essays in Constitutional Theory* (Grant Huscroft ed.), (Cambridge U Press forthcoming).

The Establishment Clause and the Problem of the Church, forthcoming in book collecting papers presented in conference on religious freedom at Princeton, May 2009.

Persons All the Way Up, __ Villanova L. Rev. __ (forthcoming).

Why Is Government Speech Problematic? The Unnecessary Problem, the Unnoticed Problem, and the Big Problem, 87 Denv. L. Rev. 945 (2010).

Our Agnostic Constitution, 83 NYU L. Rev. 120 (2008).

Toleration and Liberal Commitments, in NOMOS XLVIII: Toleration and Its Limits 243 (2008).

De-Moralized: *Glucksberg* in the Malaise, 106 Mich. L. Rev. 1571 (2008).

What Does Constitutional Interpretation Interpret?, in *Expounding the Constitution: Essays in Constitutional Theory* (Cambridge University Press, 2008).

How is America “Divided by God?”, 27 Miss. C. L. Rev. 141 (2007-08).

Persons Pursuing Goods, 13 Legal Theory 285 (2007).

“Hollow Men”?: Law and the Declension of Belief, in *Civilizing Authority* (Patrick McKinley Brennan ed. 2007).

The (Always) Imminent Death of the Law, 44 U. San Diego L. Rev. 47 (2007)

How to Remove a Federal Judge, 116 Yale L.J. 72 (2006) (with Saikrishna Prakash).

Metaphysical Perplexity?, 55 Catholic U. L. Rev. 639 (2006).

Is the Harm Principle Illiberal?, 51 Amer. J. Juris. 1 (2006).

Hart’s Onion: The Peeling Away of Legal Authority, 16 S. Cal. Interdisc. L.J. 97 (2006).

Taxes, Conscience, and the Constitution, 23 Const. Comm. 365 (2006).

The Jurisdictional Establishment Clause: A Reappraisal, 81 Notre Dame L. Rev. 1843 (2006).

What Does Religion Have to Do with Freedom of Conscience?, 76 U. Colorado L. Rev. 910 (2005).

The Tenuous Case for Conscience, 10 Roger Williams L. Rev. 325 (2005).

The Donald A. Gianella Memorial Lecture: Nonestablishment “Under God”? The Nonsectarian Principle, 50 Villanova L. Rev. 1 (2005).

The Iceberg of Religious Freedom: Sub-Surface Levels of Nonestablishment Discourse, 38 Creighton L. Rev. 799 (2005).

The Pluralist Predicament: Contemporary Theorizing in the Law of Religious Freedom, 10 *Legal Theory* 51 (2004).

Legal Scholarship as Resistance to "Science," 41 *U. San Diego L. Rev.* 1775 (2004).

The Academy, the Courts, and the Culture of Rationalism, in *That Eminent Tribunal: Judicial Supremacy and the Constitution* 97 (Christopher Wolfe ed., Princeton University Press 2004).

Recovering (from) Enlightenment?, 41 *San Diego L. Rev.* 1263 (2004), reprinted in *America and Enlightenment Constitutionalism* (Gary L. McDowell and Johnathan O'Neill eds.)

Conciliating Hatred, *First Things* 17 (June 2004).

Interrogating Thomas More: The Conundrums of Conscience, 1 *St. Thomas L.J.* 580 (2003).

Barnette's Big Blunder, 78 *Chicago-Kent L. Rev.* 625 (2003).

Separation as a Tradition, 18 *J. Law & Politics* 215 (2002) (from paper read at conference at University of Virginia on "Beyond Separatism," February 2002)

Believing Persons, Personal Believings: The Neglected Center of the First Amendment, 2002 *U. Ill. L. Rev.* 1233.

Missing Persons, 2 *Nevada L. Rev.* 590 (2002) (from colloquium given at UNLV Law School).

Expressivist Jurisprudence and the Depletion of Meaning, 60 *Maryland L. Rev.* 506 (2001) (from paper presented at conference on "The Expressive Dimension of Governmental Action," University of Maryland, October 2000).

"The Religious," "the Secular," and "the Moral": What Are We Talking About?, 36 *Wake Forest Law Rev.* 487 (2001) (from paper presented at conference on "Religiously Grounded Morality: Its Proper Role in American Law and Public Policy," Wake Forest University, October 2000).

Law as a Religious Enterprise: Legal Interpretation and Scriptural Interpretation, in *Law and Religion* (Oxford University Press) (from paper read at conference on "Law and Religion", University College London, July 2000).

Religion, Democracy, and Autonomy: A Political Parable, 43 Wm. & Mary L. Rev. (2000) (from paper read at conference on “Religion in the Public Square” at Bill of Rights Institute).

Religious Freedom in America: Three Stories, in *Law and Religion: A Critical Anthology* 15 (Stephen M. Feldman ed. NYU Press 2000).

Blooming Confusion: Madison’s Mixed Legacy, 75 Ind. L.J. 61 (2000) (from paper read at conference on “Religious Freedom at the Dawn of a New Millennium,” University of Indiana-Bloomington, April 1999).

Believing Like a Lawyer, 40 B.C.L. Rev. 1041 (1999).

Augustinian Liberal, 74 Notre Dame L. Rev. 1673 (1999).

The Religion Clauses in Constitutional Scholarship, 74 Notre Dame L. Rev. 1033 (1999).

The Constitution in the Cave, 30 McGeorge L. Rev. 97 (1998) (from talk given at AALS national conference), *adapted and reprinted in* 103 First Things 12 (May 2000).

Legal Discourse and the De Facto Disestablishment, 81 Marq. L. Rev. 203 (1998) (from a paper read at Marquette conference on “Religion and the Judicial Process”).

Losing Jerusalem— RFRA and the Vocation of Legal Crusader, 39 Wm.&Mary L. R. 907 (1998) (part of symposium on Boerne v. Flores).

Wisconsin v. Yoder and the Unprincipled Approach to Religious Freedom, 25 Cap. Rev. 805 (1997) (from a paper read at conference at Capital University on 20th anniversary of Wisconsin v. Yoder).

Is a Coherent Theory of Religious Freedom Possible? 15 Const. Comm. 73 (1998) (based on talk given at Law & Religion section, AALS national

convention, January 1997).

Unprincipled Religious Freedom, 7 J. Contemp. Leg. Issue 497 (1996) (from paper read at 1996 JCLI Religion Symposium, University of San Diego, February 1996).

The Writing of the Constitution and the Writing on the Wall, 19 Harv. J. Law & Public Policy 391 (1996) (from paper read at national conference of the Federalist Society, Northwestern University).

Nonsense and Natural Law, 3 S. Cal. Interdisc. L.J. 583 (1995) (from paper read at Symposium on Natural Law, University of Southern California, November 1994).

Radically Subversive Speech and the Authority of Law, 94 Mich. L. Rev. 348 (1995).

Brown v. Board of Education: A Revised Opinion, 20 S. Ill. Law Journal 41 (1995) (from paper read at conference on *Brown v. Board of Education*, Southern Illinois University, October 1995).

Free Exercise Doctrine and the Discourse of Disrespect, 65 Colo. L. Rev. 519 (1994).

Idolatry in Constitutional Interpretation, 79 Virg. L. Rev. 583 (1993).

The Rise and Fall of Religious Freedom in Constitutional Discourse, 140 U. Penn. L. Rev. 1419 (1991).

Reductionism in Legal Thought, 91 Colum. L. Rev. 68 (1991).

The Pursuit of Pragmatism, 100 Yale L.J. 409 (1990).

The Restoration of Tolerance, 78 Calif. L. Rev. 305 (1990).

Separation and the "Secular": Reconstructing the Disestablishment Decision, 67 Tex. L. Rev. 955 (1989).

Law Without Mind, 88 Mich. L. Rev. 104 (1989).

Why Should Courts Obey the Law?, 77 Georgetown L.J. 113 (1988).

Symbols, Perceptions, and Doctrinal Illusions: Establishment Neutrality and the "No Endorsement" Text, 86 Mich. L. Rev. 266 (1987).

The Critics and the "Crisis": A Reassessment of Current Conceptions of Tort Law, 72 Cornell L. Rev. 765 (1987).

Skepticism, Tolerance, and Truth in the Theory of Free Expression, 60 S. Cal. L. Rev. 649 (1987).

Courts, Creativity, and the Duty to Decide a Case, 1985 U. Ill. L. Rev. 573 (1985).

Rhetoric and Rationality in the Law of Negligence, 69 Minn. L. Rev. 277 (1984).

Reviews,
Comments

Lawyering Religious Liberty (reviewing Douglas Laycock, *Religious Liberty: Overviews and History*), 89 Tex. L. Rev. 917 (2011).

Lessons from Lincoln: A Comment on Levinson, 38 Pepperdine L. Rev. 915 (2011).

A Response to Nicholas Wolterstorff, 40 Christian Scholar's Review 101 (2010).

Discourse in the Dusk: The Twilight of Religious Freedom (reviewing Kent Greenawalt, *Religion and the Constitution: Establishment and Fairness*), 122 Harv. L. Rev. 1869 (2009).

Kent Greenawalt's Elusive Constitution (reviewing Kent Greenawalt, *Religion and the Constitution: Establishment and Fairness*), 25 Const. Comm. 301 (2009).

On the Square (reviewing Richard John Neuhaus, *The Naked Public Square*), First Things, Apr. 2009, p. 84.

Higher Law Questions: An Introduction to the Symposium, 36 Pepperdine L. Rev. 463 (2009).

Commentary: Educating for Liberalism, 42 U.C. Davis L. Rev. 1039 (2009).

Playing Around With Religion's Constitutional Joints, 157 U. Penn. L. Rev. PENNumbra 123 (2008).

Science vs. Justice?, 2 J. Law, Phil. & Culture 323 (2008) (reviewing Roger Berkowitz, *The Gift of Science: Leibnitz and the Modern Legal Tradition* (Harvard University Press 2007)).

The Wages of Advocacy, *First Things*, Feb. 2008 (reviewing Martha Nussbaum, *Liberty of Conscience: In Defense of the American Tradition of Religious Equality* (2008)).

Sectarianizing Civil Religion? A Comment on Gedicks & Hendrix, 110 *W. Va. L. Rev.* 307 (2007).

Stare Decision in a Classical and Constitutional Setting: A Comment on the Symposium, 5 *Ave Maria L. Rev.* 153 (2007).

(Mis)understanding Good-Behavior Tenure, 116 *Yale L. J.* 159 (2006) (with Saikrishna Prakash).

That Old (But Not So Old) Time Jurisprudence, 51 *Amer. J. Juris.* 191 (2006).

Science, Humanity, and Atrocity: A Lawyerly Examination, 104 *Michigan L. Rev.* 1305 (2006).

What Doth It Profit? Pelikan's Parallels, 90 *Minn. L. Rev.* 727 (2006).

Cracks in the Coordination Account, 50 *Amer. J. Juris.* 249 (2005).

The Promise and Perils of Conscience, 2003 *BYU L. Rev.* 1057.

Book Review (reviewing Philip Hamburger, *Separation of Church and State*), *Appellate Practice Journal* 6 (Fall 2002).

Intramural Dialogue and the Malaise of Religious Freedom, 35 *Vand. J. Trans. Law* 359 (2002).

Prisoner of Principles, 102 *First Things* 58 (Apr. 2000).

Legal Theories Nobody Believes, 107 *First Things* 32 (Nov. 2000).

Mother May We?, 21 *Cardozo L. Rev.* 501 (1999).

Separation and the Fanatic, 85 *Virg. L. Rev.* 213 (1999).

Book Review (reviewing Paul J. Weithman, ed., *Religion and Contemporary Liberalism*), 109 *Ethics* 464 (1999).

In Pursuit of a Phantom: The Futile Quest for Religion Neutrality, 93 *Liberty* 18 (July/Aug. 1998).

Wrong Jurisdiction, 93 *Liberty* 22 (March/Apr. 1998).

Natural Law and Contemporary Moral Discourse (reviewing Natural Law, Liberalism, and Morality), 42 Amer. J. Juris. 299 (1997).

Book Review (reviewing Rethinking Abortion), 13 Const. Comm. 357 (1996).

Religion, Politics, and the Claims of Reason (from paper read at conference at Eden Theological Seminary on The Meaning of Religious Freedom, by Franklin Gamwell), 12 J. Law & Relig. 573 (1995-1996).

Moral Realism, Pluralistic Community, and the Judicial Imposition of Principle: A Comment on Perry, 88 Nw. U. L. Rev. 183 (1993).

The Politics of Free Speech, 64 U. Colo. L.Rev. 959 (1993).

Book Review (reviewing Natural Law Theory: Contemporary Essays), 10 Const. Comm. 489 (1993).

In Defense of Traditional Legal Scholarship: A Comment on Schlegel, Weisberg, and Dan-Cohen, 63 Colo. L. Rev. 627 (1992).

Book Review (reviewing Equal Separation: Understanding the Religion Clauses of the First Amendment and Articles of Faith, Articles of Peace: The Religious Liberty Clauses and the American Public Philosophy), 8 Const. Comm. 546 (1991).

The Bork Phenomenon, 1991 The Public Interest Law Review 197.

Book Review (reviewing Separation of Church and State: Historical Fact and Current Fiction and Christianity and the State), 6 Const. Comm. 541 (1989).

Book Review (reviewing Freedom of Speech), 5 Const. Comm. 497 (1988).

EDUCATION

Yale Law School. J.D. 1979.

Activities/Distinctions: Board of Directors, Yale Moot Court. First runner-up, Benjamin Cardozo Brief-writing Competition, 1977-78. Finalist (of 4), Harlan Fiske Stone Moot Court Competition, Spring 1978. Finalist (of 4), Thomas Swan Barristers' Union Competition, Fall 1978.

Brigham Young University. B.A., summa cum laude with highest honors, 1976. Valedictorian, College of Social Sciences. David O. McKay Scholar. University Scholar.

TEACHING

Subjects Currently
or Previously Taught Religion and the Constitution, Torts, Jurisprudence, Education Law, Constitutional Theory, Federal Courts, Remedies, Conflict of Laws, Legal Writing, Constitutional Law, Legislation, Natural Law Seminar.

SERVICE

At University of Idaho: Admissions Committee.

At University of Colorado: Appointments Committee (as member and twice as chair), Admissions Committee, Accreditation Report Committee, Faculty Evaluations Committee (tenure & promotion, as member and twice as chair), Peer Review Committee, Clinic Advisory Committee, Vice-chancellor's Deanship Advisory Committee, Natural Resources Advisory Committee, temporary adviser to law review.

At Notre Dame: Appointments Committee, Promotions Committee, Provost's Advisory Committee (university promotion and tenure committee and other functions), Provost's Task Force on Enhancing Catholic Intellectual Life, Colloquium Committee, Curriculum Committee, Faculty Development Committee.

At University of San Diego: Chair, Dean Search Committee; Co-director, Institute for Law and Philosophy; Curriculum Committee; Special Tenure Committee; Faculty Symposium Committee; Honors Court; Grade Reform Committee; Catholic Social Thought Committee; Board of Advisors, Center for Catholic Thought and Culture.

Book review editor, Journal of Law and Religion, 2002-2004; Advisory Board (2005-).

Chair, Jurisprudence Section, AALS, 2005-06.

PERSONAL

Married, five children, good health.

Interests: music, reading, hiking, sports



EGCLaw - Post-graduation

«Curso de Pós-graduação Erasmus de atualização em Direito Europeu, Global e Comparado»

(«Erasmus Post-graduation Studies on European, Global and Comparative Law»)

Tendo em conta,

- a) A importância da criação de um curso de pós-graduação em língua estrangeira no processo de internacionalização da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- b) a experiência acumulada de sucessivas edições de cursos intensivos, leccionados por professores estrangeiros numa língua estrangeira (regra geral, em inglês), proporcionados pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do seu Gabinete Erasmus,
- c) a frequência sistemática desses cursos por parte de estudantes estrangeiros e a procura por estes de soluções semelhantes no âmbito dos estudos pós-graduados,
- d) o incentivo que deve ser dado à presença de professores e estudantes estrangeiros ao nível dos estudos pós-graduados na Universidade de Lisboa;

é aprovado o seguinte regulamento do EGCLaw - Post-graduation, «Curso de Pós-graduação Erasmus de atualização em Direito Europeu, Global e Comparado» («Erasmus Post-graduation Studies on European, Global and Comparative Law»).

**Regulamento do EGCLaw - Post-Graduation
(Curso Pós-graduado Erasmus de atualização em
Direito Europeu, Global e Comparado)**

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento define as regras de acesso, frequência, e avaliação do EGCLaw - Post-Graduation, Curso Pós-Graduado Erasmus de atualização em Direito Europeu, Global e Comparado (de ora em diante Curso), ministrado pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Artigo 2.º

Condições de inscrição

1 - Pode candidatar-se ao Curso quem, tenha frequentado ou pretenda frequentar, com aproveitamento, Cursos Intensivos, ministrados pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do Gabinete Erasmus, e tenha já concluído a licenciatura.

2 - A contabilização dos Cursos Intensivos, para efeitos do número anterior, pressupõe que a realização dos mesmos não foi tida em conta no cômputo dos ECTS necessários à obtenção de qualquer outro grau no âmbito da Universidade de Lisboa.

3 - Aos Cursos Intensivos referidos no n.º 1 corresponde um total de 3 ECTS ou de 6 ECTS consoante o curso tenha, respetivamente, a duração de 10 ou de 20 horas letivas.

Artigo 3.º

Avaliação

1 - A Conclusão do Curso depende da frequência, com aproveitamento, de Cursos Intensivos, num total de 42 ECTS, e de um trabalho escrito que vale 18 ECTS.

2 - A entrega do trabalho escrito tem lugar até 180 dias contados a partir da inscrição no Curso ou, no caso de inscrição prévia à obtenção dos 36 ECTS, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º, contados a partir da conclusão dos Cursos Intensivos correspondentes.

3 - A nota final do Curso resulta da média ponderada das notas dos cursos intensivos e da nota do trabalho escrito e é expressa numa escala de zero a vinte, sendo negativas as classificações entre zero e nove e positivas as classificações entre dez e vinte.

Artigo 4.º

Objeto do trabalho escrito

1 - O trabalho escrito é elaborado individualmente.

2 - O trabalho escrito é original e versa sobre qualquer um dos temas abordados nos cursos intensivos frequentados.

3 - A realização de um trabalho escrito, dentro do âmbito da temática do Curso, sem conexão com o conteúdo dos cursos intensivos frequentados, depende de autorização do professor coordenador do curso.

4 - Qualquer fraude ou tentativa de fraude é punida com a anulação do trabalho escrito final.

Artigo 5.º

Formato e entrega do trabalho escrito

1 - O trabalho escrito é entregue em dois exemplares impressos no Gabinete Erasmus ou remetido por via postal.

2 - A versão digital é ainda remetida em formato pdf para o endereço eletrónico do Gabinete (erasmus@fd.ul.pt).

Artigo 6.º

Especificações do trabalho escrito

1 - O trabalho escrito é redigido em língua estrangeira e tem uma dimensão de 15 a 20 páginas, incluindo notas de rodapé, excluindo capa e contracapa, índice, bibliografia e anexos.

2 - O incumprimento dos requisitos enunciados no número anterior equivale à não entrega de trabalho escrito.

3 - Com exceção da folha de rosto, todas as páginas são numeradas.

4 - A capa reproduz a folha de rosto e menciona:

- a) O nome da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- b) O título do trabalho;
- c) O nome completo do discente;
- d) A data de conclusão do trabalho.

5 - O trabalho contém uma introdução, um índice e uma lista de referências bibliográficas e de fontes utilizadas.

6 - O texto adota a letra Times New Roman, tamanho 12 ou equivalente; espaçamento entre linhas 1,5; margem 2,5/2,5/3/3; o rodapé tem letra Times New Roman, tamanho 10 ou equivalente; espaçamento entre linhas 1.

7 - Toda a reprodução de fontes ou de referências bibliográficas é colocada entre aspas e a correspondente origem necessita de ser identificada.

Artigo 7.º

Correção e nota do trabalho escrito

1 - A correção dos trabalhos escritos entregues cabe, em princípio, aos docentes que integram o Gabinete Erasmus, a designar pelo professor coordenador.

2 - A nota atribuída ao trabalho escrito é publicada na página do Gabinete Erasmus e comunicada ao aluno por correio eletrónico.

Artigo 8.º

Propina

1 - O custo total do Curso é fixado por Despacho do Diretor, sob proposta do Gabinete Erasmus.

2 - Nenhum estudante pode apresentar o trabalho escrito sem ter previamente pago a totalidade da propina.

Artigo 9.º

Certificado

1 - A frequência com aproveitamento do Curso de Pós-Graduação é atestada por um certificado, emitido pelo Diretor, do qual consta a nota final do Curso.

2 - O certificado é entregue ao aluno pelo Gabinete Erasmus.

Artigo 10.º

Coordenação Científica

A Coordenação Científica do Curso compete ao Coordenador do Gabinete Erasmus podendo, contudo, ser conjunta com outros professores que integrem o mesmo Gabinete, se o Coordenador assim o entender.

Artigo 11.º

Norma Transitória

Durante os dois anos letivos posteriores à aprovação do presente Regulamento, a quaisquer Cursos Intensivos realizados nos termos do n.º 1 do artigo 2.º pode ser atribuída a valoração ECTS prevista no n.º 3 do mesmo artigo para efeitos de preenchimento das condições de inscrição no Curso EGC-Law Post-Graduation.

Artigo 12.º

Interpretação e aplicação

1 - As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento são resolvidas pela Coordenação Científica do Curso.

2 - Em caso de divergência insanável entre a versão portuguesa e a versão inglesa do presente regulamento prevalece a versão portuguesa do mesmo.



Instituto de Cooperação Jurídica
da Faculdade de Direito de Lisboa

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO

2012/2013

ATIVIDADES EM 2012/2013

I – ÁFRICA DO SUL

Na Cidade do Cabo

- *I Curso de Mestrado em Direito Comparado*, em colaboração com a Faculdade de Direito da University of Cape Town

Em Pretória

- No *Institute of International and Comparative Law in África*, da Faculdade de Direito da Universidade de Pretória, um Investigador Residente português (*Fellow*)

II – ANGOLA

Em Benguela

- *I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Transportes* em colaboração com a Universidade Katyavala Buila

Em Cabinda

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a Universidade Onze de Novembro (parte escolar)
- Coordenação científica de disciplinas do Curso de Licenciatura em Direito da Universidade Lusíada de Angola

No Huambo

- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a Universidade José Eduardo dos Santos (conclusão da parte escolar)
- *I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas* em colaboração com a mesma Universidade (conclusão da parte escolar)

Em Luanda

- *II Curso de Mestrado em Governação e Gestão Pública* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (parte escolar)
- *I Curso de Pós-Graduação em Direito Aéreo* em colaboração com a mesma Universidade
- *I Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal* em colaboração com a mesma Universidade
- *I Curso Intensivo de Pós-Graduação em Direito do Ambiente* em colaboração com a Universidade Óscar Ribas
- *II Curso Intensivo de Pós-Graduação em Contratos Comerciais* em colaboração com a Universidade Óscar Ribas
- Coordenação científica de disciplinas do Curso de Licenciatura em Direito da Universidade Óscar Ribas

No Lubango

- *II Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas* em colaboração com a Universidade Mandume Ya Ndemufayo (parte escolar)
- *I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Registos e do Notariado* em colaboração com a mesma Universidade

Em Lisboa

- Orientação de candidatos angolanos aos graus de Mestre e Doutor em Direito
- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para candidatos angolanos aos graus de Mestre e Doutor em Direito

III – CABO VERDE

Na Cidade da Praia

- *I Curso de Pós-Graduação em Direito Aéreo* em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (conclusão)
- *I Curso de Pós-Graduação em Direito Municipal, do Ordenamento do Território, do Urbanismo e da Construção* em colaboração com o mesmo Instituto
- Coordenação científica de disciplinas do Curso de Licenciatura em Direito do mesmo Instituto

No Mindelo

- *I Curso de Mestrado em Direito* em colaboração com a Universidade do Mindelo (parte escolar)

Em Lisboa

- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para universitários cabo-verdianos

IV – CHINA

Em Macau

- *I Curso de Doutoramento em Administração Pública* em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau (conclusão da parte escolar)
 - Conferências na Universidade de Macau por Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Em Lisboa**
- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para estudantes de Pós-Graduação chineses
 - Palestras por Professores de Universidades Chinesas

V – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em Lisboa

- *XI Conferência sobre Direito Português e Americano*, em colaboração com a Universidade Católica da América – Tema: “Os usos dos Oceanos no Séc. XXI - O papel dos Estados e da Comunidade Internacional”

Em Washington, D.C.

- Palestras por professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na Columbus School of Law da Universidade Católica da América

VI – GUINÉ-BISSAU

Em Bissau

- *I Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia e dos Recursos Naturais* em colaboração com a Faculdade de Direito de Bissau
- Coordenação científica e apoio à organização administrativa da mesma Faculdade
- Coordenação e lecionação de várias disciplinas dos cursos de licenciatura em Direito e Administração Pública da mesma Faculdade

Em Lisboa

- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para candidatos guineenses aos graus de Mestre e Doutor em Direito

VII – ÍNDIA (GOA)

Em Pangim

- *V Curso de Pós-Graduação Diploma em Civil Law* em colaboração com o Salgaocar College of Law, de Pangim

Em Margão

- Palestras por professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no Govind Ramnath Kare College of Law

Em Lisboa

- Estágios de investigação para universitários goeses na Faculdade de Direito de Lisboa

VIII – MOÇAMBIQUE

Na Beira

- Coordenação e lecionação de várias disciplinas do 1º e 2º Ciclos do curso de licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Zambeze por docentes da Faculdade de Direito de Lisboa

Em Maputo

- *II Curso de Doutoramento em Direito* em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (parte escolar)
- *II Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia* em colaboração com a mesma Universidade

Em Lisboa

- Orientação de candidatos moçambicanos aos graus de Mestre e Doutor em Direito
- Estágios de investigação na Faculdade de Direito de Lisboa para candidatos moçambicanos aos graus de Mestre e Doutor em Direito

IX – TIMOR-LESTE

Em Díli

- Coordenação científica de diversas disciplinas do curso de licenciatura em Direito na Universidade Nacional de Timor-Leste
- *I Curso de Mestrado em Direito* em colaboração com a Universidade Nacional de Timor-Leste (conclusão da parte escolar)



II Curso de Doutoramento em Direito – Maputo
em colaboração com a Faculdade de Direito
da Universidade Eduardo Mondlane

Março a novembro de 2013

Programa:

Teoria do Direito – I Módulo

Regente: Prof. Doutor José Duarte Nogueira

Período letivo: 11 a 15 de março de 2013

Direito Constitucional – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Período letivo: 22 a 26 de abril de 2013

Direito Civil – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

Período letivo: 13 a 17 de maio de 2013

Economia – I Módulo

Regente: Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira

Período letivo: 17 a 21 de junho de 2013

Teoria do Direito – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto

Período letivo: 15 a 19 de julho de 2013

Direito Constitucional – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Gilles Cistac

Período lectivo: 23 a 27 de setembro de 2013

Direito Civil – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Armando Dimande

Período letivo: 21 a 25 de outubro de 2013

Economia – II Módulo

Regente: Prof. Doutor Fernando Araújo

Período letivo: 25 a 29 de novembro de 2013

Cada módulo terá a duração mínima de cinco dias úteis, sendo leccionadas pelo menos duas horas de aulas em cada dia, em horário pós-laboral (18:00/20:00)



II Curso de Pós-Graduação sobre Direito da Energia
em colaboração com a Faculdade de Direito
da Universidade Eduardo Mondlane

Abril a outubro de 2013

Programa:

I Módulo - Política energética, investimento estrangeiro e bases de contratação quanto à prospeção de recursos energéticos e ao transporte de energia

Docente: Professor Doutor Teodoro Waty
Período letivo: 15 a 19 de abril de 2013

II Módulo - A titularidade dos recursos energéticos

Docente: Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Período letivo: 20 a 24 de maio de 2013

III Módulo – A regulação do setor energético

Docente: Prof. Doutor Luís Morais
Período letivo: 24 a 28 de junho de 2013

IV Módulo - Política energética e setor petrolífero

Docente: Mestre Fernando Augusto Cunha de Sá
Período letivo: 22 a 27 de julho de 2013

V Módulo - O sistema elétrico nacional

Docente: Mestre Adelino Muchanga
Período letivo: 26 a 30 de agosto de 2013

VI Módulo - O aproveitamento de recursos renováveis com vista à geração de energia

Docente: Prof^a Doutora Carla Amado Gomes
Período letivo: 2 a 6 de setembro de 2013

VII Módulo – A resolução de conflitos no sector energético

Docente: Professor Doutor Dário Moura Vicente
Período letivo: 21 a 25 de outubro 2013

Cada módulo terá a duração mínima de cinco dias úteis, sendo lecionadas pelo menos duas horas de aulas em cada dia, em horário pós-laboral (18:00/20:00)

LISTA DOS PROFESSORES COORDENADORES DA FACULDADE DE DIREITO DE BISSAU

ANO LETIVO DE 2012/2013

1.º Ano

Economia Política - Prof. Doutor Fernando Araújo

História do Direito e do Estado da Guiné-Bissau - Prof. Doutora Sílvia Alves

Direito Constitucional - Prof. Doutor Jaime Valle

2.º Ano

Direito Administrativo I - Prof. Doutor David Duarte

Teoria Geral do Direito Civil - Prof. Doutor Dário Moura Vicente

Direito Internacional Económico e Relações Económicas Internacionais - Prof.
Doutora Rute Saraiva

3.º Ano

Direito das Obrigações - Prof. Doutor Luís Menezes Leitão

Direitos Reais e Direito Agrário - Prof. Doutor José Alberto Vieira

Direito do Trabalho - Prof. Doutor Luís Menezes Leitão

4.º Ano

Direito Penal I - Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes

Direito Comercial I - Prof. Doutor Januário Costa Gomes

Direito da Família e das Sucessões - Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro

Direito do Trabalho e da Função Pública (Menção de Administração Pública) - Prof.
Doutor Luís Menezes Leitão

5.º Ano

Direito Internacional Privado - Prof. Doutor Dário Moura Vicente

Direito do Urbanismo e do Ordenamento do Território / Direito do Ambiente
(Menção de Administração Pública) - Prof. Doutora Carla Amado Gomes

ACTAPos - Doutoramento

Aos sete dias do mês de Setembro de dois mil e doze discutiu o seu trabalho final de Pós-Doutoramento o Senhor Prof. Doutor Augusto Eduardo de Souza Rossini, com o tema "Breves Considerações sobre a Estrutura Jurídica do Gabinete e do Conselho de Segurança e Defesa Cibernéticas no Brasil", na sala do Conselho Científico da FDL. A prova teve início às 11 horas.

O júri foi presidido pelo Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (orientador), pelo Prof. Doutor Luís Bonifácio Ramos e pelo Vq. Almirante José Torres Sobral, Autoridade Nacional de Segurança.

Os membros do júri interrogaram o candidato sobre aspectos do trabalho em apreciação e dele obtiveram as devidas respostas. O esclarecimento dos pontos mais sensíveis fez-se a través de diálogo entre o candidato e os membros do júri.

Verificada a regularidade do processo, cumpridas as etapas anteriores do procedimento, o júri propõe a classificação de Muito Bom _____ que vai ser proposta ao Conselho Científico pelo Prof. orientador e Presidente do júri, nos termos regulamentarmente previstos.

FDL, 7 de Setembro de 2012

* Eduardo Vera-Cruz Pinto

* José Luís Bonifácio Ramos

* José Torres Sobral

Fernando Araújo
Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 LISBOA, PORTUGAL



24 de Setembro de 2012

Ex.^{mo} Senhor

Presidente do Conselho Científico da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

O Prof. Doutor **Weimar Freire da Rocha Júnior**, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Toledo), terminou recentemente os seus trabalhos de estágio de Pós-Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo eu tido o gosto de ser Supervisor desses trabalhos.

O Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior relatou os pontos mais destacados desses trabalhos em documento extenso que poderei submeter à apreciação do Conselho Científico, se for entendido necessário.

Em todas as actividades de estágio o Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior fez prova de um rigor e de uma capacidade de trabalho verdadeiramente invulgares, além de uma maturidade e originalidade de pensamento que vinham já atestadas pelo seu grau académico.

Participou assídua e activamente em tudo o que lhe foi solicitado, mormente em aulas e conferências, e frequentemente tomou iniciativas quanto a actividades e rumos de investigação e de debate.

Nomeadamente, o Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior deu aulas de graduação e de pós-graduação, destacando-se o protagonismo que cedo assumiu nas aulas do Mestrado Científico, nos quais colocou em evidência os conhecimentos e qualidades académicas e científicas que fazem dele um nome de referência na Economia Aplicada, na Economia Agrícola, na Economia Industrial, na Nova Economia Institucional e na Análise Económica do Direito.

Promoveu na FDUL uma conferência internacional com palestrantes brasileiros, espanhóis, italianos e portugueses (23/1/2012, no tema "Estado, Mercado e Desenvolvimento"), seguida de conferências similares em Espanha (Sevilha) e na Itália (Bari); participou em palestras e congressos em Portugal e na Europa; e desenvolveu uma pesquisa, com abundante trabalho de campo, e em colaboração com a Prof.a Doutora Marcia Carla Ribeiro (da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná), sobre aspectos económicos do sector de bebidas frias em Portugal, como parte de um estudo de âmbito internacional (*Análise Económica da Disciplina Jurídica aplicável ao segmento de bebidas frias e vinho: uma análise comparativa Brasil/União Europeia*) em desenvolvimento de um livro já publicado em 2011 em coautoria com Marcia Carla Ribeiro, *Concorrência e Tributação no Setor de Bebidas Frias* (Belo Horizonte, Forum)

– dando conta da evolução dos seus trabalhos numa apresentação realizada no Mestrado.

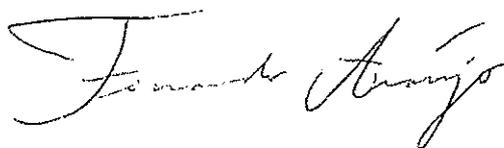
Em remate dos seus trabalhos de estágio, o Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior apresentou resultados da investigação desenvolvida, como se tinha inicialmente comprometido a fazer:

1. *As Câmaras Setoriais do Agronegócio Brasileiro: Uma Análise à Luz da Nova Economia Institucional;*
2. *Transações entre Suinocultores e Agroindústrias no Estado de Santa Catarina (Brasil): Um Exame de Contratos sob Enfoque Institucional* (em coautoria com Christian Luiz da Silva, Maurício Vaz Lobo Bittencourt e Cléverton Michel da Macena);
3. *O Biogás Frente ao Ambiente Institucional, Organizacional e Tecnológico;*
4. *Institutional Environment and Contracts: a Case Study in the Agroindustrial System of Broiler Factory Farming in the West of the State of Paraná, Brazil;*
5. *O Sistema Agroindustrial do Biodiesel no Paraná: O Potencial do Mercado Fornecedor de Matérias-Primas Vegetais e a Participação da Agricultura Familiar.*

Trata-se de excelentes estudos que servem de testemunho do nível mantido ao longo do período dos referidos trabalhos.

Em suma, o Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Júnior mostrou, em tudo, ser merecedor de aprovação final no seu estágio de Pós-Doutoramento, entendendo eu ser de toda a justiça propor a **classificação final de 18 valores (MUITO BOM, 18/20)**.

Aproveito para renovar a V. Ex.^a as minhas cordiais saudações académicas e pessoais.



Fernando José Borges Correia de Araújo
(Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)